



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
Faculdade de Ciências e Tecnologia  
Câmpus de Presidente Prudente

**“OS MST’S DO PONTAL DO PARANAPANEMA: DISSENSÃO  
NA FORMAÇÃO DOS MOVIMENTOS CAMPONESES”**

**Relatório científico parcial**



**Processo: 2009/17710-5**

**Bolsista:** José Sobreiro Filho

**Orientador:** Bernardo Mançano Fernandes

**Presidente Prudente, Junho de 2010**

## Sumário

<b>Introdução</b>	3
<b>Objetivos e Atividades</b>	4
<b>Atividades relacionadas ao primeiro semestre de pesquisa</b>	4
<b>Procedimentos metodológicos</b>	5
<b>1. A Geografia e a Sociologia: visões diferenciadas sobre um mesmo objeto (movimentos socioterritoriais e movimentos sociais)</b>	7
<b>2 História da ocupação do Pontal do Paranapanema e Análise da Estrutura fundiária do Pontal do Paranapanema de – 1992-2006: desmistificando os dados</b>	16
A Ocupação do Pontal do Paranapanema	17
2.1	
A estrutura Fundiária do Pontal do Paranapanema analisada através dos dados do INCRA	23
2.2	
A Estrutura Fundiária do Pontal do Paranapanema analisada através dos dados do Censo Agropecuário 2006	28
2.3	
A Estrutura Fundiária na escala do Município: dados do Censo Agropecuário 2006 e do INCRA	30
2.4	
A Falsa impressão: comparação entre o Censo Agropecuário 2006 e os dados INCRA	32
2.5	
<b>3. O MST no Pontal do Paranapanema: formação, espacialização e territorialização da luta pela terra</b>	36
As origens da luta pela terra no Pontal do Paranapanema	37
3.1	
A formação do MST e a espacialização da luta pela terra no Pontal do Paranapanema	41
3.2	
A territorialização do MST no Pontal do Paranapanema	55
3.3	
<b>4. As dissensões do MST e a formação de outros movimentos socioterritoriais camponeses</b>	63
O que é uma dissensão?	63
4.1	
Projeto Político	65
4.2	
MAST – Movimento dos Agricultores Sem-Terra	68
4.3	
O “MST da Base” e José Rainha Junior	72
4.4	
<b>Considerações finais</b>	78

<b>Atividades relacionadas à pesquisa</b>	79
<b>Referencial bibliográfico</b>	80

### **Figuras**

<b>Figura 1</b> – Espacialização da Luta pela Terra no Pontal do Paranapanema – 1990-2008 (parte 1/2): Municípios com ocupações de terras	53
<b>Figura 2</b> – Espacialização da Luta pela Terra no Pontal do Paranapanema – 1990-2008 (parte 2/2): Municípios com ocupações de terras	54
<b>Figura 3</b> – Espacialização do MST da Base no Pontal do Paranapanema – 2008-2009: Ocupações, municípios e famílias em ocupações de terras	76

### **Quadros**

<b>Quadro 1</b> – A relação entre ocupações de terras, fazendas ocupadas e a criação de assentamentos rurais – 1988-2008	58
--	----

### **Tabelas**

<b>Tabela 1</b> – Pontal do Paranapanema – Mudanças da estrutura fundiária por classes de área de 1992, 1998 e 2003	26
<b>Tabela 2</b> - Pontal do Paranapanema – Estrutura Fundiária por classes de área de 2006	30
<b>Tabela 3</b> – Pontal do Paranapanema – Mudanças da estrutura fundiária por municípios de 1992, 1998, 2003 e 2006	31
<b>Tabela 4</b> – Pontal do Paranapanema – MST – Número de ocupações e famílias em ocupações por município - 1990-2009	51

### **Gráficos**

<b>Gráfico 1</b> - Pontal do Paranapanema – Número de Imóveis - 2003	33
<b>Gráfico 2</b> – Pontal do Paranapanema – Número de estabelecimentos - 2006	34
<b>Gráfico 3</b> – Pontal do Paranapanema – Estrutura fundiária por classe de área – (HA) - 2003	35
<b>Gráfico 4</b> – Pontal do Paranapanema – Estrutura fundiária por classe de área – (HA) - 2006	35

## INTRODUÇÃO

Este relatório parcial é produto da pesquisa sobre a dissensão na formação dos movimentos socioterritoriais camponeses durante o período de 1988-2008 desenvolvida no NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária sob a orientação do Prof<sup>o</sup> Dr. Bernardo Mançano Fernandes. Este trabalho visa compreender os vínculos, a diversidade e as divergências político-ideológicas dos movimentos socioterritoriais na região do Pontal do Paranapanema de modo que evidencie quais seus impactos e influência na transformação da configuração territorial do Pontal do Paranapanema.

Em sua totalidade os movimentos são compreendidos como agentes criadores e re-criadores de espaços e territórios. Portanto, sob o enfoque multidimensional, fazemos um resgate histórico do processo de ocupação do Pontal do Paranapanema e da formação dos movimentos socioterritoriais na região para que, neste primeiro momento, possamos compreender os motivos que explicam a intensa conflituosidade do Pontal do Paranapanema. Entender a história da região e a estrutura organizacional e, sobretudo, o vínculo político-ideológica dos movimentos nos permite a compreensão do Projeto Político do movimento e, por tanto, a sua intencionalidade na transformação do território.

A dissensão é parte fundamental nesta pesquisa por possibilitar-nos vislumbrar as divergências, diferenças e os vínculos político-ideológico e por ser a ação ruptora, que, na maioria dos casos, criam novos projetos políticos e modos de criação e re-criação do território sob diferentes tendências políticas materializadas nas práticas e métodos de luta e resistência. Vale destacar que a dissensão é um dos fatos que marcam a diversidade dos movimentos, e seu estudo contribui, por excelência, para a construção de uma tipologia dos movimentos socioterritoriais.

O paralelo traçado entre a sociologia e a geografia quanto à contribuição para a construção do conceito de movimentos socioterritoriais justifica-se pela necessidade de geografizarmos o conhecimento e trabalhar com conceitos harmonizados ao método, categorias/conceitos e campo da geografia. As limitações do conceito de movimentos sociais importado da sociologia para o estudo geográfico por si só fundamentam a necessidade da construção do conceito de movimentos socioterritoriais geografizado que enfoque a relação homem-território.

Por fim, neste relatório parcial, damos início à construção de uma tipologia de movimentos socioterritoriais sob o enfoque político-ideológico no Pontal do Paranapanema.

## **OBJETIVOS E ATIVIDADES**

### **OBJETIVOS**

Nosso propósito é analisar nos processos de formação e organização do MST e do MST da Base no Pontal do Paranapanema as dissensões dos movimentos camponeses a partir da discussão sociológica e geográfica para contribuir com a construção do conhecimento e compreensão da questão agrária da região do período de 1988-2008.

Estudar as posturas dos movimentos a partir de suas tendências e relações com o sistema capitalista por meio das políticas de desenvolvimento territorial.

### **Objetivos específicos**

- Estudar o processo de formação do MST no Pontal do Paranapanema;
- Realizar uma discussão entre a sociologia e geografia acerca da construção conceitual de Movimentos Socioterritoriais, compreender o conceito de movimento social pelos sociólogos e apresentar nossa compreensão pelos geógrafos;
- Analisar as dissensão que levou a criação do “MST do Rainha” ou “MST da Base” e a criação da FAAFOP - Federação das Associações de Assentados e Agricultores Familiares do Oeste Paulista;
- Estudar as dissensões do MST e a formação de outros movimentos socioterritoriais;
- Contribuir para a discussão acerca dos Movimentos socioterritoriais e da questão agrária do Pontal do Paranapanema.
- Organizar e levantar dados do DATALUTA – Banco de dados da Luta Pela Terra (Ocupações de terras, Assentamentos Rurais, Movimentos Socioterritoriais e Estrutura Fundiária,) para compreender o processo da luta pela terra e a realização de políticas de reforma agrária;

### **ATIVIDADES RELACIONADAS AO PRIMEIRO SEMESTRE DE PESQUISA**

- 1 – Levantar os dados de assentamentos;
- 2 – levantar dados de ocupações de terras, de fazendas ocupadas e analisá-los;
- 3 – levantar dados de movimentos socioterritoriais que atuam na região do Pontal do Paranapanema e identificar os movimentos que estão mais territorializados em assentamentos rurais;
- 4 – analisar os dados de Estrutura Fundiária;

- 7 – estudar a bibliografia básica da questão agrária e teoria dos movimentos socioterritoriais, cartografia crítica e pesquisar novas referências para análise dos dados;
- 9 – elaborar os relatórios parcial e final;
- 11 – realizar trabalho de campo para entrevistar acampados e conhecer assentamentos dos diferentes movimentos atuantes;
- 12 – entrevistar lideranças dos movimentos da região para compreender a posição das partes e a conjuntura regional;
- 13 – Representação dos dados em forma de mapas, gráficos, tabelas e quadros.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Neste trabalho, visamos ampliar as técnicas de geografia cartográfica crítica nos programas Philcarto 4.5 e Corel Draw X3 para possível aplicação no debate acerca da dissensão na formação de movimentos camponeses no Pontal do Paranapanema, sobretudo no tocante à dinâmica da luta pela terra. Nosso recorte espacial justifica-se por dois fatores principais. O primeiro está vinculado às pesquisas às quais estamos vinculados, tanto por parte do NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e o segundo refere-se às similaridades historicamente construídas desde o processo de ocupação da região até a sua atual conformação, onde alguns elementos se demonstraram preponderantes nesse processo conforme relata José Ferrari Leite (1998) em sua obra seminal sobre o processo de ocupação do Pontal do Paranapanema.

Para a realização da cartografia adotamos a proposta teórico-metodológica de Girardi (2008) e Joly (2001). A cartografia geográfica nos permite uma maior aproximação da realidade e aplicação da intencionalidade do autor a partir da aplicação de uma teoria crítica que, por consequência, caracterizará o produto cartográfico como um importante instrumento geográfico de análise, visto que este representa e compreende um conjunto de elementos fundamentais para explicitar o paradigma ao qual o autor está vinculado e, possivelmente, permitir-lhe alcançar os resultados almejados:

Por isso, a partir da teoria crítica do mapa, demonstramos que o mapa não é particular à nenhuma corrente em específico, mas, tal como um texto, transmite a visão de mundo de seu autor e é por excelência parte do discurso geográfico e instrumento de análise geográfica. Assim, a teoria crítica do mapa é o primeiro ponto de aproximação com a Geografia Crítica. O segundo ponto de contato é considerar, na utilização do mapa nas pesquisas geográfica, os princípios da Geografia Crítica, o que significa enfatizar as desigualdades sociais na análise do espaço geográfico com o uso do mapa. (Girardi, 2008. p. 25-6)

Assim como a importância da compreensão de nossa abordagem, vale ressaltar também que alguns conceitos serão estruturantes para a realização dos nossos trabalhos e que por sinal evidenciará a teoria crítica ao qual estamos vinculados e que será expressa nos produtos cartográficos realizados. Assim, em nossa abordagem estará incutida a discussão sobre o conceito de “Questão Agrária” que surge com Kautsky (1986), que defende a tese do fim do campesinato decorrente do processo de assalariamento do camponês ou sua transformação para capitalista, o qual nos servirá como referencial teórico que permeará a discussão do surgimento de uma problemática no campo como consequência do avanço do sistema capitalista, que, por essência, se apropria dos meios e relações de trabalho, produção e das propriedades, causando profundas transformações socioeconômicas, na qual a luta pela terra realizada pelos movimentos socioterritoriais, contraditoriamente, é importante elementar em nossa abordagem (Fernandes, 2005; Thomaz Junior, 2007).

Os dados utilizados são retirados do DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra que organiza dados de ocupações de terras, assentamentos rurais, estrutura fundiária, movimentos socioterritoriais e manifestações. A categoria de ocupações organiza e confronta os dados da CPT – Comissão Pastoral da Terra, OAN – Ouvidoria Agrária Nacional e os recortes de jornal do DATALUTA Jornal. Os dados de assentamentos são adquiridos no INCRA. A categoria de movimentos socioterritoriais esta estruturada na mesma base da categoria de ocupações de terras. A categoria de Estrutura Fundiária organiza os dados cadastrais de origem declaratória do INCRA e a categoria manifestações organiza os dados da CPT e do DATALUTA Jornal.

A organização, manipulação, modelagem e saída gráfica dos dados das tabelas, gráficos, quadros e mapas ocorrem na plataforma do *software* EXCEL 2007. Apenas no caso dos mapas que trabalhamos com outros programas conforme explicado anteriormente.

No transcorrer de cada capítulo evidenciamos o principal referencial bibliográfico que guiará a nossa discussão. Algumas entrevistas foram fundamentais para a elaboração deste relatório. Dentre elas, algumas foram citadas de forma direta e outras utilizadas para a melhor compreensão dos processos, história e realidade dos movimentos socioterritoriais. A nossa opção em se vincular materialismo histórico esta dissolvida e pode ser notada em todos os capítulos deste relatório.

## **1. A Geografia e a Sociologia: visões diferenciadas sobre um mesmo objeto (movimentos socioterritoriais e movimentos sociais)**

Nosso desafio neste capítulo é contribuir para a construção do conceito de movimentos socioterritoriais e fazer um diálogo entre a sociologia e a geografia para vislumbrar a representatividade e coerência do conceito. Para a elaboração deste capítulo, utilizamos como principais referenciais teóricos o livro “Sociologia e Geografia” de Pierre George (1969), a tese de doutorado em geografia “Movimentos Socioterritoriais: Uma contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica” (2009) de Nelson Rodrigo Pedon, os livros “Teoria dos Movimentos Sociais” (1997) e “Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Civas no Brasil Contemporâneo” (2010) da socióloga Maria da Glória Gohn, o livro “A Natureza do Espaço” de Milton Santos (2008) e o artigo “Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais” (2005) do geógrafo Bernardo Mançano Fernandes.

O desafio desse trabalho vai além de uma reflexão sobre o esforço realizado por ambas as ciências para se compreender os movimentos sociais/socioterritoriais, realizar um debate sobre a diferença das abordagens da geografia e da sociologia sobre um mesmo objeto. Milton Santos (2008) em sua obra “A Natureza do Espaço” ao fazer um debate interessante sobre o “Objeto geográfico” realizando uma diferenciação entre o objeto da sociologia e o da geografia afirma que *“De um ponto de vista epistemológico, as mesmas coisas seriam, de um lado, objetos sociais e, do outro, objetos geográficos”*<sup>1</sup> (SANTOS, 2008, p. 77). Assim, nosso objetivo é de contribuir para a compreensão das diferenças destes estudos e para a construção do conceito de Movimentos Socioterritoriais com o qual nos identificamos.

Para dar início à discussão, o principal desafio é traçar um raciocínio lógico que permita ao leitor compreender a construção da abordagem da geografia sobre os movimentos sociais/socioterritoriais e que, nesse processo, explicita a valorização de uma leitura geográfica sobre o objeto, cujo objetivo é enriquecer o debate. Sob este intento, tomamos o devido cuidado para não ser negligentes quanto à contribuição da sociologia, a qual tem muita experiência e produção teórica sobre movimentos para com a geografia e ainda mais a interpenetração das mesmas, conforme observamos no trabalho de Gohn (2010) ao se tratar dos movimentos<sup>2</sup>. Neste sentido, compreendemos que a discussão feita pela geografia sobre movimentos sociais carrega um déficit histórico quanto à sua análise geográfica. Essa limitação deve-se ao fato de que muitos trabalhos na geografia não conseguem ir além de uma

---

<sup>1</sup> Grifo nosso

<sup>2</sup> P. 143.



mera e superficial leitura sociológica, deste modo, pecando com a geografia em método, conceitos e campo. É fato que a visão geográfica está muito menos consolidada que a sociológica, e vários trabalhos intitulados de geógrafos não passam de uma mera reprodução sociológica com pequenos exercícios de cartografia deixando a desejar quanto à geograficidade do trabalho.

A princípio devemos nos ater à compreensão das diferenças, semelhanças e interpenetrações das duas ciências para entendê-las em suas especificidades e totalidades. Para o geógrafo George (1969), que é uma referência importante acerca das diferenças entre estas duas ciências, a geografia é compreendida como uma ciência que “...*ultrapassa o âmbito das demais ciências humanas, inclusive a sociologia, definindo-se como pesquisa de todas as correlações e causalidades relativas à situação atual e às vitalidades dessas coletividades*”<sup>3</sup> (1969, p. 12). Sua concepção é ampla e evidencia o caráter interdisciplinar da ciência geográfica, que nos possibilita ver que em muitos casos a geografia utiliza o método sociológico de outras ciências para a sua realização. Porém, esta sua compreensão ainda não é capaz de trazer elementos que nos permitam diferenciar a essência de um trabalho geográfico de um trabalho sociológico. Mais uma vez na concepção de George (1969), fica evidente que a interpenetração de ambas as ciências quanto ao objeto de análise:

Se o objeto da sociologia é a composição e o comportamento de grupo, há coincidências com o interesse geográfico na medida em que uma contribuição é dada para a caracterização de um grupo que o estudo geográfico pode projetar no espaço e por isso mesmo “cartografar” (GEORGE, 1969, p. 21)

A visão de Pierre George contribui no sentido de evidenciar até que ponto a sociologia pode estar presente na geografia e como a geografia pode se utilizar desse conhecimento para se realizar leituras do espaço. Outra contribuição quanto ao objeto da ciência geográfica é a de Santos (2008) que destaca o caráter de uma ciência que consubstancia aspectos físicos e humanos para a compreensão da totalidade:

Os objetos que interessam à Geografia não são apenas objetos móveis, mas também imóveis, tal uma cidade, uma barragem, uma estrada de rodagem, um porto, uma plantação, um lago, uma montanha. Tudo isso são objetos geográficos. Esses objetos geográficos são do domínio tanto do que se chama a Geografia Física como do domínio do que se chama a Geografia Humana e através da história desses objetos, isto é, da forma como foram produzidos e mudam, essa Geografia Física e essa Geografia Humana se encontram (SANTOS, 2008, p. 72).

Esses aspectos físicos e aspectos humanos imbricados em uma abordagem indissociativa confluem para a realização de uma análise de um objeto geográfico, que por isso se realiza de modo interdisciplinar. Mais adiante, na obra de Pierre George, o autor se atenta aos elementos fundamentais que são responsáveis por diferenciar ambas as disciplinas,

---

<sup>3</sup> Grifo Nosso

sendo eles: o campo, os métodos e os conceitos (George, 1969) são entendidos como estruturantes para compreendermos o enfoque e os objetivos do estudo de ambas as ciências.

Se partirmos da concepção de Pierre George (1969) sobre os elementos que diferenciam ambas as disciplinas e a aplicarmos no estudo de movimentos sociais e na construção do conceito de movimentos socioterritoriais realizado pela geografia, estes elementos tomam forma e significado. A diferença de campo refere-se à área de estudo da sociologia, ou seja, ao estudo do fenômeno ou fato social de uma maneira verticalizada, enquanto a preocupação da geografia é de se realizar o estudo do homem, considerando o fenômeno social, com a natureza ou o meio de modo horizontalizado e interdisciplinar (aspectos físicos e humanos).

A diferenciação caracterizada pelo uso e aplicação de métodos, sendo eles: positivista ou hipotético dedutivo, materialismo histórico e fenomenológico ou hermenêutico (Spósito, 2003) contribuem para essa distinção devido às especificidades das ciências. Além desta diferenciação de métodos científicos, o autor também suscita a idéia de uma distinção de métodos e metodologias específicas de cada ciência, como o método sociológico e o método geográfico, nos quais os métodos já citados são aplicados considerando as especificidades de cada um no ramo das ciências humanas. Santos (2008) apresenta que as diferenças de abordagem referem-se à pontos de vista distintos estruturados pelos métodos:

A questão que se coloca é, pois, sobretudo, uma questão de método, isto é, da construção de um sistema intelectual que permita, analiticamente, abordar uma realidade, a partir de um ponto de vista. Este não é um dado em si, um dado *a priori*, mas uma construção. É nesse sentido que a realidade social é intelectualmente construída. Escrevendo nos anos 40, Le Lannou provocou um escândalo, ao dizer que a geografia era um ponto de vista, expressão, aliás, mais precisa que a idéia de uma geografia como “estado de espírito”, levantada por H. Baulig (1948). Parafrazeando o que B. Stiegler (1994, p. 44) escreveu, a propósito da lingüística, “aqui é o ponto de vista que cria o objeto”. (SANTOS, 2008. p. 77)

Nesse sentido, os conceitos, sendo eles: espaço, território, paisagem, lugar e região, são os norteadores da análise, ou seja, são estas categorias de análise que caracterizarão e determinarão o estudo, podendo qualificá-lo ainda mais como um trabalho geográfico relevante ou não.

Fato é que o método, o campo e os conceitos estão entrelaçados em todas as ciências e são providos de intencionalidades. Para entendermos esta intencionalidade, tomamos como foco a discussão sobre movimentos sociais e movimentos socioterritoriais que é o alvo central do debate. Ao falarmos sobre e movimentos socioterritoriais, a reação da maioria das pessoas é o questionamento “*mas por que movimentos socioterritoriais e não movimentos sociais?*” e “*qual a diferença entre movimentos sociais e movimentos socioterritoriais?*”. São estas perguntas que visamos sanar para que possamos romper com a rejeição do conceito e

caminhar rumo à sua legitimação. Essas questões norteiam a nossa base teórica para desenvolvermos essa pesquisa, pois buscamos contribuir então para esse debate de modo que os movimentos socioterritoriais possam ser mais que uma analogia a movimentos sociais.

Fato é que tanto no estudo sociológico quanto no estudo geográfico têm-se, por essência, objetivos diferentes. Enquanto a sociologia privilegia o estudo do fenômeno ou fato social, a geografia se preocupa com o fenômeno social em sua relação homem-natureza/meio e vice-versa, cabendo as devidas proporções quanto à verticalidade e horizontalidade dos estudos visto que a geografia se vale de outras ciências. Fernandes (2005) expõem a preocupação dos sociólogos na construção do conceito de movimentos sociais e a suas contribuições e limitações para com a geografia:

Os sociólogos, na contribuição do conceito de movimento social, preocupam-se predominantemente com as formas de organização e com as relações sociais para explicar as ações dos movimentos. Essa é uma possibilidade, que contribui parcialmente para a compreensão dos processos sociais e geográficos (Fernandes, 2005, p. 30).

Deste modo, o que nós geógrafos advogamos é que partamos para uma análise geográfica do estudo dos movimentos (Fernandes, 2005; Pedon, 2009) se amparando no campo, métodos e conceitos e não uma mera reprodução de estudos sociológicos como forma de uma pseudo-geografia, quando e/ou se este trabalho for cartografado.

Nossa visão parte do reconhecimento da necessidade de uma leitura geográfica para o próprio avanço da geografia. Com isso, poderemos afirmar que a diferença entre movimentos sociais e movimentos socioterritoriais é essencialmente uma diferença relacionada a áreas de estudo diferentes da ciência humana. Pedon (2009) evidencia e ressalta que essa diferença se refere a uma diferença perspectivas:

O movimento social e movimento socioterritorial constituem um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se mobiliza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses. Fernandes (2000) assevera que não se trata da existência de dois tipos de movimentos distintos: movimentos socioterritoriais e movimentos sociais. Desta forma, *não existem um e outro. Existem movimentos sociais desde uma perspectiva sociológica e movimentos socioterritoriais ou movimentos socioespaciais desde uma perspectiva geográfica* (FERNANDES, 2008). Ao nosso ver, o autor ressalta que sua proposta é marcadamente epistemológica, ou seja, reside no campo do desenvolvimento de formulações, teorias e conceitos, destinados a realizar uma leitura geográfica da dinâmica social encetada pela luta de classes. (PEDON, 2009, p. 228)

Fica evidente que a existência de uma leitura geográfica respeita, valoriza e se vale do conhecimento e da produção da sociologia. Em momento algum há a idéia de anulação da outra ou de discordância, pois o objeto, o enfoque e a intencionalidade são os diferenciais nesta análise. De fato, o sujeito é o mesmo, a diferença esta no modo de ver e analisar as

relações do movimento, sendo ela com o espaço geográfico e o território, em suas diversas dimensões (Econômica, Ambiental, Cultural, Social, Política e etc.), ou com a sociedade. Deste modo, o estudo do fenômeno social, realizado sob um olhar geográfico, torna-se o estudo do fenômeno socioespacial e ou socioterritorial.

Na visão da sociologia os movimentos são compreendidos como fenômenos, de modo que a relação homem-homem, ou seja, a relação social tem o papel principal na abordagem:

Os movimentos sociais são fenômenos históricos decorrentes de lutas sociais. Colocam atores específicos sob as luzes da ribalta e, períodos determinados. Com as mudanças estruturais e conjunturais da sociedade civil e política, eles se transformam. Como numa galáxia espacial, são estrelas que se acendem enquanto outras estão se apagando, depois de brilhar por muito tempo. São objetos de estudo permanente. Enquanto a humanidade não resolver seus problemas básicos de desigualdades sociais, opressão e exclusão, haverá lutas, haverá movimentos. E deverá haver teorias para explicá-los: esta é a nossa principal tarefa e responsabilidade, como intelectuais e cidadãos engajados na luta por transformações sociais em direção a uma sociedade mais justa e livre (GONH, 1997, p. 20).

Tanto na abordagem sociológica quanto na abordagem geográfica estão presentes elementos similares. Neste caso a relação homem-homem, ou seja, a relação social é o que há em comum em tanto na abordagem sociológica quanto geográfica. O diferencial que justifica a construção do conceito de “movimentos socioterritoriais” parte da necessidade da geografia de realizar uma análise que vá além da leitura da relação homem-homem, passando para o patamar das relações homem-homem e homem-natureza.

Esta leitura indissociada da relação homem-espaço realizada pela geografia acerca dos movimentos socioterritoriais/sociais, por mais que seja interdisciplinar, não é encontrada nas tentativas de se definir o que seria um movimento social realizada pela sociologia justamente por não se realizar essa leitura multidimensional do homem com o espaço/território se atendo substancialmente às relações sociais, ou seja, na relação homem-homem, conforme podemos notar:

Acreditamos que um movimento social com certa permanência é aquele que cria sua própria identidade a partir de suas necessidades e seus desejos, tomando referentes com os quais se identifica outros igualmente carentes, excluídos ou sem direitos, reconhecimentos ou pertencimentos. Um movimento social não assume ou “veste” uma identidade pré-construída apenas porque tem uma etnia, gênero ou uma idade. Este ato configura uma política de identidade e não uma identidade de política. O reconhecimento da identidade política se faz no processo de luta, perante a sociedade civil e política; não se trata de um reconhecimento outorgado, doado, uma inclusão de cima para baixo. (GONH, 2010, p. 31-2).

Em suas contribuições à pesquisa geográfica Pedon (2009) e Fernandes (2005) defendem a idéia de construção de uma autonomia que parta desde a proposta conceitual com

o objetivo de se legitimar a análise geográfica através de um conceito *geograficizado* até o seu desenvolvimento para se metamorfosear de orientada para orientadora:

A proposta conceitual que busca firmar os movimentos no campo da leitura geográfica, redefinindo-os a partir do conceito de movimento socioterritorial, constitui um momento do desenvolvimento da geografia. Nesse processo de evolução, a geografia amplia sua “bagagem” e inverte sua posição no campo da pesquisa social. De orientada, busca assumir a função de orientadora. (PEDON, 2009, p. 228)

Nesse sentido a abordagem de Pedon (2009) conflui com a de Santos (2008) que advoga a idéia de uma abordagem geográfica e de um tratamento *geograficizado* do objeto de modo que as formulações conceituais dêem conta do todo e das partes como objetivo estrutural da geografia:

Não cremos, pois, que seja indispensável continuar buscando a definição de um objeto com existência separada, isto é, uma existência geográfica, um objeto geográfico em si. A partir do entendimento que tivermos do que deve ser objeto da disciplina geográfica, ficamos em condições de tratar, *geograficamente*, os objetos encontrados. Mas esta proposição restará tautológica, se não buscarmos as categorias analíticas que permitam rever o todo como realidade e como processo, como uma situação e como movimento. Trata-se de formular um sistema de conceitos (jamais um só conceito!) que dê conta do todo e das partes em sua interação. Pensamos que nossa proposta atual de considerar o espaço geográfico como a soma indissolúvel de sistemas de objetos e sistemas de ações pode ajudar esse projeto. (SANTOS, 2008. p. 77)

A contribuição conceitual de Pedon (2009) se realiza de modo legítimo por visar o tratamento de um objeto sob um “olhar geográfico”, ou melhor, por tratar geograficamente o estudo dos movimentos sociais de modo que seja digno à ciência geográfica por reconhecer o valor socioespacial e socioterritorial do objeto sob o enfoque geográfico. Assim, o processo de metamorfose da ciência geográfica de orientada para orientadora torna-se legítimo e passa a contribuir para uma leitura geográfica no sentido de se valorizar os elementos estruturais para a diferenciação das disciplinas que Pierre George (1969) chamava a atenção: o campo, o método e os conceitos. Não se trataria nesse momento em se definir o lugar de cada uma das disciplinas no corpo das ciências humanas, mas sim em compreender quais os objetivos de cada ciência quanto aos seus métodos, metodologias, conceitos, objetos, abordagens e etc.

Portanto, deve-se ficar claro que a escolha da geografia pela construção do conceito de movimentos socioterritoriais dá-se pela necessidade de se fazer uma análise geográfica de um objeto em comum com a sociologia. Deve ficar claro, também, que os movimentos sociais e os movimentos socioterritoriais são os mesmos sujeitos vistos sob diferentes pontos de vistas, ou seja, um mesmo objeto compreendido sob o olhar geográfico ou sociológico em que a diferença está justamente na perspectiva de cada ciência.

Outro questionamento comum e fundamental para se compreender a proposição da geografia quanto à construção do conceito de movimentos socioterritoriais refere-se à amplitude do conceito e seu significado *in natura* que o diferencia de um movimento social. Para tanto, Fernandes (2005) nos apresenta uma leitura da multidimensionalidade do território, ou seja, da sua totalidade, que na qual podemos distinguir e diferenciar uma abordagem de um movimento social, com uma visão mais unidimensional, e de um movimento socioterritorial com uma visão híbrida das dimensões, nas quais se destacam os conceitos de espaço e território. Sua abordagem faz-se pela tendência de nos últimos anos diversas áreas do conhecimento adotarem o conceito de território como essencial em suas análises.

A utilização do conceito de território por parte das outras ciências torna-se um problema, pois muitas vezes se dá de modo unidimensional conforme apresenta Fernandes (2005):

A compreensão do território como espaço unidimensional trata-o como um setor, chamando-o equivocadamente de território. Essa é uma prática muito comum na implantação dos denominados projetos de “desenvolvimento territorial”. (Fernandes 2005, pg. 28)

Em muitos casos o conceito de Território é tratado e entendido como sinônimo de espaço, ou em casos extremos o território é visto sob forte viés econômico ou social. Muitos desses erros devem-se a uma visão fragmentada da realidade e pelo fato de que a intencionalidade leva o pesquisador a totalizar erroneamente a dimensão do espaço a qual estuda conforme Fernandes ressalta:

É importante reforçar que o espaço como fragmento ou fração é uma representação, construída a partir de uma determinação interagida pela receptividade, constituída por uma relação social. Essa representação exige uma *intencionalidade*, ou seja, uma forma de compreensão unidimensional do espaço, reduzindo suas qualidades. Desse modo, apresentam o espaço político somente como político, o espaço econômico somente como econômico e o espaço cultural somente como cultural. Essa compreensão se efetiva, ainda que os espaços políticos, econômicos e culturais sejam multidimensionais e completivos do espaço geográfico. (Fernandes 2005, pg. 27)

Essa visão fragmentária do espaço contribui para a realização de uma leitura dos movimentos sociais/socioterritoriais fragmentada e unidimensional, ou seja, essa visão reforça a construção de uma visão insustentável por ser parcelaria e condenada ao fim por limitações crônicas. Nesse sentido, a visão sociológica do território caminha para o fim por se limitar a uma visão extremamente sociológica do espaço e cometendo o erro da totalização como a tida pelo sociólogo (Schneider, 2005). Santos (2008) refere-se aos equívocos no uso de conceitos da geografia utilizadas por outras disciplinas:

A. Giddens, num texto assassino (1984, 1987, PP. 433-434), criva os geógrafos de sarcasmo, ao reclamar que a sociologia teria muito a ganhar com a contribuição teórica vinda da geografia: os conceitos geográficos poderiam ajudar os sociólogos a incorporar em suas análises a realidade do espaço. Para Giddens, a falta de apetite dos geógrafos viria de fato de que estes se contentariam em acolher e utilizar a produção teórica dos sociólogos, responsável por avanços teóricos na geografia. Trata-se, na realidade, de um equívoco, conceitos em uma disciplina são freqüentemente apenas metáforas nas outras, por mais vizinhas que se encontrem. Metáforas são *flashes* isolados, não se dão em sistemas e não permitem teorizações. Uma definição consistente do espaço geográfico não pode ser encontrada nas metáforas provindas de outras disciplinas. Nem os conceitos de espaço que essas disciplinas estabelecem podem passar, automaticamente, para a disciplina geográfica. Mesmo as idéias seminais de Einstein, como a da relatividade e a equivalência entre o campo e o espaço, necessitam de adequação, para se tornarem operacionais em geografia. É a geografia que cabe elaborar os seus próprios conceitos, antes de tentar emprestar formulações de outros campos. (SANTOS, p. 87).

Entendemos que há contribuições recíprocas, porém devemos nos atentar às “adequações” necessárias para se fazer uso na geografia assim como nas demais ciências. Para evitar equívocos na compreensão do conceito de movimentos socioterritoriais é preciso esclarecer que o espaço social está contido no espaço geográfico, criado originalmente pela natureza e transformado continuamente pelas relações sociais, que produzem diversos outros tipos de espaços materiais e imateriais, como por exemplo: políticos, culturais, econômicos e ciberespaços (Fernandes 2005, p. 26).

Dentre as justificativas para a construção e uso do conceito de movimento socioterritorial que evidenciam a sua amplitude e o diferencia da abordagem feita aos movimentos como meros movimentos sociais é a visão multidimensional da geografia sobre o espaço em seu caráter *composicional* como aborda Fernandes (2005):

O espaço é parte da realidade, portanto, multidimensional. Para uma eficaz análise conceitual é necessário definir o espaço como *composicionalidade*, ou seja, compreende e só pode ser compreendido em todas as dimensões que o compõem. Essa simultaneidade em movimento manifesta as propriedades do espaço em ser produto e produção, movimento e fixidez, processo e resultado, lugar de onde se parte e aonde se chega. Por conseguinte, o espaço é uma *completitude*, ou seja, possui a qualidade de ser um todo, mesmo sendo parte. Desse modo, o espaço geográfico é formado pelos elementos da natureza também e pelas dimensões sociais, produzidas pelas relações entre as pessoas, como cultura, política e a economia. As pessoas produzem espaços ao se relacionarem diversamente e são frutos dessa multidimensionalidade (Fernandes 2005, p. 26).

O último e mais relevante desafio que visamos resolver nesta parte é o de responder o questionamento sobre o que é um movimento socioterritorial? Qual a definição de movimentos socioterritoriais?

Os trabalhos de Fernandes (2005) e Pedon (2009) são contribuições importantes na criação, construção e definição deste novo conceito. Em seus esforços quanto às definições do

conceito um movimento socioterritorial é aquele que tem o território como trunfo, como motivo de sua existência, em que todas as suas ações têm como finalidade a conquista de um território que pode ser uma casa (moradia), terra (lote de assentamento) e etc. Como exemplo temos os movimentos socioterritoriais urbanos que têm como objetivo, na maior parte dos casos, a conquista da moradia como, por exemplo, o MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto e os movimentos socioterritoriais camponeses que lutam por acesso à terra, resistência e melhores condições para a sua reprodução social como o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, conforme Pedon (2009):

No que se refere aos movimentos socioterritoriais rurais, tem-se a luta pela terra como condição de acesso ao espaço da produção dos meios de existência, e a luta na terra como forma mais ampla de manutenção ou melhoramento dessas condições. Quando projetadas sobre o espaço, as ações intencionais o transforma em território, uma vez que ele passa a constituir espaço problematizado e disputado por diferentes grupos sociais. (Pedon, 2009. p. 190)

Na concepção de Pedon (2009) também se destacam as “ações intencionais” projetadas no espaço e a sua transformação em território, revelando assim o conflito como consequência deste processo, que se materializam nas ocupações de terras e nas manifestações. Outra parte importante desse debate é o fato de que o território do movimento socioterritorial pode ser tanto material quanto imaterial, de modo que não há possibilidade de haver um território material sem o território imaterial, ou seja, o território imaterial pode existir sem um território material, mas para que o território material exista é condição inevitável a existência de um território imaterial como, por exemplo, as ideologias (Fernandes, 2009; Cubas, 2009).

Nesse sentido, é evidente que não existem movimentos sociais sem espaço. Todos os movimentos produzem algum tipo de espaço, mesmo não tendo o território como trunfo, por isso, o conceito de movimentos socioespaciais também se justifica. Do mesmo modo que alguns movimentos transformam espaços em territórios, sendo considerados ao mesmo tempo movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais, também se territorializam e são desterritorializados e se reterritorializam carregando consigo suas identidades territoriais e territorialidades (Fernandes, 2004). Assim o território pode ser tanto o ponto de chegada ou onde se busca chegar quanto o de partida dos movimentos, isso dependendo da capacidade transformadora do movimento socioterritorial/social realizada por meio das ações políticas como as ocupações de terras que criam espaços de lutas, de socialização política, fortalece o território imaterial e conquistam territórios como os assentamentos rurais (Fernandes, 2000, 2005).

Deste modo, voltamos a frisar que para se compreender geograficamente os movimentos faz-se necessário tomar como referência seus conceitos (espaço, território e etc.),



o campo e o método geográfico, que, por consequência, prevê a realização de uma análise conjunta com outras disciplinas. E se não entendermos que o espaço social é uma dimensão completa que complementa o espaço geográfico caminharíamos para uma compreensão da realidade confusamente percebida, ou seja, deve-se entender que algumas partes são um todo e que, nesse sentido, a geografia ruma na construção do conceito de movimentos socioterritoriais com o objetivo de desfragmentar as leituras do espaço evitando não cair em uma análise limitada, incompleta, uniescalar e unidimensional. Essa proposição conceitual visa evitar possíveis erros de que algumas partes sejam transformadas em todo e o todo transformado em parte de modo que o conceito de movimentos socioterritoriais se aproxime mais do todo, ou seja, do espaço geográfico.

Assim, fica evidente que o que se difere em ambas as abordagens (sociologia e geografia) é fruto de diferenças de visões sobre um mesmo objeto. Essas perspectivas diferentes é que resultarão em concepções diferenciadas de um mesmo objeto e não em objetos diferentes, conforme Fernandes nos explica:

Para evitar mal-entendidos com relação a nosso pensamento, enfatizamos que o movimento social e movimento socioterritorial são um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se organiza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses, em possíveis enfrentamentos e conflitos, com objetivo de transformação da realidade. Portanto, não existem “um e outro”. Existem movimentos sociais desde uma perspectiva sociológica e movimentos socioterritoriais ou movimentos socioespaciais desde uma perspectiva geográfica (FERNANDES, 2005. p. 31)

Por fim, o desafio que cabe a nós geógrafos é o de reconhecer o valor social dos objetos e nos trabalhos sociológicos sob um enfoque geográfico. O que deve ser valorizado nesse sentido é a capacidade de adequação que o geógrafo terá em trazer elementos das outras ciências de modo que se estabeleça uma continuidade no enfoque geográfico para evitar pecar com geografia em uma negação sistêmica do espaço como um híbrido de dimensões.

## **2. História da ocupação do Pontal do Paranapanema e Análise da Estrutura fundiária do Pontal do Paranapanema de – 1992-2006: desmistificando os dados**

A ocupação do Pontal do Paranapanema reflete uma história de reconfiguração espacial onde se destacam os processos de territorialização, re-territorialização e desterritorialização em três momentos principais. Em um primeiro momento, destaca-se a territorialização do latifúndio através do processo de grilagem sendo elementar na desterritorialização da população indígena para territorialização do capital agrícola. No segundo momento, com a consolidação do latifúndio os pequenos proprietários e posseiros que mais tarde vieram para viver e trabalhar na construção das fazendas também foram

desterritorializados pela lógica expropriadora do capital materializada na acumulação de terras e os remetendo para os núcleos urbanos e outras regiões do país ou até mesmo culminando na organização de movimentos camponeses como a liga de Santo Anastácio cujo objetivo de lutar pela terra viera da própria condição precária e desumana de reprodução social. Por fim, o terceiro momento é fruto da contraditoriedade intrínseca da lógica de acumulação do capital, a luta pela terra levada a cabo pelos movimentos socioterritoriais camponeses surgem promovendo a re-territorialização ou tendo como enfoque imanente a desterritorialização do latifúndio, ou seja, o processo de re-territorialização do campesinato dar-se-á em detrimento do latifúndio.

Neste último trataremos no transcorrer de toda a pesquisa. Neste capítulo daremos enfoque apenas para os dois primeiros trazendo a tona fatos, elementos e sujeitos que foram determinantes para a ocupação do Pontal do Paranapanema. Nosso principal referencial é a obra de José Ferrari Leite “A ocupação do Pontal do Paranapanema”.

## **2.1 A Ocupação do Pontal do Paranapanema**

A frente pioneira foi determinante para o processo de ocupação do Estado de São Paulo. De acordo com Pierre Monbeig (1984), na região do Pontal do Paranapanema, o avanço da frente pioneira destruiu o território indígena. Visto a ameaça ao domínio do território, a população indígena objetivando afugentar o homem branco realiza ataque a alguns agrupamentos da frente pioneira, como descreve Leite:

Comprimidos entre as frentes pioneiras procedentes do oeste e o rio Paraná, a oeste, não restara outra opção aos “caigangues” senão atacar, vez por outra, ao pôr-do-sol, ou ao amanhecer, as palhoças instaladas fortuitamente no seio da floresta. (LEITE, 1981, p.43).

Em contrapartida às atitudes dos indígenas, jagunços realizaram várias expedições com o objetivo de exterminar a população indígena da região.

Porém o revide do colonizador branco era terrível. Era contratar bandos de jagunços armados, cujo objetivo era limpar o território e exterminar o “bugre ateu”. Houve expedições, na época chamadas “dadas”, unicamente para liquidar os índios. (LEITE, 1981, p.43).

A violência do colonizador branco sobre a população indígena revela que o processo de ocupação do Pontal desde o seu início foi realizado através de meios considerados desumanos, provocando a expropriação e o extermínio da população indígena com o objetivo de assegurar a posse do novo território ao colonizador.

Após a “limpeza do território” no final do século XIX, ocorreu a abertura da estrada “Boiadeira<sup>4</sup>”, que facilitou a entrada na região. A estrada viabilizaria o transporte de produtos para o comércio e a chegada de nova população. Posteriormente com a inauguração da Estrada de Ferro Alto Sorocabana, a região teve um processo de valorização das terras.

Outro fator determinante no processo de ocupação do Pontal do Paranapanema foi a lei de Terras<sup>5</sup> que entre o período de 1850-1856 permitia que pessoas com posses ou sesmarias regularizassem suas terras em uma unidade paroquial, assim, as terras registradas eram legalmente consideradas e reconhecidas pelo Estado como domínio particular, transformando as terras em propriedade privada. As terras restantes seriam consideradas terras devolutas e retornariam para posse do Estado, com o objetivo de colonizar e incentivar a imigração e o estabelecimento da agricultura com pequenos agricultores.

No Pontal do Paranapanema a grilagem foi um dos principais processos que determinou e configurou a sua complexa questão agrária. Na região, a grilagem surge com Antonio José de Gouveia, que em maio de 1856 teria extraído na paróquia de São João Batista do Rio Verde no município de Itaporanga com o vigário frei Pacífico de Monte Falco o registro da Gleba denominada Fazenda Pirapó-Santo Anastácio. No registro do vigário ou registro paroquial como também ficou conhecido Gouveia declarou morada nas terras desde 1848.

Porém, o registro paroquial era falso e foi realizado em período posterior ao vencimento da Lei de Terras. De acordo com Leite (1998) e Antonio; Fernandes; Valenciano (2006) a posse das terras foi determinada ilegal devido à promulgação da lei 601, em período anterior à realização do registro da fazenda:

Essas falsificações ocorreram visto que os “proprietários” deveriam legitimar as suas posses com base na lei nº 601, de 1850, conhecida como lei de terras. A lei de terras determinava o fim das declarações de posse por meio dos registros paroquiais e permitia apenas a legitimação de terras, devolutas. (ANTONIO; FERNANDES; VALENCIANO, 2006, p. 62).

Embora a posse das terras fosse declarada ilegal José Gouveia teria vendido a Fazenda Pirapó-Santo Anastácio para Joaquim Alves de Lima que em seguida veio a falecer, deixando como herança a posse das terras para seu filho João Evangelista. Este foi o primeiro a tentar a legitimação das terras por meios legais em 1886, porém, a tentativa foi mal sucedida.

Outro grilo importante, de dimensão superior ao da fazenda Pirapó-Santo Anastácio, e que influenciou na história do Pontal foi o da Fazenda Boa Esperança do Água Pehy. Sua

---

<sup>4</sup> A boiadeira estava aberta desde 1905, ligando as pontas dos trilhos da Sorocabana até as margens do rio Paraná no Porto de Tibiriça, facilitando a passagem do gado bovino proveniente do Estado de Mato Grosso (Leite pg. 33).

<sup>5</sup> Foi uma das primeiras leis agrárias brasileiras, tendo origem após a independência do Brasil e sendo apresentada por Bernardo Pereira de Vasconcelos em 1843 ao Conselho de Estado do Império.

origem esta ligada a José Teodoro de Souza que extraiu seu registro paroquial com o Vigário Modesto Marques Teixeira na vila de Botucatu, conhecidamente lavrado no mesmo mês em que ocorreu a posse de José Gouveia. Nos documentos de posse Teodoro alegava morada habitual desde 1847.

As histórias das duas fazendas se cruzam quando o coronel Manuel Pereira Goulart e Francisco de Paula Morais genro de José Teodoro de Souza e suposto proprietário das terras, solicitam a legitimação das terras alegando serem possuidores das terras que tiveram posse em 1850 e afirmavam ter diferentes culturas. No mesmo ano, 1886, João Evangelista de Lima também tenta o pedido de reconhecimento legal da fazenda Pirapó-Santo Anastácio como sua propriedade. Visto que os processos estavam repletos de falsidades e erros o governo reconhece como nulos, imprestáveis e falsos os documentos.

Entretanto, mesmo sem os reconhecimentos de posse, João Evangelista e Manuel Pereira Goulart acordam em permutar as propriedades. Assim, a Fazenda Boa Esperança do Água Pehy passa a ser de João Evangelista e a fazenda Pirapó-Santo Anastácio de Goulart, que inicia uma corrida para obter a legitimação das terras<sup>6</sup>. Porém, Goulart sabendo que não havia posse legal das terras e que por causa disso a permuta era nula buscou um meio de conseguir o reconhecimento do governo necessário para efetuar transações com “suas” terras.

A obtenção mais favorável e próxima da posse que Goulart conseguiu foi o reconhecimento de uma petição encaminhada ao Ministério da Agricultura que solicitava a alocação de colonos estrangeiros na Fazenda Pirapó-Santo Anastácio em 28 de fevereiro de 1891.

Os termos “sua fazenda” foram suficientes para Goulart e tiveram força de legitimação da sua posse. A partir daí, vendeu, trocou e doou terras. (LEITE, 1981, p. 43).

A principal consequência da autorização foi o desencadeamento de um processo de venda e trocas. Também, por consequência do não reconhecimento legal das terras, por pensar que as terras continuavam devolutas e em dúvida ao título de Goulart, começaram a surgir centenas de “grilos” realizados por aventureiros paulistas e mineiros sobre um “Grilo Mãe” que era a Fazenda Pirapó-Santo Anastácio (FERNANDES, 1996).

O acesso à região foi facilitado com a abertura da Estrada de Ferro Sorocabana que promoveu a territorialização da grilagem. A estrada se originava em Botucatu e seguia em sentido às margens do Rio Paraná, tendo como intuito viabilizar o acesso do Estado de São Paulo ao Estado do Mato Grosso. A ocupação da terra somente se efetivou com a construção

---

<sup>6</sup> A permuta foi realizada em 11 de janeiro de 1890 no Tabelionato José Manuel de Almeida em Santa Cruz do Rio Pardo. Ver Leite, 1981.

da estrada de ferro, fortemente incentivada pelo governo por motivos militares e políticos<sup>7</sup>, que aumentou a procura das terras para o estabelecimento de culturas e sendo determinante para a origem dos municípios e distritos, que por sua vez confirmariam o processo de ocupação da região. A construção da ferrovia facilitou a chegada de comerciantes, aventureiros, especuladores e foragidos. Mas também trouxe imigrantes, como os alemães, italianos, espanhóis e japoneses que contribuíram para a realização de atividades agrícolas, principalmente familiar. Concomitantemente, como pequenos vilarejos, surgiram municípios ao longo da estrada de ferro, como: Presidente Prudente (1917), Presidente Bernardes (1919), Santo Anastácio (1920), Presidente Venceslau (1921) e Presidente Epitácio (1922) (PASSOS, 2003).

Com a chegada da ferrovia e o mercado bem favorecido para a venda de café, acelerou-se o processo de divisão de parte da fazenda<sup>8</sup> e o avanço da cultura na região, assim como em outras do Estado, que passou a investir na cafeicultura. Considerando o rápido avanço do café no Estado de São Paulo e sua responsabilidade por grande parcela da economia do país, a estrada de ferro Alto Sorocabana se demonstrou cada vez mais importante para o desenvolvimento econômico e como fator determinante no processo de ocupação da região:

A cafeicultura e a ferrovia desempenharam papel importante na ocupação do Pontal do Paranapanema, permitindo a formação de alguns povoamentos que se elevaram à categoria de municípios e, atualmente, desempenham funções importantes na prestação de serviços para a região do Pontal do Paranapanema. (ANTONIO; FERNANDES; VALENCIANO, 2006, p. 67).

Porém, logo após a crise que abalou a economia mundial em 1929 com uma grande recessão, na região a cultura do café foi substituída pela cultura do amendoim e algodão. Além disso, outras culturas em menores escalas foram inseridas no Pontal a fim de minimizar os efeitos da crise. A queda do preço do café e a situação duvidosa das terras no Pontal contribuíram fortemente para desvalorizar e desacelerar o processo de comercialização das terras na região. Porém, posteriormente, com a eleição de Getúlio Vargas à Presidência e a recuperação da economia as terras no Pontal voltam a se valorizar, aumentando assim o número de ocupantes e posseiros na região<sup>9</sup>.

Nesse mesmo período, Manoel Goulart acelerou o processo de divisão da fazenda Pirapó-Santo Anastácio, negociando com numerosos compradores. Nesse tempo algumas propriedades griladas e compradas por especuladores eram invadidas por intrusos com outros

---

<sup>7</sup> A ocupação pela infantaria paraguaia à cidade de Corumbá em 3 de janeiro de 1864 foi um dos fatos que despertou os olhos do governo brasileiro, contribuindo para acelerar o processo de ocupação do território na região Centro-Oeste e garantir a soberania nacional. Ver Leite, 1981

<sup>8</sup> Algumas fazendas da divisão da Pirapó-Santo Anastácio ficaram famosas por sua elevada proporção, como a Fazenda Vale do Paranapanema, a Ribeirão Grande e Antas e a Gleba Caiuá-Veado, todas possuindo dimensão superior a 12.000 hectares.

<sup>9</sup> Nessa época acirraram-se os conflitos na região. Havia um grupo de capangas especializados em expulsar outros grileiros e ocupantes.

falsos títulos de propriedade da terra. Ocorreram relatos de grilagem da grilagem com casos de conflitos entre grileiros pequenos e grandes grileiros que utilizavam grupos de jagunços armados para combater os pequenos ocupantes. O objetivo da venda das terras na região era promover sua valorização e assegurar a posse das terras. Porém, no transcorrer da tentativa de legalização das terras, o Estado identificou mais uma vez a irregularidade das terras compreendidas no grilo mãe Fazenda Pirapó-Santo Anastácio.

Em dezembro de 1930, a Fazenda do Estado de São Paulo opõe-se à partilha da Pirapó-Santo Anastácio; em uma longa petição encaminhada ao juiz da comarca de Presidente Prudente alegando ser nulo o processo divisório... porque “os títulos originais da posse e domínio particulares sobre as terras da aludida Fazenda foram falsificados criminosamente, como fim de lesar o patrimônio do estado. Assim, (diz o opoente) todos os títulos referentes ao imóvel dividendo, desde o registro paroquial de 14 de maio de 1856, até a permuta feita, em 11 de janeiro de 1890, entre João Evangelista de Lima e Manuel Pereira Goulart, são falsos ou nulos e sem qualquer valor jurídico. Nestas condições, tais terras fazem parte do domínio do estado, como devolutas que são [...]”. (LEITE, 1981, pg. 46).

Visto que a petição foi recusada pelo juiz o Estado buscou mais indícios para provar as ilegalidades da Fazenda. Posteriormente foi identificado também à falsidade da assinatura e o reconhecimento da firma constada no registro paroquial da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio trinta anos após a morte do frei Pacifico de Monte Falco. O Estado, em 1932 e 1936, publicou notas na imprensa comunicando a periculosidade da aquisição de terras no Pontal por serem terras devolutas. Ocorreram tentativas mal sucedidas através de meios políticos visando à legalização das terras<sup>10</sup>. Durante o transcorrer do processo na comarca de Presidente Prudente e no fórum, as matas eram derrubadas e além do avanço da pastagem para o gado bovino algumas culturas cresciam sobre a área da mata, dando nova configuração à paisagem da região.

Em 1908, o coronel Manoel Goulart já hospitalizado e junto a sua mulher negociam com a Companhia dos Fazendeiros de São Paulo cerca de 70.000 hectares. Posteriormente essas terras foram oferecidas como garantia hipotecária a bancos franceses. Em 1927 a companhia fale e em 1928 seus direitos e bens são passados ao Coronel Alfredo Marcondes Cabral.

... “os direitos e ações sobre quaisquer sobras ou remanescentes da propriedade territorial denominada Fazenda Pirapó-Santo Anastácio, porventura existentes e que não foram ou não puderam ser arrecadados por estarem detidos por terceiros”. (LEITE, 1981, pg. 51).

Enquanto isso, a família de Goulart deu continuidade ao processo de comercialização das terras.

---

<sup>10</sup> A Emenda nº 47 de deputado e advogado João Carlos Fairbanks.

Enquanto os descendentes de Manoel Pereira Goulart, especialmente seu filho coronel Francisco de Paula Goulart, retalhavam e vendiam em sítios e fazendas a parte que lhes restava da Pirapó-Santo Anastácio, fazendo crescer e movimentar-se a cidade de Presidente Prudente, o Pontal do Paranapanema ia sendo morosamente penetrado e grilado, aparecendo, às vezes, um rancho perdido na solidão da mata tropical. (LEITE, 1981, pg. 52).

Posteriormente Alfredo Marcondes transfere seus dois terços da antiga Fazenda Pirapó-Santo Anastácio a Heitor Xavier da Cunha e a Homero de Barros Viegas que por sua vez vende as terras à Companhia Imobiliária e Agrícola Sulamericana, visto que o gerente e o presidente da empresa eram Alfredo Marcondes Cabral e José Castilho Cabral (Leite p. 52). A Companhia acelera o processo de comercialização das terras

Na década de 1940, inicia-se na região um amplo processo de desmatamento e ocupação agrícola, para implantação de fazendas de criação de gado, cultivo de algodão e amendoim. Muitas fazendas da região foram construídas através do abuso do trabalho de posseiros e imigrantes que trabalhavam com a promessa de posteriormente poder produzir na área, mas acabavam sendo expulsos ou eliminados das terras.

Foi nessa época que surgiu a célebre figura do “quebra-milho”, capanga contratado por grandes grileiros com o fito de expulsar outros grileiros e portadores de falsos títulos de domínio, bem como os posseiros.

As demarcações de terras também passam a gerar sérias refregas, pois era freqüente descobrir-se que uma ou outra fazenda havia sido invadida por ocupantes de propriedade contígua cujos peões já haviam derrubado 200 ou 400 hectares de matas.

Não eram raros os cadáveres vistos boiando em águas dos riachos e rios do sertão sorocabano, vítimas de tocaias traiçoeiras em picadões recém-abertos. (LEITE, 1981, pg. 53).

A expansão da fronteira agrícola e da criação de pasto para gado bovino provocou graves impactos ambientais, como: erosão, exaustão do solo, assoreamento dos córregos e etc. Na mesma década o Governo Estadual criou três reservas florestais para conservação da fauna e flora, Lagoa São Paulo, Morro do Diabo e Grande Reserva do Pontal. Dentre as reservas criadas, apenas a reserva florestal Morro do Diabo restou, as outras foram consumidas pelo avanço da pastagem. O desmatamento ocorreu de maneira intensa no período de 1945-1965, contribuindo para o processo de degradação do meio ambiente e destruição das reservas florestais existentes no Pontal.

A grilagem de terras continua sendo um elemento estruturante da questão agrária do Pontal do Paranapanema. Este elemento, evidentemente, gerou conflitualidades entre grileiros e camponeses. Em Santo Anastácio, a Liga Camponesa estabelecida em Abril de 1946 sob

influência do PCB – Partido Comunista Brasileiro, representava os interesses dos pequenos agricultores e trabalhadores rurais, ou seja, da classe trabalhadora rural, por consequência fortalecendo o partido na região (WELCH, 2009). Além da defesa dos interesses dos camponeses, as ligas visavam a promoção da reforma agrária, sendo assim, tida pela classe dominante como ameaça à ordem e à propriedade privada.

A Liga fora compreendida como uma organização representativa, por parte da classe trabalhadora rural, incômoda, por parte da classe dominante. Com a ditadura Vargas, intensificou-se a perseguição política, em Junho de 1946, a Liga foi fechada. Também, diante das repressões do estado o PCB foi fechado e posto na ilegalidade, obrigando a manter relações clandestinas durante a década de 1950. As ligas camponesas no Pontal foram uma breve experiência de organização e de resistência dos camponeses na luta contra a grilagem, que se consolidará somente quatro décadas depois, ou seja, na década de 1990 com a chegada do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Nestes quarenta anos, ocorreram diversas e variadas formas de resistência dos camponeses, sempre sob a perseguição implacável dos grileiros, como comentaremos adiante. A questão da grilagem e da reforma agrária não foi resolvida nas décadas seguintes, por um lado por causa da ditadura militar e por outro por causa do poder político dos coronéis grileiros. Foi neste contexto que ocorreu a deposição do Presidente João Goulart, dentre os motivos destacava-se o propósito de livrar a nação do “perigo comunista (WELCH, 2009).

## **2.2 A estrutura Fundiária do Pontal do Paranapanema analisada através dos dados do INCRA**

A posse da terra é fundamental para a produção agropecuária independente do seu modo de produção. A forma como se dá a sua distribuição e concentração implica nas relações socioeconômicas e, tão logo, determina a questão agrária. Sendo a propriedade privada uma das principais bases do capitalismo (Marx 2008), por essência, também é um fator estruturante da questão agrária (Kautsky, 1998).

No Pontal do Paranapanema, o latifúndio e o Agronegócio são duas faces de um mesmo processo concentrador. A lógica que os regem origina a Questão Agrária, ou seja, um problema na estrutura da sociedade causado pelo avanço das relações capitalistas no campo (Fernandes, 2004). Suas consequências são expressas na forma de: expropriação, exclusão, exploração, concentração, entre outros (Fernandes, 2004). Como consequência deste processo estabelece-se uma disputa territorial entre modelos de produção opostos, onde há de um lado o agronegócio e o latifúndio e do outro o campesinato, representado pela luta dos movimentos camponeses.



Os movimentos socioterritoriais têm como um de seus objetivos o combate a concentração de terras, realizado por meio de ocupações de terras, marchas e manifestações cujo objetivo final é a reforma agrária. Este processo, somente seria possível com a derrocada do latifúndio e do Agronegócio. Contudo, apesar de ser forte o debate e o discurso da realização da reforma agrária por parte do governo, identificamos falhas no “processo des-concentrador” no Pontal do Paranapanema ao esmiuçar os dados.

Nosso trabalho pauta-se em uma análise dos dados do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária obtidos através do DATALUTA – Estrutura Fundiária cujas fontes são as Estatísticas Cadastrais dos anos de 1992, 1998 e o cadastro de 2003, que nos permitiu identificar mudanças na estrutura fundiária da região. Girardi (ano) faz uma ressalva importante sobre a legitimidade e confiabilidade dos dados:

Os dados da estrutura fundiária, em especial aqueles do INCRA, possuem uma dimensão política importante, com a qual devemos ser cuidadosos. O cadastro do INCRA é abastecido com dados de natureza declaratória, não havendo conferências com informações dos cartórios de registro de imóveis, o que indica a fragilidade do sistema. A declaração de uma área superior ou inferior à área real do imóvel pode ter como objetivo a redução de impostos, omissão de terras improdutivas, ampliação de crédito rural e grilagem de terras. Por isso, devemos considerar possíveis desvios principalmente no tamanho da área dos imóveis rurais. Esses possíveis desvios nos dados do INCRA não os inutilizam, pois essas práticas ilegais, por mais numerosas que possam ser, não se aplicam à maioria dos detentores. Os dados do IBGE não estão totalmente isentos desses possíveis desvios, porém, em virtude de sua finalidade censitária, acreditamos que haja menos interesse dos produtores em fornecer informações falsas. (GIRARDI, 2008 p. 78)

Mesmo diante da possibilidade de desvios devido à sua natureza declaratória compreendemos que é de suma importância a leitura destes para o entendimento da questão agrária visto que a origem dos dados parte dos agentes causadores das distorções na estrutura fundiária. A princípio, em uma leitura superficial dos dados, conforme a tabela 1, as pequenas propriedades que variam entre menos de 1 até 200 hectares, aumentaram em número e área. As propriedades médias, com áreas dos imóveis entre 200 até menos de 2.000 hectares cresceram em área e em número. As grandes propriedades, com áreas superior a 2.000 hectares, cresceram também.

Se tomássemos como referência apenas essas informações separadamente e superficialmente poderíamos dizer que todas as classes/extratos de propriedades cresceram e que este resultado satisfaz e atende a todos como a essência da democracia. Contudo, queremos neste trabalho revelar o que há por detrás destes dados, mostrar como uma leitura superficial cria uma falsa impressão da realidade e como os dados podem ser utilizados para

construir uma concepção da realidade confusamente percebida sob o enfoque de uma “pseudo-democracia”.

É inegável o fato de que as pequenas, médias e grandes propriedades cresceram. Porém, é sobre o crescimento desigual das classes que chamamos a atenção. No período de 1992-1998 a pequena propriedade aumentou 48.915 hectares e em 1998-2003 aumentou 62.498 ha. A média propriedade no período de 1992-1998 aumentou 96.806 hectares e em 1998-2003 aumentou 38.077 há. A grande propriedade de 1992-1998 aumentou 54.036 hectares e de 1998-2003 aumentou 79.697 ha. Em geral, durante o período de 1992-2003 a pequena propriedade aumentou 111.413 hectares, a propriedade média aumentou 134.883 ha e a grande propriedade aumentou 133.733. Mesmo com o crescimento de todas as propriedades, fica evidente que a média e grande propriedade aumentaram mais que a pequena, este processo evidencia o processo de crescimento desigual das propriedades no Pontal do Paranapanema.

**TABELA 1 – PONTAL DO PARANAPANEMA – MUDANÇAS DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA POR CLASSES DE ÁREA DE 1992, 1998 E 2003**

Classes de Áreas		1992				1998				2003			
		Nº de Imóveis	%	Área (ha)	%	Nº de Imóveis	%	Área (ha)	%	Nº de Imóveis	%	Área (ha)	%
TOTAL		11.096	100,00	1.395.524,20	100,00	12.773	100,00	1.595.280,40	100,00	14.737	100,00	1.775.552,40	100,00
Pequena	<b>TOTAL PEQUENA PROP.</b>	9.824	88,54	347.064	24,87	11.287	88,37	395.979	24,82	13.121	89,03	458.477	25,82
	Menos de 1	36	0,32	18,9	0,00	39	0,31	20,70	0,00	48	0,33	25,50	0,00
	1 a menos de 2	70	0,63	100,5	0,01	82	0,64	117,70	0,01	112	0,76	158,50	0,01
	2 a menos de 5	774	6,98	2.778,7	0,20	965	7,55	3.438,10	0,22	1.402	9,51	4.930,10	0,28
	5 a menos de 10	1.167	10,52	8.858,8	0,63	1.399	10,95	10.605,90	0,66	1.706	11,58	12.943,30	0,73
	10 a menos de 25	3.815	34,38	64.859,4	4,65	4.302	33,68	72.978,00	4,57	4.506	30,58	77.191,70	4,35
	25 a menos de 50	1.920	17,30	69.909,1	5,01	2.156	16,88	78.284,10	4,91	2.543	17,26	92.340,60	5,20
	50 a menos de 100	1.241	11,18	87.963,1	6,30	1.419	11,11	100.865,20	6,32	1.754	11,90	124.148,50	6,99
	100 a menos de 200	801	7,22	112.575,7	8,07	925	7,24	129.669,20	8,13	1.050	7,12	146.738,60	8,26
Média	<b>TOTAL MÉDIA PROP.</b>	1.164	10,49	670.713	48,06	1.361	10,66	767.519	48,11	1.477	10,02	805.596	45,37
	200 a menos de 500	676	6,09	210.372,1	15,07	814	6,37	254.222,30	15,94	933	6,33	292.936,60	16,50
	500 a menos de 1.000	312	2,81	219.844,9	15,75	347	2,72	243.691,90	15,28	339	2,30	234.626,30	13,21
	1.000 a menos de 2.000	176	1,59	240.495,9	17,23	200	1,57	269.604,50	16,90	205	1,39	278.033,10	15,66
Grande	<b>TOTAL GRANDE PROP.</b>	108	0,97	377.747	27,07	125	0,98	431.783	27,07	139	0,94	511.480	28,81
	2.000 a menos de 5.000	91	0,82	255.080,9	18,28	107	0,84	295.675,30	18,53	115	0,78	335.179,90	18,88
	5.000 a menos de 10.000	16	0,14	108.716,6	7,79	16	0,13	107.674,50	6,75	23	0,16	161.816,20	9,11
	10.000 a menos de 20.000	1	0,01	13.949,6	1,00	2	0,02	28.433,00	1,78	1	0,01	14.483,50	0,82
	20.000 a menos de 50.000	0	0,00	0,0	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
	50.000 a menos de 100.000	0	0,00	0,0	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
	100.000 e mais	0	0,00	0,0	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados de Luta pela Terra, 2008. [www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)

Para que tenhamos uma compreensão ainda mais aprofundada, outro dado que devemos relevar em nossa análise é o de número de propriedades. Durante 1992-1998 o número de pequenas propriedades aumentou em 1.463 e entre 1998-2003 em 1.834. A média propriedade aumentou entre 1992-1998 em 197 e em 1998-2003 aumentou 116 propriedades. A grande propriedade foi a que menos cresceu, tendo aumento de 17 propriedades durante 1992-1998 e 14 propriedades entre 1998-2003. Essa diferença de crescimento torna-se significativa, pois é exorbitante o crescimento da pequena em relação às demais. Enquanto, entre o período de 1992-2003 a pequena cresceu em 3.297, a média 313 e a grande propriedade em 31.

Ao relacionarmos dos dados de crescimento da área com o aumento do número de propriedades da pequena propriedade e compararmos com os dados da média e grande propriedade, ficará evidente que a pequena propriedade cresceu muito mais em número de propriedades do que a média e grande, contudo, sua área cresceu menos que a média e grande propriedade, ou seja, seu o aumento do número de propriedades ocorreu em uma porção espacial inferior a da média e grande propriedade. Ao contrário, o crescimento da média e grande propriedade é relativo por acontecer em uma grande porção espacial. Este processo é o que podemos definir como um crescimento desigual, ou seja, um dos fatores que mais influenciam na questão agrária da região.

Fato é que há uma tendência, criada pelas contradições do capitalismo agrário, de que a pequena propriedade crescerá mais do que a média e grande em número, mas não em área, pois uma média e grande propriedade pode equivaler a dezenas, centenas e até milhares de pequenas propriedades. Por isso, dizer que a propriedade pequena tem crescido mais que a média e grande propriedade torna-se um discurso infundado, e ainda mais quando temos como elemento de análise a porção espacial ocupada pelo crescimento. O crescimento por meio da incorporação e registro de novas áreas favorece mais a média e grande propriedade do que a pequena visto que o crescimento da pequena é grande, porém, em área inferior às demais. Juntamente a este discurso, também cai por terra a idéia de que o aumento da pequena propriedade tem impactado na estrutura fundiária do Pontal do Paranapanema promovendo a desconcentração.

De fato, a estrutura fundiária não é impactada como se divulga. Simultaneamente a pequena propriedade cresce menos se comparada às demais. Enquanto a pequena propriedade surge através do processo de criação de assentamentos, partilha de propriedades e outras, as médias e grandes propriedades crescem incorporando novas áreas. O processo de crescimento das propriedades pode se realizar do seguinte modo: a grande propriedade cresce através da incorporação e/ou fusão de outras propriedades ou novas áreas, enquanto a média pode crescer através da fragmentação das grandes propriedades e a pequena propriedade por meio da divisão

de grandes e médias propriedades. Este processo evidencia que uma propriedade cresce em detrimento da outra, tendo como processo inerente ao seu crescimento o fim da outra.

Parte importante deste processo e que deve ser ressaltado é a divisão das grandes propriedades em várias médias e pequenas com o objetivo de omitir a concentração de terras da grande propriedade. Neste caso, não muda o acesso à terra, pois este continua restrito, o elemento que se altera é o dado para a leitura da realidade e identificação das desigualdades estruturais. Faz-se necessário a análise dos dados de propriedades e área conjuntamente para que possamos compreender e identificar processos de crescimento desigual como estes que se amparam na lógica concentradora.

### **2.3 A Estrutura Fundiária do Pontal do Paranapanema analisada através dos dados do Censo Agropecuário 2006**

No Censo Agropecuário 2006, os dados de estabelecimentos e de área mostram uma realidade diferente da possibilitada pelo INCRA. Para que não façamos uma análise incoerente é de suma importância nos atentar para as diferenças metodológicas, pois estas podem nos levar a ter interpretações diferentes da realidade.

Na estrutura fundiária as diferenças metodológicas mais significativas para essa análise entre o INCRA e o Censo Agropecuário referem-se, *a priori* sobre a disposição dos dados, a amplitude das classes e o uso da categoria “estabelecimentos” para levantamento dos dados.

Diferentemente dos dados do INCRA que registra Imóveis, ou seja, uma propriedade completa independente se nessa há vários estabelecimentos, o Censo Agropecuário utiliza a categoria de análise “estabelecimentos” que refere-se a “unidades produtivas” e esta vinculada à diversidade técnica tida em uma propriedade. Conforme a definição do Censo Agropecuário um estabelecimento é compreendido como:

É toda unidade de produção dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas, subordinada a uma única administração: a do produtor ou a do administrador. Independente de seu tamanho, de sua forma jurídica ou de sua localização em área urbana ou rural, tendo como objetivo a produção para subsistência e/ou para venda, constituindo-se assim numa unidade recenseável. (IBGE, 2006, p. 16)

O problema do uso desta categoria, refere-se ao fato de que uma propriedade pode ser parcelada em vários estabelecimentos. Esse fato contribui para a omissão de uma estrutura agrária concentradora, pois, deste modo, muitas grandes e médias propriedades podem ser mascaradas como pequenas e médias propriedades por meio do parcelamento do imóvel. Outro fato importante que devemos nos atentar é a estratificação da pequena, média e grande propriedade.

Ao relacionarmos as tabelas 1 e 2, verificamos que a estratificação da pequena propriedade aumentou, enquanto a média propriedade passou a incorporar na sua maior classe uma faixa de 500 hectares que anteriormente pertencia a grande propriedade, ou seja, a amplitude da classe que anteriormente era 1.000 a menos de 2.000 passou a ser 1.000 a menos de 2.500. No ano de 2003 havia 139 imóveis classificados como grande propriedade compreendendo a uma área de 511.480 hectares. Enquanto nos dados de 2006 do Censo o número de estabelecimentos grandes caiu para 71 e a área para 216.178 hectares.

Neste momento, deveríamos nos questionar para onde se foram essas grandes propriedades? Elas deixaram de existir? Por que e qual o interesse em se generalizar a classificação das propriedades acima de 2.500 hectares? Perguntas como estas podem revelar um conjunto de interesses por de trás da metodologia do Censo Agropecuário e a dimensão importante dimensão política dos dados (Girardi, 2008). Pois, deste modo, a alteração da metodologia é uma maneira muito fácil de “resolver os problemas da estrutura fundiária e a desigualdade”, ao menos nos dados, enquanto na realidade o latifúndio e o agronegócio continuam existindo, crescendo e promovendo exclusão, desigualdade, exploração, miséria, concentração e etc.

Assim como na grande propriedade, também houve uma redução do número de estabelecimentos da média. A classe com área de 200 a menos de 500 caiu de 933 imóveis em 2003 para 822 estabelecimentos em 2006, a classe entre 500 a menos de 1.000 caiu de 339 imóveis em 2003 para 249 estabelecimentos e a classe de 1.000 a menos de 2.000 que no censo agropecuário foi ampliada para de 1.000 a menos de 2.500 caiu de 205 em 2003 para 192 em 2006.

Na pequena propriedade, o aumento da estratificação serviu para nos passar a impressão de que cada vez há uma quantidade maior de pequenas propriedades, o que na verdade significa que cada vez há mais menores propriedades. No Censo Agropecuário 2006, a classe de área de 2 a menos de 5 hectares com 1.402 imóveis publicada pelo INCRA em 2003 foi dividida em outras três classes sendo elas: de 2 a menos de 3 com 473 estabelecimentos, de 3 a menos de 4 com 403 estabelecimentos e de 4 a menos de 5 com 545 estabelecimentos.

Torna-se evidente que o Censo Agropecuário além de ter problemas referentes ao uso da categoria “estabelecimentos” ao invés de “Imóveis”, também parcelou algumas classes e ampliou outras. Esse modelo de estratificação adotado pelo Censo Agropecuário 2006 serviu para maquiagem os dados e omitir a realidade de uma questão agrária concentradora.

**TABELA 2 - PONTAL DO PARANAPANEMA – ESTRUTURA FUNDIÁRIA POR CLASSES DE ÁREA DE 2006**

Classes de Áreas	2006*				
	Nº de Estabelecimentos	(%)	Área (ha)	(%)	Média da área (ha) dos estabelecimentos
TOTAL	16.820	100,00	1.350.319	100,00	80,28
<b>TOTAL PEQUENA ESTAB.</b>	<b>15.448</b>	<b>91,84</b>	<b>434.697</b>	<b>32,19</b>	<b>28,14</b>
Menos de 1	321	1,91	112	0,01	0,35
1 a menos de 2	232	1,38	303	0,02	1,31
2 a menos de 3	473	2,81	1.115	0,08	2,36
3 a menos de 4	403	2,40	1.355	0,10	3,36
4 a menos de 5	545	3,24	2.576	0,19	4,73
5 a menos de 10	1.652	9,82	12.739	0,94	7,71
10 a menos de 20	5.810	34,54	93.238	6,90	16,05
20 a menos de 50	3.906	23,22	114.232	8,46	29,25
50 a menos de 100	1.257	7,47	89.523	6,63	71,22
100 a menos de 200	849	5,05	119.504	8,85	140,76
<b>TOTAL MÉDIO ESTAB.</b>	<b>1.263</b>	<b>7,51</b>	<b>699.444</b>	<b>51,80</b>	<b>553,80</b>
200 a menos de 500	822	4,89	254.554	18,85	309,68
500 a menos de 1.000	249	1,48	168.653	12,49	677,32
1.000 a menos de 2.500	192	1,14	276.237	20,46	1.438,73
<b>TOTAL GRANDE ESTAB.</b>	<b>71</b>	<b>0,42</b>	<b>216.178</b>	<b>16,01</b>	<b>3.044,76</b>
2.500 e mais	71	0,42	216.178	16,01	3.044,76
5.000 a menos de 10.000	-	-	-	-	-
10.000 a menos de 20.000	-	-	-	-	-
20.000 a menos de 50.000	-	-	-	-	-
50.000 a menos de 100.000	-	-	-	-	-
100.000 e mais	-	-	-	-	-
Produtor sem área	38	0,23	-	-	-

Fonte: SIDRA/IBGE Organização: José Sobreiro Filho

#### 2.4 A Estrutura Fundiária na escala do Município: dados do Censo Agropecuário 2006 e do INCRA

Com o crescimento da área dos imóveis pequenos, médios e grandes denota-se que novas áreas e as áreas anteriormente não registradas foram incorporadas ao decorrer dos anos. Fatos como esses, identificados a cada levantamento de dados e informações, nos evidência que a realidade de concentração é maior do que se pensa e se tem registrado.

Na tabela 3, identificamos que no geral cresceu o total de área em hectares e o número de imóveis. Todavia, alguns municípios chamaram atenção, como:

TABELA 03 – PONTAL DO PARANAPANEMA – MUDANÇAS DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA POR MUNICÍPIOS DE 1992, 1998, 2003 E 2006\*

Municípios	1992				1998				2003				2006*			
	Nº de Imóveis	%	Área (ha)	%	Nº de Imóveis	%	Área (ha)	%	Nº de Imóveis	%	Área (ha)	%	Nº de Estabelecimento	%	Área (ha)	%
Pontal do Paranapanema	11.096	100	1.395.524,20	100	12.773	100	1.595.280,40	100	14.737	100	1.775.552,40	100	16.820	100	1.508.663	100
Alfredo Marcondes	428	3,86	11.221,30	0,8	484	3,79	12.357,20	0,77	584	3,96	13.544,00	0,76	424	2,52	11.287	0,75
Álvares Machado	848	7,64	27.425,30	1,97	983	7,7	30.357,60	1,9	1.152	7,82	32.574,70	1,83	611	3,63	25.530	1,69
Anhumas	240	2,16	29.763,80	2,13	297	2,33	34.566,80	2,17	366	2,48	33.549,50	1,89	282	1,68	21.167	1,40
Caiabu	340	3,06	15.866,40	1,14	385	3,01	19.397,70	1,22	404	2,74	19.078,70	1,07	322	1,91	15.720	1,04
Caiuá	263	2,37	50.213,10	3,6	282	2,21	54.103,90	3,39	205	1,39	55.709,40	3,14	657	3,91	48.114	3,19
Emilianópolis	1	0,01	1.322,80	0,09	36	0,28	4.210,20	0,26	129	0,88	12.251,00	0,69	165	0,98	21.501	1,43
Estrela do Norte	159	1,43	15.374,60	1,1	180	1,41	19.860,00	1,24	200	1,36	20.330,30	1,15	189	1,12	23.834	1,58
Euclides da Cunha Paulista	335	3,02	36.043,10	2,58	383	3	45.930,40	2,88	230	1,56	43.905,10	2,47	807	4,80	41.745	2,77
Iepê	369	3,33	55.970,20	4,01	407	3,19	67.197,80	4,21	417	2,83	53.589,30	3,02	260	1,55	42.026	2,79
Indiana	203	1,83	8.927,20	0,64	232	1,82	10.453,00	0,66	270	1,83	11.378,60	0,64	210	1,25	10.758	0,71
João Ramalho	195	1,76	33.383,30	2,39	230	1,8	34.993,60	2,19	248	1,68	39.060,20	2,2	180	1,07	32.948	2,18
Marabá Paulista	262	2,36	73.384,30	5,26	296	2,32	84.563,90	5,3	287	1,95	86.776,40	4,89	512	3,04	81.704	5,42
Martinópolis	569	5,13	86.280,90	6,18	680	5,32	108.770,00	6,82	834	5,66	114.630,00	6,46	740	4,40	107.552	7,13
Mirante do Paranapanema	510	4,6	86.980,30	6,23	558	4,37	98.665,40	6,18	840	5,7	100.161,30	5,64	2.282	13,57	97.753	6,48
Nantes	-	-	-	-	-	-	-	-	111	0,75	21.977,90	1,24	84	0,50	60.640	4,02
Narandiba	99	0,89	35.896,90	2,57	110	0,86	39.248,90	2,46	248	1,68	26.687,80	1,5	193	1,15	39.590	2,62
Piquerobi	258	2,33	40.236,90	2,88	278	2,18	42.910,90	2,69	327	2,22	46.310,60	2,61	378	2,25	40.551	2,69
Pirapozinho	285	2,57	32.059,70	2,3	317	2,48	36.050,20	2,26	397	2,69	35.566,30	2	257	1,53	22.875	1,52
Presidente Bernardes	991	8,93	78.441,60	5,62	1.090	8,53	84.449,10	5,29	1.264	8,58	86.782,70	4,89	1.222	7,27	72.679	4,82
Presidente Epitácio	483	4,35	100.261,70	7,18	513	4,02	113.514,50	7,12	403	2,73	106.148,00	5,98	721	4,29	91.675	6,08
Presidente Prudente	803	7,24	39.609,40	2,84	1.009	7,9	43.527,80	2,73	1.370	9,3	50.872,80	2,87	868	5,16	32.355	2,14
Presidente Venceslau	408	3,68	62.979,20	4,51	467	3,66	70.242,40	4,4	540	3,66	71.445,30	4,02	640	3,80	61.083	4,05
Rancharia	619	5,58	125.391,30	8,99	713	5,58	150.922,50	9,46	810	5,5	153.120,10	8,62	753	4,48	139.121	9,22
Regente Feijó	299	2,69	20.030,50	1,44	415	3,25	23.509,90	1,47	519	3,52	25.516,40	1,44	364	2,16	23.380	1,55
Ribeirão dos Índios	-	-	-	-	-	-	-	-	45	0,31	2.881,90	0,16	174	1,03	16.773	1,11
Rosana	370	3,33	39.532,50	2,83	429	3,36	57.623,70	3,61	240	1,63	60.718,00	3,42	817	4,86	55.761	3,70
Sandovalina	71	0,64	36.839,60	2,64	90	0,7	46.285,30	2,9	116	0,79	46.118,90	2,6	274	1,63	31.181	2,07
Santo Anastácio	683	6,16	67.632,00	4,85	776	6,08	73.510,50	4,61	890	6,04	83.330,20	4,69	706	4,20	58.032	3,85
Santo Expedito	154	1,39	9.176,10	0,66	177	1,39	10.146,20	0,64	204	1,38	10.361,30	0,58	216	1,28	7.599	0,50
Taciba	210	1,89	47.878,70	3,43	277	2,17	51.638,90	3,24	332	2,25	52.786,30	2,97	353	2,10	57.656	3,82
Tarabai	120	1,08	14.401,30	1,03	133	1,04	17.425,00	1,09	185	1,26	19.399,40	1,09	155	0,92	16.207	1,07
Teodoro Sampaio	521	4,7	113.000,20	8,1	546	4,27	108.847,10	6,82	570	3,87	238.990,00	13,46	1.004	5,97	99.865	6,62

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados de Luta pela Terra, 2009. [www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera). Organização: José Sobreiro Filho.

\* Os dados do ano de 2006 são referentes ao Censo Agropecuario. As diferenças devem-se às diferenças metodológicas.



- **Rosana** – ocorreu decréscimo no número de imóveis de 370 para 240 e aumento no número de área de 39.532,50 hectares para 60.718,00 hectares durante o período de 1992-2003 e no Censo Agropecuário 2006 aumentou o número de imóveis para 817 e área diminuiu para 55.761 hectares;
- **Presidente Epitácio e Euclides da Cunha Paulista** – durante o período de 1992-2003 em Presidente Epitácio aumentou a área de 100.261,70 hectares para 106.148,00 hectares e imóveis diminuíram de 483 para 403 e no Censo Agropecuário 2006 registrou-se o total de 721 imóveis e 91.675,00 hectares;
- **Euclides da Cunha Paulista** - diminuiu o número de imóveis de 335 para 230 e área de 36.043,10 hectares para 43.905,10 hectares durante o período de 1992-2003. No Censo Agropecuário 2006 foi registrado área total de 41.745,00 hectares e 807 imóveis;
- **Pirapozinho, Emilianópolis e Piquerobi** – houve um aumento significativo no número de imóveis e pouco aumento na área em hectares, revelando uma desproporcionalidade deste crescimento, visto que cresce o número de imóveis mais do que o número de área;
- **Narandiba** – aumentou o número de imóveis e diminuiu a área total durante o período de 1992-2003, no Censo Agropecuário 2006 o índice se assemelha ao registro de 1998 com 39.590,00 hectares;
- **Mirante do Paranapanema** – durante o período de 1992-2003 a área aumento de 86.980,30 hectares para 100.161,30 hectares e imóveis de 510 para 840 e no Censo Agropecuário 2006 registrou-se 2.282 imóveis e 97.753,00 hectares;
- **Caiuá** – reduziu o número de imóveis durante o período de 1992-2003 de 263 para 205 e aumentou a área total de 50.213,10 hectares para 55.709,40 hectares, no Censo Agropecuário 2006 registrou-se 657 imóveis e 48.114,00 hectares;

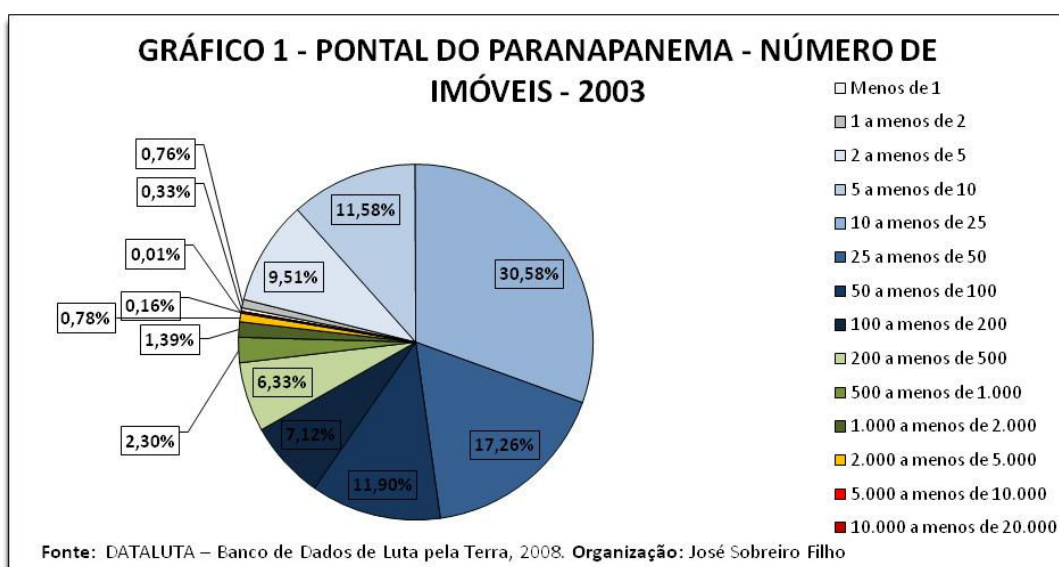
Diante destes exemplos é importante ressaltar que apesar de os dados se alterarem no transcorrer dos anos a realidade continua concentradora, excludente e desigual. O crescimento percebido é desigual, concentrado e excludente.

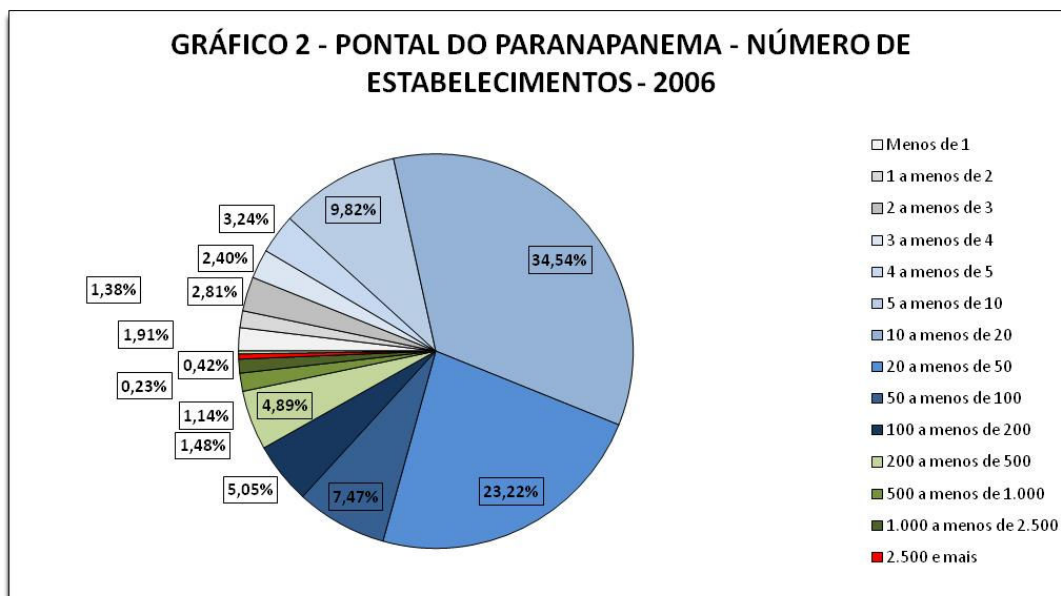
## **2.5 A Falsa impressão: comparação entre o Censo Agropecuário 2006 e os dados INCRA**

Para seguir esta análise deveríamos nos perguntar não somente qual o interesse neste modelo de estratificação e na escolha da categoria “estabelecimentos” para a coleta dos dados, mas qual a sua consequência nas representações e interpretações da

realidade e por que devemos realizar esta análise comparando os dados de área e número de imóveis e estabelecimentos?

A impossibilidade de se realizar uma análise somente através dos números de imóveis ou estabelecimentos pauta-se na falsa impressão de que na região do Pontal do Paranapanema é predominada por pequenas propriedades (ver gráficos 1 e 2). Esse predomínio é relativo, visto que a pequena propriedade se apresenta em grande quantidade, todavia, em escala de área muito superior a grande e média propriedade (ver gráficos 2 e 3). Segundo os dados do INCRA, em 2003 haviam 1.477 imóveis médios (10,02%) e 139 (0,94% do total) imóveis grandes. No Censo Agropecuário 2006, o número diminuiu significativamente. Os estabelecimentos médios caíram para 1.263 (7,51%) e os grandes para 71 (0,42% do total). Essa diminuição nos passa a impressão de que cada vez mais a pequena propriedade vem crescendo mais em detrimento do grande e médio imóvel/estabelecimento.



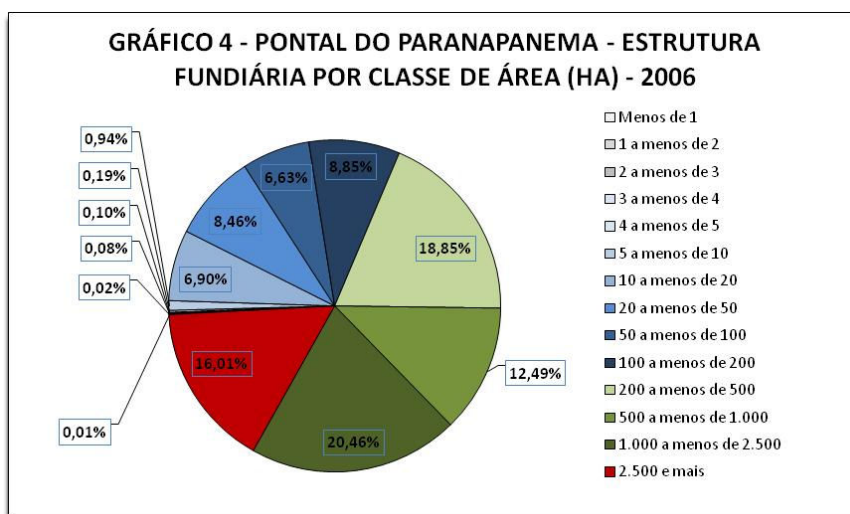
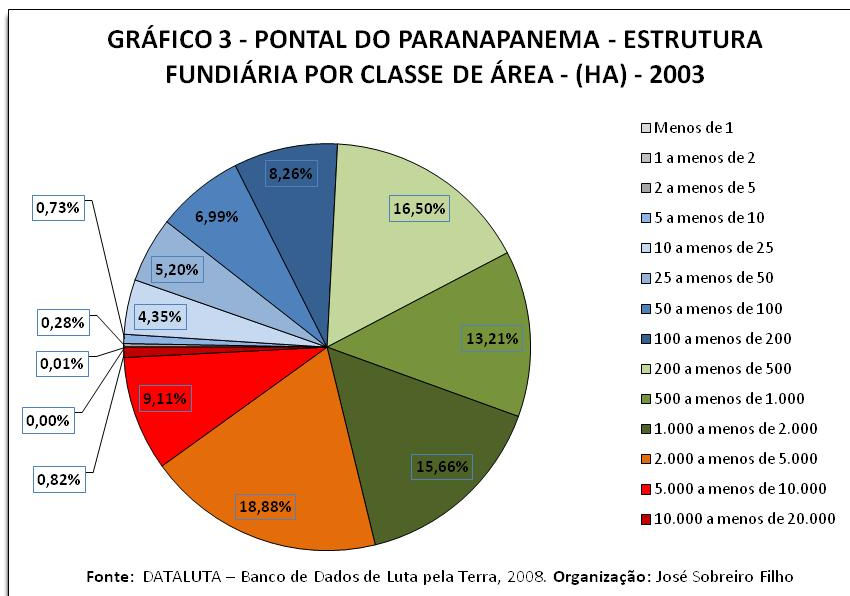


Um dos fatores que marcam a diminuição dos grandes e médios imóveis/estabelecimentos é o aumento das pequenas propriedades pela criação de assentamentos rurais. Essa é uma tendência lógica, visto que um assentamento contém vários lotes e que estes são considerados estabelecimentos por serem unidades produtivas, ou seja, quanto mais se cria assentamentos menor será a presença do grande e médio imóvel/estabelecimento no número de propriedades pois esse processo é de um crescimento desigual.

É importante ressaltar que a relação do número dos imóveis/estabelecimentos com a área é requisito fundamental para se compreender a concentração fundiária. Os dados se analisados separadamente nos passam uma impressão falsa e incompleta. Neste sentido, a disposição dos dados do Censo Agropecuário dificulta o alcance da realidade, contudo, entendemos que através de uma análise comparativa podemos identificar uma série de estratégias, incoerências e omissões que nos permitem identificar erros e nos aproximar da realidade, ou seja, compreender que algumas opções metodológicas, refletem a intencionalidade contida na manipulação dos dados.

Os gráficos 3 e 4 se relacionados com o 1 e 2 são representações que evidenciam a intencionalidade omissora e a realidade de uma estrutura fundiária concentrada que aos poucos esta sendo mascarada. Em 2003 o médio imóvel ocupava área de 805.596 hectares (45,37%) e o grande 511.480 (28,81%) enquanto o pequeno ocupava 458.477 hectares (25,82% do total). A grande e média propriedade ocupa uma porção superior a dos pequenos imóveis. É evidente a concentração ao verificarmos que 139 grandes propriedades ocupam 53.003 (2,99%) hectares a mais que 13.121 pequenas

propriedades. Apesar do grande número de pequenos imóveis, a área que eles ocupam é muito inferior aos médios e grandes. O fato de haver crescimento no número de imóveis pequenos não quer dizer necessariamente que eles são maioria, porque espacialmente estes são muito inferiores aos demais em porção espacial.



O que se observa claramente é uma redução de mais da metade do número de grandes propriedades. Todavia, a média propriedade cresceu e se tornou responsável por mais da metade da área. Há diferenças significantes na média propriedade entre os dados do INCRA e do Censo Agropecuário. A classe de área de 200 a menos de 500 caiu de 933 imóveis em 2003 para 822 estabelecimentos, a de 500 a menos de 1.000 caiu de 339 imóveis para 249 estabelecimentos e a de 1.000 a menos de 2.500 caiu de 205 imóveis para 192 estabelecimentos. A pequena propriedade apresentou um pequeno crescimento, destacando-se as propriedades no geral. Todavia alguns aumentos e diminuições chamam a atenção. Entre 2003 e 2006, a classe com menos de 1 hectare

creceu em 273, a classe de 1 a menos de 2 cresceu em 120, a amplitude de classe de 2 a menos de 5 cresceu em 19, a classe de 5 a menos de 10 diminuiu em 54, a amplitude de classe de 10 a menos de 50 cresceu em 2.667, a classe de 50 a menos de 100 diminuiu em 497 e a classe de 100 a menos de 200 diminuiu em 201 o número de estabelecimentos.

Compreender essa falsa impressão é de suma importância para que não tenhamos uma concepção confusamente percebida da região do Pontal do Paranapanema. Deste modo, desmistificar os dados, além de um desafio, é fundamental para se compreender em profundidade e amplitude a problemática da questão agrária região sob o enfoque crítico. Superar a impressão inicial dos dados dispostos pelo INCRA e pelo Censo Agropecuário foi o nosso objetivo para entender parte dos motivos que fundamentam a luta pela terra e a desigualdade na região. A discussão sobre a luta pela terra faremos nos próximos capítulos.

### **3. O MST no Pontal do Paranapanema: formação, espacialização e territorialização da luta pela terra**

Nesta parte do relatório faremos um resgate do processo de formação do Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra no Pontal do Paranapanema abordado nos trabalhos de Feliciano (1999) e Fernandes (1994) e uma discussão acerca da espacialização da luta pela terra.

No Estado de São Paulo, a luta pela terra era realizada por movimentos isolados<sup>11</sup> que tinham a sua articulação coordenada pela CPT – Comissão Pastoral da Terra, diante da postura propositiva da igreja como mediadora de conflitos. Em 1985, o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra se territorializou na região de Campinas com o apoio da CUT – Central Única dos Trabalhadores e posteriormente pelo resto do Estado de São Paulo com a consolidação do Movimento (FERNANDES 1999).

A formação do MST no Estado de São Paulo, somente foi possível através de uma diversidade de experiências em todo o estado e país como por exemplo: a resistência de posseiros da fazenda Primavera<sup>12</sup> em Andradina, Castilho e Nova

---

<sup>11</sup> Fernandes, 1999 denominou de movimentos isolados, os movimentos que atuavam em escala local.

<sup>12</sup> Essa luta marcou o processo de formação e organização do MST no Estado de São Paulo. As experiências ali tidas serviram para promover a organização do MST e na construção de um ideário de

Independência. Lutas como estas tiveram papel preponderante na conformação do movimento pela definição dos objetivos e fortalecimento das estratégias de contestação política contra a lógica de desenvolvimento desigual do capitalismo agrário e a propriedade privada.

Foi através do delineamento das formas de luta contra as contradições do conformam a questão agrária que se tornou possível a transformação da realidade. A conquista e construção do território camponês motivaram os movimentos a fortalecer a luta pela terra, explicitando, mais uma vez, a necessidade da organização para a conquista dos interesses da classe trabalhadora.

Para tanto, optamos por compreender essa realidade em dois momentos principais. O primeiro é a origem da luta pela terra no Pontal do Paranapanema que precede às lutas do MST. O segundo momento é o de a formação do MST que compete aos processos de espacialização e territorialização do MST.

### **3.1 – As origens da luta pela terra no Pontal do Paranapanema**

Para falarmos sobre o processo de formação do MST no Pontal do Paranapanema, é fundamental ressaltar algumas lutas que marcaram a experiência do movimento na região. A disputa pela fazenda Primavera teve grande importância no sentido da criação e articulação de um movimento que mais tarde formaria o MST, conforme explica Fernandes:

Estes trabalhadores em organização, que se autodenominaram Movimento dos Sem Terra do Oeste de São Paulo, começaram então a enviar representantes aos encontros da CPT e a participar da articulação “com outros estados onde existe o Movimento dos Sem Terra (como Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). (MST, 1983:37).

Esta conquista ficou, então, registrada na memória da luta e nos documentos do MST como o princípio da história da organização do Movimento no estado de São Paulo. (FERNANDES, 1994. p. 76)

Com a conquista da Fazenda Primavera e o desenvolvimento organizacional no transcorrer da luta, os movimentos passaram a intensificar ainda mais luta pela terra. A vitória “abria caminhos” para os movimentos, servindo como exemplo para impulsionar e fortalecer sua luta. Era através das lutas diárias que os movimentos construíam

---

transformação da realidade (FERNANDES, 1994). A organização e a reflexão sobre a luta pelos grupos de base aumentou a eficiência dos movimentos sociais.

condições para a superação de problemas políticos e juntamente se construía mecanismos para troca de experiências, evitando o isolamento das ações e movimentos.

É importante nos atentarmos que já havia condições mínimas de estrutura para o estabelecimento do MST como organização e comunicação com outros movimentos, organização de ações coletivas e outras, que foram criadas pelo movimento que os trabalhadores denominaram de Movimento dos Sem Terra do Oeste de São Paulo e que o grupo de trabalhadores sem terra já se reconheciam como um movimento social cuja finalidade era a conquista da fazenda (território). Esta concepção de reconhecimento de um grupo como um movimento um movimento social que luta pela conquista de uma terra/território reforça a idéia do conceito de movimento socioterritorial e que estes existem da necessidade ou vontade de uma sociedade organizada lutando pela a conquista de um território (PEDON, 2009).

Conforme Fernandes, a CPT viabilizou condições para o processo de formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra:

Neste momento da luta, a CPT articulou a aproximação dos movimentos sociais em processo de formação e os movimentos que executavam as suas primeiras experiências, como por exemplo: o Movimento dos Sem terra do Oeste do Estado de São Paulo, trabalhadores sem terra do Pontal do Paranapanema e o Movimento dos Sem Terra de Sumaré, etc. Algumas das lideranças desses movimentos participaram das reuniões da Coordenação Regional do Sul. Inclusive uma das reuniões da Coordenação foi realizada em Araçatuba. Essa Articulação promovida com o apoio da CPT contribuiu na fundação do MST a nível nacional e para a formação do MST no estado. Assim, sob a coordenação da CPT, foi realizado no dia 1 de maio, no salão paroquial da igreja Nossa Senhora das Graças, em Andradina, o primeiro encontro com o objetivo de se organizar um movimento a nível estadual. (FERNANDES, 1994. p. 78)

A articulação dos movimentos em nível estadual alterou a forma e a dinâmica da luta pela terra. A criação de canais de comunicação com outras experiências contribuiu para a realização de ações como as ocupações de terras, que ampliaram o diálogo com o Estado de um modo conflituoso, porém, eficaz.

As ocupações de terras passaram a ser a principal forma de luta pela terra. A viabilização de canais de diálogo com o Estado primeiramente era realizadas em terras do Estado, terras devolutas e latifúndios e posteriormente nas terras das corporações do agronegócio, se tornaram a principal forma de luta pela reforma agrária e, portanto, de acesso à terra (Fernandes, 2001). Sua ação se consistia em ser um instrumento de manifestação contra o latifúndio para barganhar terras e condições dignas para a reprodução social do trabalhador rural.

No Pontal do Paranapanema, a luta pela terra tem suas origens na posse e ilegitimidade das terras. A história dos seus problemas fundiários surge através do processo de grilagem<sup>13</sup> e inúmeras falsificações, iniciando-se uma série de relações, sobretudo de poder, que mais tarde levaria a região a se tornar uma a primeira com o maior número de conflitos na luta pela terra. Embora houvesse problemas acerca da legitimidade das terras, sua comercialização seguiu a “todo vapor”, assim, como o processo de povoamento (Leite, 1981). A propriedade privada se firmou como sinônimo de concentração de riquezas, poder e produção, tendo como conseqüências o desenvolvimento desigual e conflitos como a luta pela terra<sup>14</sup>.

Na década de 1980 os conflitos na região tiveram como fator imprescindível a intensificação dos interesses do capital associados à iniciativa do Estado no tocante à dotação de infra-estrutura para benefícios do próprio capital. A construção das hidrelétricas de Porto Primavera, Rosana e Taquaruçu, prometeram promover o desenvolvimento, mas, por fim, resultou na demissão dos trabalhadores contratados, em enchentes nos rios e o reassentamento das famílias posseiras para áreas diante da inundação da para a construção do reservatório da hidrelétrica. Por isso a luta pela terra no Pontal possui características muito próprias.

O latifúndio e o grilo são os elementos importantes da história dos conflitos no Pontal do Paranapanema. A imagem do atraso dado pelo latifúndio caracteriza-se, essencialmente, pela concentração, expropriação e exploração. Apesar da compreensão sobre o latifúndio grilado estar associado ao atraso, sua situação era vista como estratégica por parte do latifundiário no sentido de assegurar relações de poder (Fernandes, 1994; Leite, 1981). O coronelismo e o clientelismo foram práticas comuns que se refletiram no processo de formação da região evidenciando o poder político econômico dos grileiros da região, como por exemplo:

A grilagem das terras do Pontal é de conhecimento geral e faz parte da história e do imaginário social de toda a população da região. Inclusive as principais avenidas de Presidente Prudente levam o nome de dois grandes grileiros: Manoel Goulart e Coronel Marcondes. (FERNANDES, 1994. p. 82)

A consolidação do latifúndio e as demais obras do Estado deram-se através da exploração de mão-de-obra parte ludibriada e parte usada apenas como peões de obra e a pela expropriação dos pequenos posseiros que ali habitavam e que foram usados para a derrubada da mata e criação das fazendas (Leite, 1981).

---

<sup>13</sup> Falar sobre o grilo

<sup>14</sup> Data-se a existência da liga camponesa de Santo Anastácio (ver Welch 2009).



Os trabalhadores explorados e expropriados que foram postos às margens da lógica do “desenvolvimento” da região passaram a se organizar com o objetivo de romper a barreira excludente imposta pelo latifúndio e pelos empreendimentos do Capital. Foi na luta contra uma realidade essencialmente desigual que os trabalhadores iniciaram a construção de uma identidade de luta pelos seus interesses:

Além das lutas de resistência dos posseiros, no início da década de oitenta emerge, também no Pontal, um novo personagem na luta pela terra: o trabalhador expropriado, expulso, excluído, marginalizado que faz parte da reserva de mão de obra à disposição dos capitalistas, que no movimento da luta foi se denominando trabalhador sem terra. (FERNANDES, 1994. p. 84)

Como parte dialética do processo de avanço do sistema capitalista no campo, criou-se um movimento que negava a propriedade privada. Por saberem que a propriedade privada se constitui como a base da sociedade capitalista, os trabalhadores organizados passaram a se confrontar diretamente com o latifúndio e com a o Estado por meio de ocupações de terras. Assim, as ocupações passaram a ser não somente a principal forma de acesso a terra, mas também uma maneira dos trabalhadores excluídos pelo sistema materializarem a contraditoriedade da lógica do capital por meio de uma luta que acima de tudo reivindicava melhores condições de vida:

No dia 15 de Novembro de 1983 aconteceu uma grande ocupação (aproximadamente 350 famílias) nas fazendas Tucano e Rosangela, de “propriedade” da construtora Camargo Corrêa e da empresa Vicar S/A Comercial e Agropastoril. Segundo o cadastramento feito pela Divisão Regional de Promoção Social, 46,5% eram trabalhadores desempregados das obras das hidrelétricas, 37,5% eram bóias-frias demitidos da Destilaria de Alcool Alcídia e 16% eram posseiros ilhéus e ribeirinhos atingidos por barragens. (Antonio, 1990:50). (FERNANDES, 1994. p. 84-5)

A luta dos trabalhadores sem terras do Pontal, conseqüentemente, criou um embate com a esfera jurídica da região. Apesar de o poder judiciário ouvir ambas as partes e de haver problemas de insuficiência de documentos para a comprovação e legitimidade da propriedade da fazenda a ação de despejo foi atendida prevalecendo a vontade dos latifundiários, conforme Fernandes:

No desenvolvimento da luta, os trabalhadores foram despejados uma semana após a ocupação, depois de um “complicado” processo jurídico e político que envolveu as instâncias jurídicas de Teodoro Sampaio e São Paulo. Embora o juiz de Teodoro Sampaio tenha julgado a documentação apresentada pela Imobiliária e Colonizadora Camargo Corrêa insuficiente como prova de propriedade da fazenda Tucano resolveu ouvir os ocupantes da fazenda Rosangela antes de se pronunciar, caracterizando assim uma vitória parcial dos ocupantes. A instância jurídica de São Paulo atendeu ao pedido de ação de

despejo dos latifundiários. (Antonio, 1990:48 e Barbosa, 1990:110). (FERNANDES, 1994. p. 87)

Mesmo com a reintegração de posse, os trabalhadores rurais não desistiram da luta pela conquista da terra. A atenção dada pelo poder jurídico era um indicativo de que haviam chances de negociação e de que a classe trabalhadora organizada na luta poderia atingir seus objetivos, cuja finalidade era o processo de reinserção à terra, ou seja, ao meio de trabalho e reprodução social.

Segundo Fernandes (1994), uma ação do governador favorável aos sem terras gerou tensão entre os latifundiários e o governo estadual a tal ponto que os ruralistas ameaçaram invadir a Reserva Florestal do Morro do Diabo e a se organizarem na fundação da UDR – União Democrática Ruralista:

Em março de 1984, o governador assinou os primeiros decretos de desapropriação de uma área de 15.110 hectares para assentar as cerca de 466 famílias acampadas na SP 613. Esses decretos acirram os ânimos dos latifundiários do Pontal que declaram guerra ao governo estadual e ameaçam invadir a reserva florestal do Morro do Diabo. (Antonio, 1990:50; Barbosa, 1990: 111 e 129). Essas ocupações e as desapropriações, juntamente com outras lutas que se desenvolviam em todo o país, causaram a reação dos latifundiários que criaram a UDR – União Democrática Ruralista para a defesa de seus privilégios e interesse. (FERNANDES, 1994. p. 89.)

A conquista da terra através da desapropriação da área para assentar os trabalhadores significava uma vitória por parte do movimento, porém, iniciava-se, conjuntamente, um conflito baseado na disputa territorial entre os trabalhadores sem terras e os latifundiários em que o Estado se prostrava como instituição competente para mediar esta correlação de forças. Todavia, por incompetência do Estado, o conflito se tornou nítido ao ponto de os latifundiários acirrem ainda mais as ameaças frente ao governo estadual e a disputa por terra se materializar através da criação da UDR – União Democrática Ruralista, ou seja, criarem um movimento socioterritorial representando a classe ruralista que se defende e criminaliza o movimento dos sem terra evidenciando uma luta de classes através da correlação de forças estabelecidas.

É importante lembrar que a região do Pontal é o berço da UDR paulista e forte núcleo da UDR nacional. Os latifundiários ligados à UDR não têm medido esforços para contribuir com a luta contra a reforma agrária e muitas vezes tentam minar as lutas dos trabalhadores sem terra. (FERNANDES, 1994. p. 133).

Essas experiências e desacordos conflituosos demandaram a construção de uma nova forma de luta e organização sociopolítica dos movimentos socioterritoriais. As novas práticas cotidianas visavam possibilitar a transformação da realidade como objetivo de assegurar a reprodução social do trabalhador rural. São essas novas práticas e formas de organização que mais tarde levaria à formação do MST no Estado de São Paulo.

### **3.2 A formação do MST e a espacialização da luta pela terra no Pontal do Paranapanema**

No Pontal do Paranapanema, a espacialização do MST se iniciou a partir da década de 1990, tendo como apoio político o PT – Partido dos Trabalhadores, sindicatos como a FETAESP – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo, a CUT – Central Única dos Trabalhadores, as CEBs – Comunidades Eclesiais de Base<sup>15</sup> como espaço de socialização política com o trabalho dos agentes pastorais (Fernandes, 1994; Feliciano, 1999) e a CPT – Comissão Pastoral da Terra com a Teologia da Libertação.

Como frisa Delwek Mateus em entrevista “a formação do MST parte da própria vivência e prática na organização dos trabalhadores pela frente de massa para realizar as ocupações de terras”. Nesse primeiro momento o MST voltou suas atenções para a fundação da militância do movimento na região sob enfoques teóricos para poder melhorar a organização do movimento. Para isso a organização da frente de massa se constituía como desafio central para a consolidação do movimento no Pontal.

O primeiro registro de ocupação de terra do MST no Pontal ocorreu no dia 14 de Julho de 1990 no distrito Primavera no município de Rosana (Fernandes, 1994; Feliciano, 1999). As famílias, oriundas de diversos municípios da região, ocuparam a fazenda Nova Pontal para reivindicar a suspensão da reintegração de posse, o seqüestro da área ocupada devido ao conflito social, a agilização do processo discriminatório das terras do Pontal do Paranapanema, o não uso da violência e o assentamento imediato de 700 famílias (Fernandes, 1994).

Essa primeira ocupação da fazenda Nova Pontal, além de, por essência, questionar a “propriedade” privada e confrontar o Estado burguês, tinha como

---

<sup>15</sup> Sobre as CEBs ver Fernandes Dissertação pg. 54.

consequência promover o processo de espacialização do movimento na região, sendo um momento impar e decisivo para o MST por marcar o início das suas atuações. Assim, essa experiência contribuiu para a construção de uma lógica organizativa no movimento por começar a delinear as formas de luta e ação.

Sob o intento combativo e reivindicatório, o movimento trazia a tona problemas até o momento omissos e pouco debatidos e conhecidos pela sociedade. As ações além de seu caráter confrontativo revelavam discussões políticas visando a construção de uma identidade e o reconhecimento de uma classe social até o momento reprimida e, por muitos, desconhecida. Este processo somente pôde ser iniciado por meio da consciência de classe realizada pela frente de massa do movimento.

A organização dos trabalhadores, por meio do processo de reconhecimento dos problemas e do auto-reconhecimento, viabilizou o processo de conscientização política. O acampamento, deste modo, tomou forma de um espaço apropriado para construir e desenvolver esse processo. Fernandes (1994) o denomina de “espaço de luta e resistência” onde são construídas as práticas de resistência e ação. Deste modo, as ações políticas contra o grilo e o latifúndio partem desta esfera de socialização política e enfrentamento. Como já mencionado, a primeira ocupação do MST no Pontal serviu justamente para evidenciar essa conflituosidade:

Em 1990, no dia 14 de julho, quatrocentas famílias organizadas no MST, ocuparam a fazenda Nova Pontal, no município de Teodoro Sampaio, na região do Pontal do Paranapanema. Essa ocupação marcou o processo de territorialização do Movimento sobre um dos maiores grilos de terra do estado de São Paulo. Na primeira metade da década de 1990, o Pontal tornaria-se uma das principais 140 regiões de conflitos de terra do Brasil. O MST começava a desentranhar um grilo de mais de um milhão de hectares. Nesse tempo, o Movimento se consolidara no estado, constituindo seus principais setores: frente de massa, educação, formação, produção etc. Desenvolvia várias lutas, em diversas regiões, ao mesmo tempo. No estado, onde se defendia que os latifúndios eram áreas fictícias, conforme Graziano Neto: *“Vale a pena repetir, que nenhum dos latifúndios “por dimensão” do Estado de São Paulo sofreu ação desapropriatória do poder público, simplesmente porque não foram encontrados: eram áreas fictícias... (Graziano, Neto, 1989, p. 37), os sem-terra espacializaram e territorializaram a luta pela terra, derrubando essa tese. (Fernandes, 1999. p 139-140.)*

Apesar dos trabalhadores lutarem com afinco pelo direito ao acesso à terra, na ocupação da fazenda Nova Pontal a negociação foi mal sucedida terminando com o despejo das famílias na área ocupada. Vale ressaltar que o mais importante neste

momento foi a “ação”, pois esta ocupação iniciava e impulsionava os passos do MST no Pontal sob o desafio de se tentar corrigir as distorções socioeconômicas e as distorções da estrutura fundiária causadas pelos latifúndios grilados.

As famílias despejadas decidiram por acampar nas margens da rodovia SP 613 e posteriormente sofreram pressões tanto por parte da polícia quanto por parte dos latifundiários, cujo objetivo era desmobilizar a luta (Feliciano, 1999; Fernandes, 1994). Exemplos como estes evidenciavam ainda mais a luta de classes existente na região e as tentativas de opressão diante da ameaça da perda e contestação da legitimidade e função social da propriedade privada. Além dessa conflituosidade existente entre os trabalhadores sem terra e os latifundiários, o Estado se prostrava, também, como um sujeito adverso aos interesses da classe trabalhadora cujas ações se materializavam em forma de repressões veiculadas por órgãos de controle como o poder jurídico e a polícia, ou seja, o Estado tomava partido frente aos interesses dos latifundiários tentando coibir as ações e a espacialização do MST:

Antes do despejo, os trabalhadores haviam decidido que iriam acampar nas margens da rodovia SP 613, nas proximidades da gleba XV de Novembro. Com o objetivo de desmobilizá-los, vários fazendeiros da região enviaram 15 caminhões e jagunços para acelerar o despejo e reconduzir as famílias para os municípios de onde vieram. Para isso, durante o despejo, os policiais obrigavam as famílias a subirem nos caminhões que tinham como destino os seus municípios. Aproximadamente 450 famílias conseguiram resistir à tentativa de desmobilização do grupo e acamparam nas margens da rodovia SP 613. A partir do dia 23 de julho, algumas das famílias “reconduzidas” voltaram para o acampamento. Este foi denominado de acampamento Novo Pontal. (FERNANDES, 1994. p. 134)

A repressão contra os trabalhadores que realizaram a primeira ocupação de terra no Pontal se estendeu até limites ainda não vistos na região. O DER – Departamento de Estrada e Rodagem requisitou pedido de reintegração de posse das margens da rodovia SP 613, implicando no despejo das famílias acampadas<sup>16</sup>. Além da fome, que era um problema que assolava a luta, a falta de expectativa de um espaço para realocação era mais uma dificuldade para o movimento.

A polícia foi mobilizada para pressionar e oprimir os ocupantes. Os policiais cercaram acampamento não permitindo a saída de nenhuma pessoa cuja saída não fosse para os caminhões que os levariam aos seus municípios de origem. Por fim, metade do

---

<sup>16</sup> Segundo Fernandes Dissertação, para realizar esse despejo foram mobilizados 800 policiais. Pg. 135

grupo retornou para os municípios de origem e o resto que resistiu foi realocado para uma área da Gleba XV de Novembro. Mais tarde, por meio de negociações políticas foi possível a transferência para uma área da Secretária de da Agricultura na Rodovia SP 613.

Visando resolver os problemas do acampamento a comissão de negociação realizou audiências com diversos órgãos públicos. O resultado dessas reuniões foram algumas pequenas vitórias referentes à escola, fornecimento de cestas básicas, avanço nas ações discriminatórias e etc. Todas as conquistas dessa reunião referiram-se a medidas paliativas que serviriam apenas para amenizar o conflito.

Segundo Fernandes (1994) após oito meses o mesmo grupo de acampados, agora denominado de acampamento João Batista da Silva, ocupou a fazenda São Bento sob posse de um famoso grileiro conhecido como Antonio Sandoval Neto. Mais tarde foi concedida a liminar de reintegração de posse para Antonio Sandoval Neto, porém os ocupantes se negaram a deixar a terra e iniciaram o processo de tombamento das terras para cultivo de feijão. Nesse tempo, ocorreram tentativas de pedido de seqüestro do imóvel. Mais tarde o despejo das famílias foi suspenso, porém, após discussão veiculada pela mídia, o juiz voltou atrás em sua decisão e requisitou a reintegração da posse. Após negociação com a polícia, os acampados resolveram se transferir para uma área da FEPASA – Ferrovia Paulista S.A.

Depois de algumas tentativas de negociação com o Estado, no dia 15 de novembro os trabalhadores voltaram a reocupar a fazenda São Bento. Antonio Sandoval Neto entrou com o pedido de reintegração de posse e as famílias tiveram que deixar a área. Porém, os trabalhadores se utilizaram de uma nova estratégia, onde apenas ocupavam a área para realizar o cultivo. Nesse sentido, o grileiro passou a vigiar a área com jagunços para não permitir o acesso a terra:

O conflito era o trabalho. Os jagunços tinham ordens para impedir que os trabalhadores plantassem. De certa forma, a situação estava fora do controle da Polícia Militar que registro queixas das duas partes envolvidas. Os trabalhadores acusavam os jagunços e o grileiro acusava os trabalhadores. (FERNANDES, 1994. p. 139).

Este fato marca um momento interessante na história da luta pela terra pela necessidade de mudança de estratégia por parte dos trabalhadores. Diante da impossibilidade de acampar na área os trabalhadores criaram uma nova estratégia para driblar as limitações jurídicas impostas. Essa nova prática também revelava que o

problema não era somente em se manter a posse da terra, mas nas relações de trabalho que ali estavam sendo desenvolvidas.

Mais tarde, depois de muitas lutas, o Governador Fleury requisitou parte da fazenda São Bento para abrigar os trabalhadores pelo período de 180 dias. O grileiro entrou com uma liminar e conseguiu a suspensão do decreto firmando um embate na esfera jurídica entre o proprietário e o Estado. Enquanto esse processo se desenvolvia decidiu-se que uma área equivalente a 10 há seria reservada para que os trabalhadores montassem o acampamento.

No mesmo período, em outra ação os trabalhadores ocuparam a fazenda Santa Clara. O suposto proprietário da fazenda entrou com o pedido de despejo e o comandante da polícia militar negociou com os líderes do MST a saída das famílias, que foram transferidas para outra área da FEPASA.

Em outubro do mesmo ano os trabalhadores de ambos os acampamentos organizaram uma marcha de saída de Mirante do Paranapanema indo até Presidente Prudente. Ao chegar a Presidente Prudente, os trabalhadores ocuparam o prédio do Instituto de Terras e se reuniram com representantes do Estado. Após, os trabalhadores retornaram para os acampamentos com promessas que não seriam cumpridas.

No mês de novembro foram realizadas mais duas ocupações na fazenda Santa Clara e o tombamento de terras para cultivo. O tombamento da terra servia para evidenciar o interesse que os trabalhadores tinham em ter um espaço/território para poder produzir e se reproduzir socialmente através do trabalho.

Em Janeiro de 1992, o grileiro Antonio Sandoval Neto pediu a reintegração da posse após o vencimento dos 180 dias determinados pela justiça, sendo que a polícia realizou o despejo. Porém, com o intuito de se fortalecer e se defender o MST com seus advogados consegue uma liminar que garantisse a permanência das famílias em uma área de 10 hectares. Esta liminar foi uma conquista fruto de um embate travado na esfera política que além de garantir a permanência na área com amparo legal servia também de estímulo para que promoção da luta pela terra na região, assim, fortalecendo o movimento e suas ações.

Em Abril, o MST reocupa a fazenda São Bento e ocupa a fazenda Canaã com famílias mobilizadas através da divulgação da luta. Os proprietários requereram a reintegração de posse e as famílias despejadas acamparam no ramal ferroviário originando o acampamento intitulado 1º de Maio que em seguida ocupou as fazendas Flor Roxa e a Washington Luiz.

Com o aumento da mobilização, o MST passou a pressionar mais o Estado através das manifestações em terras devolutas. Em resposta à pressão exercida pelo movimento e com o objetivo de combater a luta, os latifundiários articulados em uma associação conseguiram organizar um processo contra as lideranças dos movimentos, resultando em um mandato de prisão preventiva contra oito lideranças do MST na região tendo como acusação principal a formação de um bando (quadrilha) e a incitação de ocupações (Fernandes, 1994)<sup>17</sup>.

No mesmo dia havia sido marcada uma audiência com o juiz para interrogar as lideranças por crime de desobediência à liminar de despejo, porém, a estratégia era que assim que as lideranças fossem presas e acusadas por formação de quadrilha assim que elas chegassem. A Advogada do MST suspeitou da estratégia e se organizou juntamente com o STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mirante do Paranapanema para prevenir que isso ocorresse. Como forma de uma contra-estratégia, os acampados realizaram uma vigília na praça matriz de Mirante do Paranapanema.

Em 30 de Julho, as famílias que ocuparam as fazendas Flor Roxa e Washington Luiz foram despejadas. No final de outubro, as famílias reocuparam as fazendas Flor Roxa e Santa Clara, sendo que da primeira fazenda foram despejadas e na segunda ocorreu uma negociação para permanência das famílias na área plantada.

Em novembro, foi concedido “*habeas corpus*” contra a prisão preventiva das lideranças e a suspensão do mandato de prisão. No mesmo mês, os ocupantes da fazenda Flor Roxa foram presos em flagrante, mas soltos uma semana depois por serem réus primários.

Em Janeiro de 1993, o Estado indeniza as benfeitorias da fazenda Santa Clara e inicia a criação do Assentamento Santa Clara, onde seriam assentadas cerca de 300 famílias. Este assentamento foi a primeira vitória do MST na região do Pontal do Paranapanema, portanto, marcou não somente como uma conquista, mas como o primeiro produto de uma conflituosa disputa (luta de classes) que possibilitasse a construção e a criação de estruturas para o desenvolvimento de relações amparadas em uma lógica oposta ao sistema capitalista firmando, assim, o território camponês através de um processo de recriação do campesinato. A correlação de forças estabelecidas e muitas vezes sublevadas ao plano político evidenciou uma compreensão básica da perspectiva dialética que é trabalhada no processo de construção de uma consciência

---

<sup>17</sup> Ver pag. 144.



crítica realizada pela frente de massa na qual o conflito é ação fundamental, ou seja, o entendimento de que o conflito é elemento necessário, inerente e estruturante para o processo de desenvolvimento (Fernandes, 2004).

No dia 23 de Janeiro fora realizada uma reunião organizada pelo prefeito de Mirante do Paranapanema com os representantes das diferentes partes de interesse, entre elas estavam o MST, a Associação dos Proprietários Rurais do Pontal do Paranapanema, os prefeitos da UNIPONTAL, a Procuradoria do Estado e representantes do ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo. Na reunião o MST apresentou sua proposta de arrecadação de 23.000 para assentar 1.200 famílias e os ruralistas apresentaram uma proposta de regularização das propriedades onde parte das propriedades seriam concedidas para a criação de assentamentos rurais, contudo essa parte era relativa e variava de acordo com o tamanho da propriedade.

O ITESP analisou a proposta dos ruralistas e constatou a impossibilidade visto que a arrecadação de terras seria insuficiente para assentar a soma de famílias acampadas. Em fevereiro fora realizada outra reunião com a apresentação de uma nova proposta que regularizaria as áreas de até 500 hectares e o restante seria repassado para o Estado, que desta maneira arrecadaria uma quantidade de áreas equivalente a 25.991 hectares. Segundo Fernandes (1994)<sup>18</sup> esta proposta atingiria apenas 17 grileiros que dominam 65% das terras devolutas do 11º perímetro.

Em fevereiro, famílias dos acampamentos João Batista da Silva, Primeiro de Maio e outras da região ocuparam a fazenda São Bento. A ocupação contou com o apoio de prefeituras por haver a expectativa de acordo entre o Estado e os latifundiários. Porém, na ocupação os jagunços receberam os ocupantes com armas e violência, acarretando o retorno de algumas famílias, mas não a desistência da ocupação.

No dia 8 de março, as famílias desocuparam a fazenda São Bento devido à reintegração de posse e acamparam nas margens do ramal da FEPASA. Essas famílias reuniram-se em um único acampamento, formando a União da Vitória com trabalhadores da região do Pontal do Paranapanema, da Nova Alta Paulista e 18 municípios do norte do Estado do Paraná. Para suportar tamanho contingente de trabalhadores, o acampamento contava com farmácia, escolas, tanques de abastecimento de água e óleo diesel, e etc.

---

<sup>18</sup> Ver pag. 147.

Para realizar a luta, o movimento na região se organizava com os seguintes setores: Frente de Massa, Finanças, Formação, Educação, Núcleo, Produção e Jornal. Era através dessa estrutura em setores que se tornou possível a manutenção e organização vivência no acampamento e a realização da luta pela terra. Devido à irregularidade da participação das famílias nas reuniões os trabalhadores acabavam excluídos das discussões e decisões políticas que terminavam por serem tomadas pelas lideranças, desta maneira a massa de trabalhadores era mobilizada pelas lideranças quando se realizavam as assembléias.

Os trabalhadores, em assembléia, decidiram por continuar acampados e plantando na fazenda São Bento e continuar acampados na área da FEPASA. O cultivo na área e os mutirões para plantio e tombamento tinham como objetivo pressionar o Estado para a desapropriação da área evidenciando a necessidade da terra para a subsistência. O dono da área pediu reintegração de posse e fora concedida, porém pelo fato de os trabalhadores estarem fora da área da fazenda se estabelecia um impasse visto que não havia quem despejar. Por isso, o latifundiário ameaçou destruir o trabalho dos acampados e os trabalhadores se organizaram em uma vigia para que o grileiro não realizasse o ato.

Como forma de repressão e meio de obter informações a polícia violentou e torturou um assentado, cuja finalidade era de adquirir conhecimento sobre os integrantes, a estrutura e os objetivos do movimento para poder criminalizá-lo:

A situação do impasse permaneceu e os trabalhadores continuaram trabalhando. Neste mesmo mês, um trabalhador do assentamento Santa Clara foi preso por policiais dos municípios de Colorado, Santo Inácio e Itaguagé no Paraná e torturado na Delegacia de Polícia de Itaguagué. Durante a sessão de tortura, os policiais interrogaram o trabalhador para que falasse sobre a forma de funcionamento do acampamento e fornecesse os nomes das principais lideranças do MST. O trabalhador foi abandonado nas margens da rodovia próxima ao assentamento. O trabalhador foi internado na Santa Casa de Presidente Venceslau e os exames do legista registraram várias lesões no corpo. (FERNANDES, 1994. p. 152)

O MST acusou a polícia de estar vinculada aos interesses dos latifundiários, pois os trabalhadores viram policiais reunidos com os proprietários da fazenda Canaã. Esse tipo de acontecimento evidenciava a disputa política existente no campo e que em muitos casos mecanismos ilegais como a violência eram utilizados para a obtenção de meios de se fazer uma lei, por mais injusta que esta fosse.

Em junho o MST ocupa a fazenda Canaã, mas logo é concedida a liminar de reintegração de posse e as famílias acampam às margens do ramal ferroviário desativado da FEPASA.

Os trabalhadores continuaram a realizar ocupações de terras na fazenda São Bento e a cultivar. No dia do Trabalhador Rural ocorreu uma celebração com padres dos municípios da região e do norte do Paraná, porém, a participação dos padres fora proibida pelo bispo Dom Antonio Agostinho Marochi da Diocese de Presidente Prudente, cuja finalidade da proibição era “não acirrar os ânimos” (Fernandes, 1994)<sup>19</sup>.

A luta pela fazenda São Bento continuou até 1994, com muitos conflitos e ameaças, quando no dia 28 de março foi assinado o acordo para pagamento das benfeitorias da fazenda. O documento de acordo previa as seguintes condições:

- Pagar a importância de CR\$ 3.316.880.976,26 (três bilhões, trezentos e dezesseis milhões, oitocentos e oitenta mil, novecentos e setenta e seis cruzeiros e vinte centavos), fixados em audiência, que os réus aceitam como indenização integral pelas benfeitorias necessárias e úteis que realizaram nos imóveis rurais;
- O pagamento seria feito em três parcelas mensais de CR\$ 1.105.626.992,09 (um bilhão, cento e cinco milhões, seiscentos e vinte e seis, novecentos e noventa e dois reais e nove centavos);
- Os réus entregarão a posse mansa e pacífica dos imóveis em epigrafe, concomitantemente com o recebimento da terceira e última parcela pactuada, ou seja, no dia trinta (30) de junho do corrente ano;
- A partir da integralização do pagamento das parcelas avençadas, os réus reconhecem o domínio e a posse da autora sobre as áreas objeto da demanda, bem como sobre todas as benfeitorias nelas existentes, renunciando a todo e qualquer direito que pudessem lá exercer;
- As partes arcarão com os honorários de seus respectivos patronos e assistentes técnicos.

O documento foi homologado pelo procurador do estado Sérgio Nogueira Barhum e pelo advogado Daniel Schwenck na audiência de conciliação, instrução e julgamento sobre o processo 204/92 promovido pela Fazenda do Estado de São Paulo tendo como réus Antonio Sandoval Neto e outros.

---

<sup>19</sup> Ver pag. 154.

Após a realização de 25 ocupações de terras e a participação de 3.220 famílias em ocupações de terras e o pagamento das benfeitorias sua desapropriação foi considerada uma grande vitória para o movimento na região. Esta conquista resultou mais tarde no PE São Bento com 182 famílias assentadas.

Estes anos foram fundamentais e decisivos na criação do MST na região. Nos demais anos ocorreram outras experiências que contribuíram para a luta, mas a partir de 1993 o MST já tinha uma organização básica, estruturando a sua base nos acampamentos e assentamentos e com os setores criados conforme a necessidade do movimento: produção, educação, saúde, finanças, comunicação, frente de massa e etc. Essa organização contribuía para que o movimento pudesse continuar atuando com mais eficiência.

No transcorrer dos anos, o número de ocupações de terras continuaram crescendo e sendo um meio de negociação e reivindicação com o Estado, assim, como a sua atuação em demais municípios. Para melhor ilustrar as ocupações de terras e o processo de espacialização da luta pela terra elaboramos um conjunto de mapas do período 1990-2008 com os dados do DATALUTA e uma tabela do período de 1990-2009, conforme as figuras 1 e 2 e na tabela 1.

**TABELA 4 - PONTAL DO PARANAPANEMA - MST - NÚMERO DE OCUPAÇÕES E FAMÍLIAS EM OCUPAÇÕES POR MUNICÍPIO - 1990-2009**

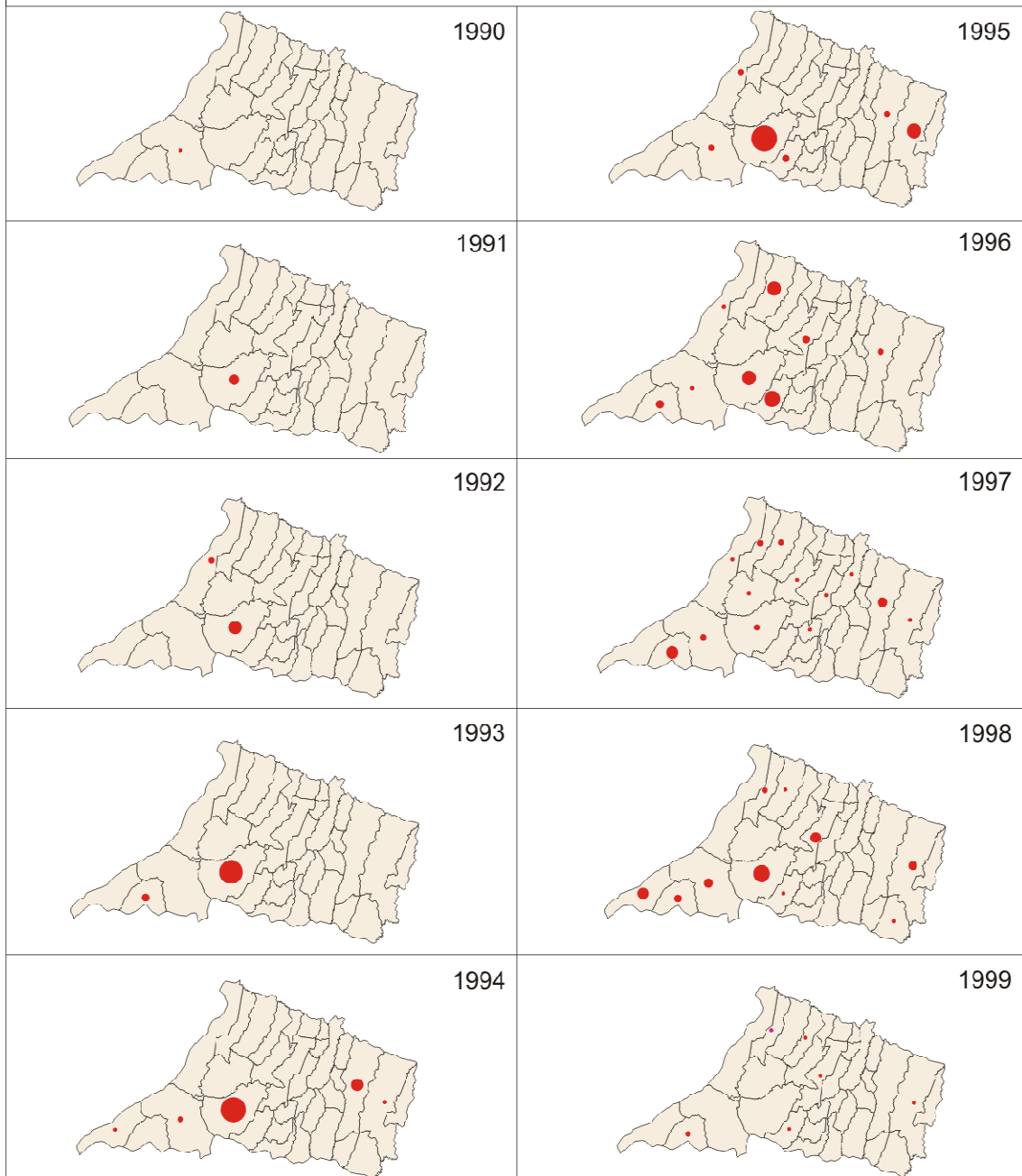
<b>Município</b>	<b>Nº OCUPAÇÕES</b>	<b>%</b>	<b>Nº FAMÍLIAS</b>	<b>%</b>
<b>Alfredo Marcondes</b>	0	<b>0,00</b>	0	<b>0,00</b>
<b>Álvares Machado</b>	2	<b>0,44</b>	94	<b>0,12</b>
<b>Anhumas</b>	0	<b>0,00</b>	0	<b>0,00</b>
<b>Caiabu</b>	0	<b>0,00</b>	0	<b>0,00</b>
<b>Caiuá</b>	12	<b>2,61</b>	784	<b>1,01</b>
<b>Emilianópolis</b>	0	<b>0,00</b>	0	<b>0,00</b>
<b>Estrela do Norte</b>	0	<b>0,00</b>	0	<b>0,00</b>
<b>Euclides da Cunha Paulista</b>	36	<b>7,84</b>	5.701	<b>7,36</b>
<b>Iepê</b>	3	<b>0,65</b>	280	<b>0,36</b>
<b>Indiana</b>	0	<b>0,00</b>	0	<b>0,00</b>
<b>João Ramalho</b>	1	<b>0,22</b>	20	<b>0,03</b>
<b>Marabá Paulista</b>	11	<b>2,40</b>	3.459	<b>4,47</b>
<b>Martinópolis</b>	26	<b>5,66</b>	1.129	<b>1,46</b>
<b>Mirante do Paranapanema</b>	149	<b>32,46</b>	30.343	<b>39,17</b>
<b>Nantes</b>	1	<b>0,22</b>	300	<b>0,39</b>
<b>Narandiba</b>	3	<b>0,65</b>	348	<b>0,45</b>
<b>Piquerobi</b>	2	<b>0,44</b>	63	<b>0,08</b>
<b>Pirapozinho</b>	6	<b>1,31</b>	840	<b>1,08</b>
<b>Presidente Bernardes</b>	30	<b>6,54</b>	2.480	<b>3,20</b>

<b>Presidente Epitácio</b>	18	<b>3,92</b>	1.704	<b>2,20</b>
<b>Presidente Prudente</b>	4	<b>0,87</b>	620	<b>0,80</b>
<b>Presidente Venceslau</b>	24	<b>5,23</b>	1.046	<b>1,35</b>
<b>Rancharia</b>	22	<b>4,79</b>	4.517	<b>5,83</b>
<b>Regente Feijó</b>	0	<b>0,00</b>	0	<b>0,00</b>
<b>Ribeirão dos Índios</b>	0	<b>0,00</b>	0	<b>0,00</b>
<b>Rosana</b>	10	<b>2,18</b>	1.070	<b>1,38</b>
<b>Sandovalina</b>	33	<b>7,19</b>	11.282	<b>14,56</b>
<b>Santo Anastácio</b>	8	<b>1,74</b>	954	<b>1,23</b>
<b>Santo Expedito</b>	0	<b>0,00</b>	0	<b>0,00</b>
<b>Taciba</b>	0	<b>0,00</b>	0	<b>0,00</b>
<b>Tarabaí</b>	1	<b>0,22</b>	400	<b>0,52</b>
<b>Teodoro Sampaio</b>	57	<b>12,42</b>	10.032	<b>12,95</b>
<b>Total</b>	<b>459</b>	<b>100,00</b>	<b>77.466</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2008.

**Organização:** José Sobreiro Filho

**Figura 1 - Espacialização da Luta pela Terra no Pontal do Paranapanema  
- 1990 - 2009 (parte 1/2)  
Municípios com ocupações de terras**



**Legenda**



\*A legenda foi definida tendo como base o maior índice do período (1995)

Estado de São Paulo - Localização do Pontal do Paranapanema



**Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela Terra**

**Cartografia: José Sobreiro Filho**

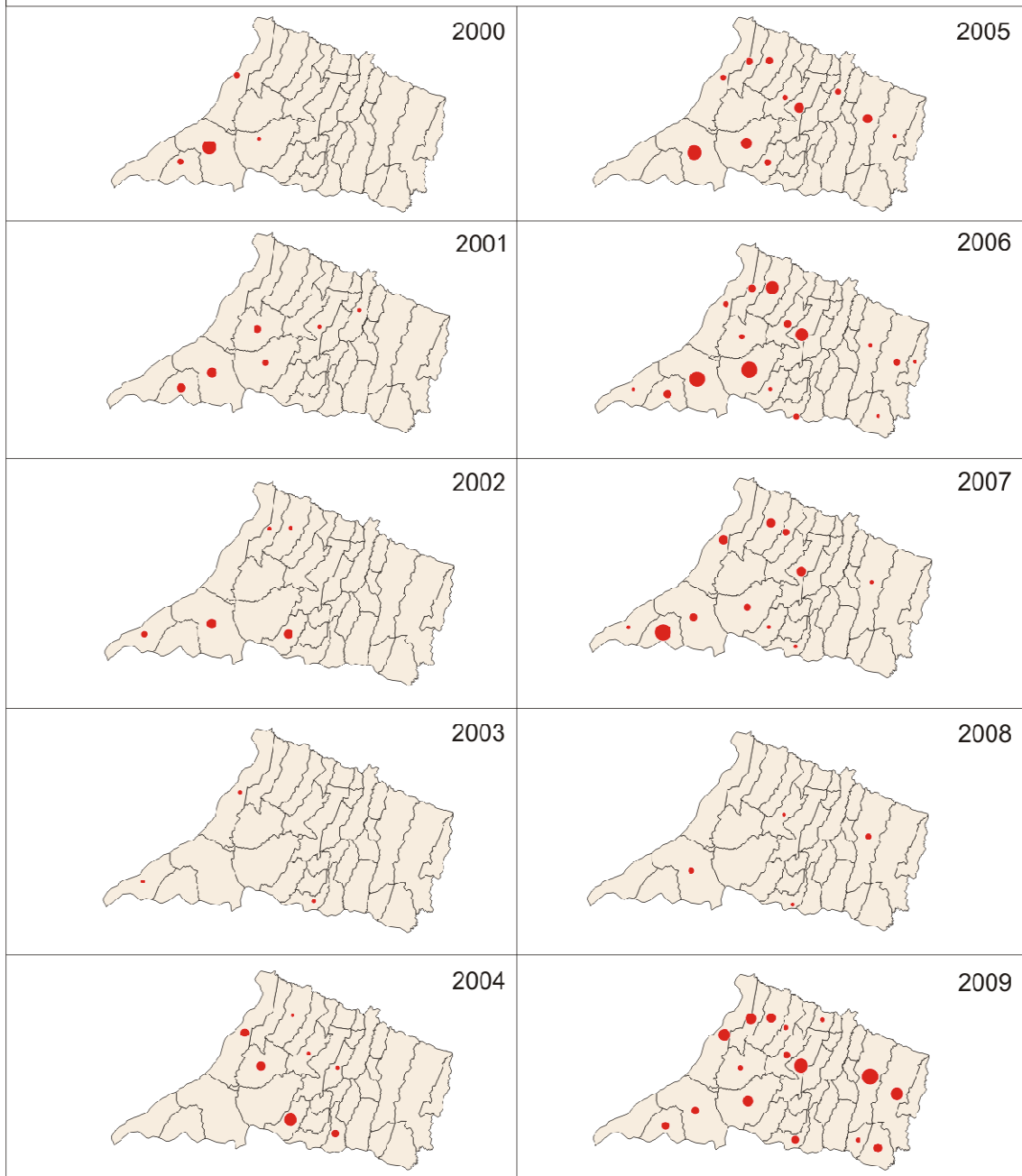
**Software de Cartomática: Philcarto**

**Edição Gráfica: Corel Draw x3**

**Base cartográfica: Eduardo P. Girardi**

**Pres. Prudente, 24 de Junho de**

**Figura 2 - Espacialização da Luta pela Terra no Pontal do Paranapanema  
- 1990 - 2009 (parte 2/2)  
Municípios com ocupações de terras**



**Legenda**



\*A legenda foi definida tendo como base o maior índice do período (1995)

Estado de São Paulo - Localização do Pontal do Paranapanema



**Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela Terra**

**Cartografia: José Sobreiro Filho**

**Software de Cartomática: Philcarto**

**Edição Gráfica: Corel Draw x3**

**Base cartográfica: Eduardo P. Girardi**

**Pres. Prudente, 24 de Junho de**

### **3.3 – A territorialização do MST no Pontal do Paranapanema**

Nessa parte do relatório, temos como objetivo mostrar como o MST está territorializado no Pontal do Paranapanema. Para que pudéssemos cumprir com esse desafio, utilizamos os dados do DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra do NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária e realizamos reuniões com as lideranças do MST da região com o intuito de identificar cada assentamento que foi criado sobre área anteriormente ocupada pelo movimento e qual a fazenda que se tornou assentamento.

Esse processo contribuiu para entendermos como os movimentos socioterritoriais vêm se territorializando sobre o latifúndio. A relação entre as ocupações de terras, as fazendas ocupadas e os assentamentos, como produto final da espacialização da luta pela terra, facilita o entendimento da necessidade e a função das ocupações de terras para se realizar a reforma agrária na região. A luta dos movimentos socioterritoriais, principalmente o MST, é exemplo da necessidade da conquista de uma fração do território para a reprodução social. Todavia, fica evidente que, para conquistar esse espaço de sobrevivência faz-se necessário a luta pela terra e o confronto contra os modelos concentracionistas como o latifúndio e o agronegócio.

Os assentamentos rurais do Pontal, em sua maioria, tiveram suas origens nas pressões e conflitos exercidos pelo processo de espacialização da luta pela terra (Fernandes, 1999; Sobreiro Filho, 2009). O conflito, expresso nas ocupações de terras, é entendido como ação essencial para contestar as distorções da estrutura fundiária e promover a criação de assentamentos rurais. Os aumentos e as oscilações dos números de ocupações de terras sempre repercutiram e estiveram relacionados com a criação de assentamentos.

Em sua dissertação de mestrado, Ramalho (2002) evidencia que é a partir da intensificação da luta em 1994 com o fortalecimento do MST na região que aumenta o número de criação de assentamentos rurais na região. O caso da fazenda São Bento de Antonio Sandoval Neto, que foi ocupada por mais de vinte vezes, é um exemplo nítido da insistência da luta e da eficácia das ocupações de terras. Deste modo, para os movimentos socioterritoriais, a conquista pela terra/território dá-se essencialmente pelas ocupações de terras.

A conquista da terra/território em forma de assentamento é o processo que chamamos de acesso à terra (Fernandes, 2001) e a implantação de um assentamento



rural compreende o processo de criação e re-criação do campesinato, sendo também parte da dinâmica contraditória do capital.

Na implantação de assentamentos onde anteriormente era território do latifúndio, alguns continuaram carregando o nome das antigas fazendas como o assentamento King Meat, o assentamento São Bento, e alguns que foram criados em áreas onde não ocorreram ocupações, revelando-nos que as ocupações nem sempre garantem que o espaço ocupado se torne assentamento, ou seja, as ocupações de terras podem levar que outro espaço, que não o ocupado, se torne assentamento conforme na tabela 1. Dentre os assentamentos do obtidos através das ocupações de terras, há uma diversidade de casos que variam desde fazendas muito ocupadas até fazendas com apenas uma ocupação e um número reduzido de famílias em ocupações não havendo também uma lógica, pois o grau de dificuldade para desapropriação varia de caso para caso.

Para que se ocorra a territorialização, muitas vezes a luta pela terra é intensa e requer insistência e repetição das ocupações de terras. As fazendas São Bento, que se tornou o assentamento São Bento depois de 25 ocupações de terras, a Fazenda Nova Lagoinha ou Reserva Florestal, que se tornou o assentamento Lagoinha depois de 19 ocupações, a Fazenda Canaã, que se tornou o assentamento Canaã depois de 15 ocupações, e a Fazenda Santa Clara, que se tornou os assentamentos Paulo Freire, Che Guevara e Antonio Conselheiro depois de 14 ocupações de terra, são exemplos de como a luta até a territorialização pode ser morosa e conflituosa.

Outros destaques na luta pela terra na região são: a Fazenda Nova Lagoinha ou Reserva Florestal com 3.650 famílias, a Fazenda São Bento com 3.220 famílias, a Fazenda Arco-Íris com 2.494 e a Fazenda Santa Cruz com 2.376 famílias em ocupações de terras. Esses exemplos marcam a participação das famílias e a mobilização de um grande contingente de trabalhadores para conseguir a desapropriação. Outro dado muito relevante para compreender a problemática da questão agrária e a penosidade da luta pela terra na região é a duração da luta até a desapropriação. Identificamos o período de luta contra o latifúndio ao comparamos a primeira e a última ocupação de terra, destacando-se: Fazenda Santa Cruz entre 22/08/95 e 26/04/2007 (mais de 11 anos), Fazenda Nova Lagoinha ou Reserva Florestal 17/07/1992 e 15/03/2003 (quase 11 anos), Fazenda Santa Carmem 12/08/1996 e 08/03/2006 (quase 10 anos).

Esses dados são relevantes para se compreender a intensidade da luta até o processo de territorialização (ver quadro 1). Vale ressaltar que ao comprovarmos que 67 dos 109 assentamentos da região registraram ocupações de terras realizadas pelo MST

fica evidente que a ocupação é uma das principais formas de acesso à terra (Fernandes, 2001).

Por fim, a elaboração de uma tabela e não de um mapa, para exemplificar a territorialização do MST, se justifica pela possibilidade de conter os dados das ocupações de terras, das fazendas ocupadas e da territorialização do movimento de modo que cada dado pudesse ser disposto sem que ofuscasse a compreensão e representação do outro. E a nossa escolha em se representar conjuntamente a ocupação e a territorialização vêm da compreensão de que são dois momentos importantes na luta pela terra e que o primeiro (espacialização) é fundamental para o segundo (territorialização).

**QUADRO 1 – A RELAÇÃO ENTRE OCUPAÇÕES DE TERRAS, FAZENDAS OCUPADAS**

**E A CRIAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS — 1988-2008**

ASSENTAMENTOS							OCUPAÇÕES				
Nº	MUNICÍPIO	NOME DO ASSENTAMENTO	CAP. DE FAMÍLIAS	FONTE	ANO/CRIAÇÃO	ANO/OBTENÇÃO	FAZENDA OCUPADA	PRIMEIRA OCUPAÇÃO	ÚLTIMA OCUPAÇÃO	N. DE FAMÍLIAS	N. DE OCUPAÇÕES
1º	TEODORO SAMPAIO	PA AGUA SUMIDA	121	INCRA/ITESP	1988	1987	N.I.	N.I	N.I	N.I	N.I
2º	MARABA PAULISTA	PA AREIA BRANCA	87	INCRA/ITESP	1988	1987	N.I.	N.I	N.I	N.I	N.I
3º	CAIUA	PA ENGENHO	29	INCRA	1998	1998	N.I.	N.I	N.I	N.I	N.I
4º	CAIUA	PA LUIS MORAES NETO	104	INCRA/ITESP	2002	2001	N.I.	N.I	N.I	N.I	N.I
5º	CAIUA	PE FAZENDA SANTO ANTONIO	50	INCRA	2001	2001	N.I.	N.I	N.I	N.I	N.I
6º	CAIUA	PE MALÚ	24	INCRA/ITESP	2003	2003	N.I.	N.I	N.I	N.I	N.I
7º	CAIUA	PE MATURI	172	INCRA/ITESP	1998	1998	N.I.	N.I	N.I	N.I	N.I
8º	CAIUA	PE SANTA ANGELINA	23	INCRA/ITESP	2003	2002	N.I.	N.I	N.I	N.I	N.I
9º	CAIUA	PE SANTA RITA	21	INCRA/ITESP	1999	1998	N.I.	N.I	N.I	N.I	N.I
10º	CAIUA	PE VISTA ALEGRE	22	INCRA/ITESP	2003	2002	N.I.	N.I	N.I	N.I	N.I
11º	EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	PA NOVA ESPERANÇA	98	INCRA/ITESP	1999	1998	Fazenda Nova Esperança/Fazenda Nova Esperança III/Fazenda Nova Esperança II	20/09/1998	24/06/2007	296	7
12º	EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	PE GUANA MIRIM	34	INCRA/ITESP	2003	2002	Fazenda Guaná Mirim	02/01/2001	07/09/2001	137	4
13º	EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	PE PORTO LETÍCIA	36	INCRA/ITESP	1998	1997	Fazenda Porto Letícia	06/01/1997	09/01/1997	600	2
14º	EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	PE RANCHO ALTO	52	INCRA/ITESP	1999	1998	Fazenda Rancho Alto	15/07/1998	15/07/1998	40	1
15º	EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	PE RANCHO GRANDE	101	INCRA/ITESP	1999	1998	Fazenda Rancho Grande	11/09/1993	26/10/1996	1260	7
16º	EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	PE SANTA RITA DO PONTAL	49	INCRA/ITESP	1999	1990	N.I.	N.I	N.I	N.I	N.I
17º	EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	PE SANTA ROSA	65	INCRA/ITESP	1999	1992	Fazenda Santa Rosa	06/05/2000	17/04/2006	122	2
18º	EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	PE TUCANO	36	INCRA/ITESP	1999	1991	Fazenda Tucano	N.I	N.I	N.I	N.I
19º	IEPE	PDS EMERGENCIAL BOM JESUS	50	INCRA	2006	2006	Fazenda 3 córregos	N.I	N.I	N.I	N.I

20°	JOAO RAMALHO	PDS EMERGENCIAL BOA ESPERANÇA	40	INCRA	2006	2006	N.I.	N.I	N.I	N.I	N.I
21°	MARABA PAULISTA	PE NOSSA SENHORA APARECIDA	17	INCRA/ITESP	2004	2003	Fazenda Aparecidinha	N.I	N.I	N.I	N.I
22°	MARABA PAULISTA	PE SANTA MARIA	40	INCRA	2004	2004	Fazenda Santa Maria	07/09/2001	07/09/2001	175	1
23°	MARABA PAULISTA	PE SANTO ANTONIO	74	INCRA/ITESP	1999	1999	Fazenda Santo Antônio	06/01/1997	06/01/1997	300	1
24°	MARABA PAULISTA	PE SANTO ANTONIO DA PRATA	34	INCRA/ITESP	2004	2004	Fazenda Santo Antônio do Prata	11/04/2004	11/04/2004	220	1
25°	MARABA PAULISTA	PE SÃO PEDRO	8	INCRA/ITESP	2005	2004	Fazendo São Pedro	N.I	N.I	N.I	N.I
26°	MARTINOPOLIS	PA CHICO CASTRO ALVES	87	INCRA/ITESP	1995	1993	N.I.	N.I	N.I	N.I	N.I
27°	MARTINOPOLIS	PA NOVA VIDA	37	INCRA/ITESP	1998	1994	N.I.	N.I	N.I	N.I	N.I
28°	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PA ANTONIO CONSELHEIRO II	65	INCRA/ITESP	1999	1999	Fazenda Santa Clara	01/09/1991	07/12/1998	1790	14
29°	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PA MARGARIDA ALVES	90	INCRA	2006	2005	Fazenda Santa Luzia (Fazenda Porteira Preta ou da Preta)	27/01/2005	25/03/2006	236	4
30°	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PA PAULO FREIRE	62	INCRA/ITESP	1998	1998	Fazenda Santa Clara	01/09/1991	07/12/1998	1790	14
31°	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE ALVORADA	21	INCRA/ITESP	1997	1997	Fazenda Alvorada	01/04/1995	11/12/1995	470	6
32°	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE ARCO ÍRIS	105	INCRA/ITESP	1997	1995	Fazenda Arco-íris	02/04/1995	17/06/1996	2494	4
33°	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE CANAÃ	56	INCRA/ITESP	1997	1995	Fazenda Canaã	29/04/1992	17/06/1996	1835	15
34°	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE CHE GUEVARA	46	INCRA/ITESP	1998	1995	Fazenda Santa Clara	01/09/1991	07/12/1998	1790	14
35°	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE ESTRELA DALVA	31	INCRA/ITESP	1998	1995	Fazenda Estrela Dalva	21/01/1994	25/07/1994	2000	9
36°	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE FLOR ROXA	39	INCRA/ITESP	1997	1995	Fazenda Flor Roxa	19/07/1992	26/08/1995	1750	4
37°	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE HAROLDINA	71	INCRA/ITESP	1997	1995	Fazenda Aroldina	10/05/1994	17/06/1996	172	8
38°	ROSANA	PE GLEBA XV	572	INCRA/ITESP	1999	1984	N.I.	N.I	N.I	N.I	N.I
39°	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE KING MEAT	46	INCRA/ITESP	1997	1997	Fazenda King Meat	02/04/1995	17/06/1996	900	3
40°	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE LUA NOVA	18	INCRA/ITESP	1997	1996	Fazenda Lua Nova	N.I	N.I	N.I	N.I
41°	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE MARCO II	9	INCRA/ITESP	1997	1997	Fazenda Marco II	01/04/1995	02/10/1995	2000	5

42°	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE NOSSA SENHORA APARECIDA	9	INCRA/ITESP	1997	1997	Fazenda Aparecidinha	N.I	N.I	N.I	N.I
43°	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE NOVO HORIZONTE	57	INCRA/ITESP	1997	1996	Fazenda Novo Horizonte	N.I	N.I	N.I	N.I
44°	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE REPOUSO	21	INCRA/ITESP	2003	2000	Fazenda Repouso	N.I	N.I	N.I	N.I
45°	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE ROSELI NUNES	55	INCRA/ITESP	2004	2003	Fazenda Inháca	06/11/1997	17/04/2006	800	8
46°	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE SANTA APOLONIA	104	INCRA/ITESP	1997	1996	Fazenda Santa Apolónia	01/04/1995	26/12/1995	N.I	3
47°	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE SANTA CARMEM	37	INCRA/ITESP	1997	1995	Fazenda Sta. Carmem	12/08/1996	08/03/2006	90	2
48°	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE SANTA CRISTINA	36	INCRA/ITESP	1997	1996	Fazenda Santa Cristina	17/07/1996	17/07/1996	N.I	1
49°	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE SANTA CRUZ	50	INCRA/ITESP	1999	1995	Fazenda Santa Cruz	22/08/1995	26/04/2007	2376	7
50°	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE SANTA IZABEL	70	INCRA/ITESP	1999	1996	Fazenda Santa Isabel	08/03/1997	02/12/1998	640	5
51°	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE SANTA LÚCIA	24	INCRA/ITESP	1997	1996	Fazenda Santa Lúcia	16/07/1993	16/07/1993	N.I	1
52°	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE SANTA ROSA I	24	INCRA/ITESP	1997	1996	Fazenda Santa Rosa I	N.I	N.I	N.I	N.I
53°	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE SANTA ROSA II	27	INCRA/ITESP	1999	1996	Fazenda Santa Rosa II	N.I	N.I	N.I	N.I
54°	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE SANTANA	29	INCRA/ITESP	1999	1995	Fazenda Santana	06/06/1995	18/01/1998	750	2
55°	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE SANTO ANTONIO	24	INCRA/ITESP	2005	2005	Fazenda Santo Antônio	17/01/1994	29/08/1999	50	2
56°	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE SANTO ANTONIO II	7	INCRA/ITESP	2006	2005	Fazenda Santo Antônio do Mirante	27/06/2004	27/06/2004	2	1
57°	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE SÃO BENTO	182	INCRA/ITESP	1998	1995	Fazenda São Bento	23/03/1991	30/04/1994	3220	25
58°	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE VALE DOS SONHOS	23	INCRA/ITESP	1997	1996	N.I.	N.I	N.I	N.I	N.I
59°	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE WASHINGTON LUIS	16	INCRA/ITESP	1997	1996	Fazenda Washington Luís	19/07/1992	02/10/1995	2000	5
60°	PIQUEROBI	PE SANTA RITA 2	26	INCRA/ITESP	1998	1997	Fazenda Santa Rita	01/03/1998	01/03/1998	20	1
61°	PIQUEROBI	PE SANTO ANTONIO DA LAGOA	29	INCRA/ITESP	1997	1997	Fazenda Santo Antônio	19/02/2007	19/02/2007	120	1
62°	PIQUEROBI	PE SÃO JOSÉ DA LAGOA	29	INCRA/ITESP	1998	1996	Fazenda São José	09/02/1999	24/06/2007	108	3
63°	PRESIDENTE BERNARDES	PE ÁGUA LIMPA I	31	INCRA/ITESP	1997	1996	Fazenda Água Limpa	17/05/1996	17/05/1996	76	1
64°	PRESIDENTE BERNARDES	PE ÁGUA LIMPA II	26	INCRA/ITESP	1997	1996	Fazenda Água Limpa	17/05/1996	17/05/1996	76	1

65°	PRESIDENTE BERNARDES	PE ESTÂNCIA PALU	44	INCRA/ITESP	1997	1996	Estância Palu	01/06/1996	01/06/1996	100	1
66°	PRESIDENTE BERNARDES	PE FLORESTAN FERNANDES	55	INCRA/ITESP	1998	1998	Fazenda São Jorge	N.I./02/1998	N.I./02/1998	76	1
67°	PRESIDENTE BERNARDES	PE QUATRO IRMÃS	15	INCRA/ITESP	1999	1998	Fazenda Quatro Imãs	N.I	N.I	N.I	N.I
68°	PRESIDENTE BERNARDES	PE RODEIO	65	INCRA/ITESP	1997	1997	Fazenda Rodeio	N.I	N.I	N.I	N.I
69°	PRESIDENTE BERNARDES	PE SANTA EUDÓXIA	6	INCRA/ITESP	1997	1996	N.I.	N.I	N.I	N.I	N.I
70°	PRESIDENTE BERNARDES	PE SANTO ANTONIO II	24	INCRA/ITESP	1998	1998	Fazenda Santo Antônio	21/01/1998	N.I./02/1998	53	2
71°	PRESIDENTE EPITACIO	PA LAGOINHA	153	INCRA/ITESP	1998	1997	Fazenda Nova Lagoinha ou Reserva Florestal	17/07/1992	15/03/2003	3650	19
72°	PRESIDENTE EPITACIO	PA PORTO VELHO	87	INCRA/ITESP	1998	1998	Fazenda Porto Velho	28/01/1998	28/09/1998	75	2
73°	PRESIDENTE EPITACIO	PE FAZENDA LAGOINHA	26	INCRA	2002	2002	N.I.	N.I	N.I	N.I	N.I
74°	PRESIDENTE EPITACIO	PE SÃO PAULO	76	INCRA/ITESP	2004	2003	Fazenda Lagoa S.Paulo	N.I	N.I	N.I	N.I
75°	PRESIDENTE VENCESLAU	PE PRIMAVERA I	82	INCRA/ITESP	1999	1996	Fazenda Primavera	27/04/1996	16/01/1998	656	8
76°	PRESIDENTE VENCESLAU	PE PRIMAVERA II	43	INCRA/ITESP	1999	1996	Fazenda Primavera II	15/07/1996	15/07/1996	42	1
77°	PRESIDENTE VENCESLAU	PE RADAR	29	INCRA/ITESP	1997	1996	Fazenda Radar	12/07/1996	12/07/1996	26	1
78°	PRESIDENTE VENCESLAU	PE SANTA MARIA	85	INCRA/ITESP	1999	1996	Fazenda Santa Maria	N.I	N.I	N.I	N.I
79°	PRESIDENTE VENCESLAU	PE TUPACIRETÃ	78	INCRA/ITESP	1997	1996	Fazenda Tupaciretã	18/05/1996	23/11/1996	362	6
80°	RANCHARIA	PA NOVA CONQUISTA	104	INCRA/ITESP	1997	1996	Fazendas S. João da Mata/Faxinal/Matão/Outras	01/05/1995	11/08/1995	450	2
81°	RANCHARIA	PA SÃO PEDRO	74	INCRA/ITESP	1999	1998	Fazenda S. Pedra	15/01/1997	23/05/1997	553	3
82°	RIBEIRÃO DOS ÍNDIOS	PE YAPINARY	40	INCRA/ITESP	1997	1996	Fazenda Yapinare	N.I	N.I	N.I	N.I
83°	ROSANA	PE BONANZA	33	INCRA/ITESP	1999	1998	Fazenda Bonanza	14/09/1998	20/10/1998	53	2
84°	ROSANA	PE NOVA PONTAL	122	INCRA/ITESP	1999	1998	Fazenda Nova Pontal	20/02/1998	10/09/1998	150	3
85°	ROSANA	PA PORTO MARIA	47	ITESP	2005	2005	Fazenda Porto Maria	09/11/2006	07/07/2007	300	2
86°	SANDOVALINA	PE BOM PASTOR	130	INCRA/ITESP	1997	1997	Fazenda Flora	26/10/1996	26/10/1996	N.I	1
87°	SANDOVALINA	PE GUARANY	68	INCRA/ITESP	2001	2001	Fazenda Guarani	24/06/1999	15/05/2002	550	2
88°	TEODORO SAMPAIO	PE ÁGUA BRANCA I	29	INCRA/ITESP	1999	1998	Fazenda Água Branca	N.I	N.I	N.I	N.I

89°	TEODORO SAMPAIO	PE ALCÍDIA DA GATA	19	INCRA/ITESP	1999	1998	Fazenda Alcídia da Gata	N.I	N.I	N.I	N.I
90°	TEODORO SAMPAIO	PE CACHOEIRO DO ESTREITO	29	INCRA/ITESP	1998	1997	Fazenda Ribeirão Bonito	07/01/1997	07/01/1997	200	1
91°	TEODORO SAMPAIO	PE CORREGO AZUL	9	INCRA/ITESP	1998	1997	Fazenda Ribeirão Bonito	07/01/1997	07/01/1997	200	1
92°	TEODORO SAMPAIO	PE FUSQUINHA	43	INCRA/ITESP	2003	2003	Recanto Porto X	15/02/2001	07/09/2001	175	2
93°	TEODORO SAMPAIO	PE HAIDÉIA	24	INCRA/ITESP	1998	1997	Fazenda Ribeirão Bonito	07/01/1997	07/01/1997	200	1
94°	TEODORO SAMPAIO	PE LAUDENOR DE SOUZA	60	INCRA/ITESP	1998	1997	Fazenda Corema	N.I	N.I	N.I	N.I
95°	TEODORO SAMPAIO	PE PADRE JOSIMO	97	INCRA/ITESP	2003	2003	Fazenda São Pedro	25/04/2002	25/04/2002	98	1
96°	TEODORO SAMPAIO	PE SANTA CRUZ DA ALCÍDIA	28	INCRA/ITESP	2001	2000	Fazenda Santa Cruz da Alcídia	26/04/2000	26/04/2000	200	1
97°	TEODORO SAMPAIO	PE SANTA EDWIRGES	25	INCRA/ITESP	2003	2003	Fazenda Santa Edwirges	N.I	N.I	N.I	N.I
98°	TEODORO SAMPAIO	PE SANTA RITA DA SERRA	40	INCRA/ITESP	1997	1997	Fazenda Ribeirão Bonito	07/01/1997	07/01/1997	200	1
99°	TEODORO SAMPAIO	PE SANTA TEREZINHA DA ÁGUA SUMIDA	50	INCRA/ITESP	2001	1999	Fazenda Santa Terezenha da Água Sumida	10/10/1998	10/10/1998	60	1
100°	TEODORO SAMPAIO	PE SANTA TEREZINHA DA ALCÍDIA	26	INCRA/ITESP	1999	1998	Fazenda Santa Terezenha da Alcídia	N.I	N.I	N.I	N.I
101°	TEODORO SAMPAIO	PE SANTA VITÓRIA	27	INCRA/ITESP	1998	1997	Fazenda Ribeirão Bonito	07/01/1997	07/01/1997	200	1
102°	TEODORO SAMPAIO	PE SANTA ZÉLIA	104	INCRA/ITESP	1999	1999	Fazenda Santa Zélia	14/02/1998	11/09/1998	470	5
103°	TEODORO SAMPAIO	PE SANTO ANTONIO DOS COQUEIROS	23	INCRA/ITESP	1998	1997	Fazenda Ribeirão Bonito	07/01/1997	07/01/1997	200	1
104°	TEODORO SAMPAIO	PE SANTO EXPEDITO	30	INCRA/ITESP	2006	2005	Fazenda Santo Expedito	01/02/2005	24/09/2005	428	5
105°	TEODORO SAMPAIO	PE VALE VERDE	50	INCRA/ITESP	1998	1997	Fazenda Ribeirão Bonito	07/01/1997	07/01/1997	200	1
106°	TEODORO SAMPAIO	PE VÔ TONICO	22	INCRA/ITESP	1999	1998	Fazenda Vô Tônico	N.I	N.I	N.I	N.I
107°	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PA DONA CARMEM	150	INCRA	2008	2007	N.I.	N.I	N.I	N.I	N.I
108°	ROSANA	PA PORTO MARIA	41	INCRA	2008	2005	N.I.	N.I	N.I	N.I	N.I
109°	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE SANTO ANTONIO II	21	INCRA/ITESP	1997	1996	N.I.	N.I	N.I	N.I	N.I

**Fonte:** DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2009. **Organização:** José Sobreiro Filho

## **4. As dissensões do MST e a formação de outros movimentos socioterritoriais camponeses**

### **4.1 O que é uma dissensão?**

Nesta parte trabalharemos com a dissensão. Seu sentido refere-se, na maioria das vezes, a aspectos políticos/ideológicos. Por isso, na busca de definições identificamos que seu significado está diretamente relacionado à “ruptura” com uma idéia ou acordo/contrato social. Sua origem provém do termo Latim “*Dissensio*” que tem diversos significados e sinônimos como: divergência de opiniões, de interesses, de sentimentos; disputa; desarmonia; desavenças; diversidade de opiniões; discórdia; contraste; desinteligências e dissentimento.

Deve-se ficar claro que o “ato” ou a “ação” é a dissensão, o fruto ou resultado da ação é a dissidência e aquele que pratica ou praticou a ação é o dissidente. Na maioria dos casos a dissensão se dá no plano político, por isso, seus significados se vistos no desenrolar da história estão sempre ligados à desacordos políticos frente à regimes ditatoriais, totalitários e democráticos.

A dissidência pode ocorrer em casos de desacordo com relações de poder instituídas ou acordadas coletiva ou individualmente. Vale ressaltar que além de a dissensão não estar necessariamente ligada à oposição entre grupos, também é fato que a denominação de dissensão sempre foi, erroneamente, dada à minoria. É evidente que ao trabalharmos com os movimentos socioterritoriais nos ateremos ao fato de que as dissidências, nesses casos, ocorrem por divergências de opiniões, diferenças na prática e na forma de se fazer a luta de modo que se cumpra com os princípios estabelecidos pelos movimentos.

Assim, compreendemos que o estudo do processo de dissensão nos e dos movimentos socioterritoriais é parte importante para entendermos a dinâmica da luta pela terra e a sua diversidade político-ideológica. Este processo que para nós ainda é um questionamento é, também, acima de tudo, resultado de diferentes projetos políticos muitas vezes criados por um grupo ou até mesmo indivíduos como os movimentos personalistas, tendo, por exemplo, o MAST (Feliciano, 1999; Lima, 2007), o MST da Base e outros.

Na ocorrência de uma dissensão ou cisão em um movimento socioterritorial, formando dois grupos ou um novo grupo, um grupo rompe com todos ou parte dos ideais estabelecidos no antigo grupo. Esse processo pode ser, também, resultado de



alterações decididas pela maioria dos sujeitos participantes, que em alguns casos isso ocorre pela intenção de reformulação dos princípios cujas intenções são de aumentar a resistência afirmando os princípios ou de integração como o caso do MST da Base e do MAST (Feliciano, 1999). Esta ação está relacionada à definição de objetivos diferentes que nortearão a vida cotidiana da luta, ou seja, as práticas e, provavelmente em alguns casos, se estenderão à gestão do próprio território dirigido pela lógica do Projeto Político do movimento socioterritorial, quando este tiver estimado uma organização e planejamento dos modos e meios de produção como o MST (Fernandes, 1994, 1999; Feliciano 1999).

Em alguns casos, as dissensões se originam sob uma atmosfera conflituosa onde a disputa territorial é movida por ideologias divergentes e seus elementos assediam sujeitos de ambos os lados sob o nexo de uma conflituosidade essencial e contraditória para o desenvolvimento de uma sociedade independente de seu projeto político. Todavia, na realidade de um espaço estruturado sob as relações capitalistas, este processo se dá com a finalidade, comumente, de que de um lado ocorra a corroboração da luta por meio de um caminho de luta e resistência e do outro lado o atrelamento à lógica de um processo de desenvolvimento desigual e combinado por parte do capital através da submissão e alienação, acarretando no estranhamento do próprio sujeito (Mészáros, 2006). Dentro desta realidade dual há, também, a idéia de meios caminhos como, por exemplo, as políticas de biodiesel e cana-de-açúcar nos assentamentos que são desenvolvidas pelo governo, que nada mais seriam do que uma integração maquiada ou confusamente percebida. Todavia denota-se que apesar de necessários para a problematização e para a discussão os mesmos quando existentes em uma sociedade estruturada sob os moldes da exploração capitalista servem como massa de manobra que fortalecerá o capital nas diferentes dimensões da realidade.

Assim, as dissensões são resultados de divergências político-ideológicas na qual os objetivos norteadores resultam na criação de uma diversidade de grupos sociais organizados em torno de projetos políticos diferentes e que lutam sob uma perspectiva transformadora. Porém, vale ressaltar que é o projeto político de cada movimento o elemento responsável pela transformação e pelos limites transformadores ao qual este grupo está se submetendo e transformando a realidade, ou seja, o espaço/território.

Portanto, é importante compreender e relevar que em alguns casos as dissensões, contrariamente ao pensamento positivista que valoriza a quantidade em detrimento da qualidade, ocorrem sob a finalidade de fortalecer a luta através da reafirmação

ideológica e do projeto político do movimento reduzindo-o quantitativamente sob o intento da qualificação. Sendo que para tal torna-se necessário que parte dissinda organizando outro movimento ou não e a parte restante mantenha as suas origens, permanecendo aqueles que querem lutar pelos ideais do movimento.

O que se observa na luta pela terra é que nesse processo os dissidentes nada mais tem feito do que rumar sentido a integração ao capital como, por exemplo, o MAST (Lima, 2006). Se o MST da Base carrega a idéia de não estar isolado como debateremos mais a frente, deveria também se atentar aos seus companheiros de “luta” e se seria realmente uma luta ou um caminho para a alienação onde o capital continuará asseverando o camponês e os movimentos socioterritoriais.

## **4.2 Projeto Político**

Parte estruturante deste trabalho para entendermos as ações e posturas dos movimentos socioterritoriais é a compreensão do Projeto Político. Para tanto, voltaremos nossos olhos para uma compreensão primeiramente geral e nos próximos sub-capítulos mais aprofundada de modo que possamos compreender os diferentes projetos políticos dos movimentos socioterritoriais e quais os seus desdobramentos na realidade.

De um modo geral, o projeto político é um elemento fundamental para todos os movimentos socioterritoriais principalmente porque este definirá a sua relação homem/terra/território/espço. Além de delinear os objetivos, a postura, as formas de luta e resistência, ele também será o responsável pela caracterização do movimento no sentido de fornecer para a sociedade elementos para interpretar a sua procedência em relação às dimensões política, econômica, cultural, ambiental e social.

Na dissertação de Fernandes (1994), encontramos um exemplo interessante de construção e transformação do Plano Político de um movimento que mais tarde contribuiria para a construção do MST. O Projeto Liberdade tinha como objetivo a gestão dos meios e modos de produção sob uma perspectiva emancipadora. Sua propositura, claramente apontava para os intentos da criação de outro modelo de sociedade que não fosse baseados nos moldes da exploração do homem pelo homem, ou seja, seria através de mudanças na gestão do modo de produção que a alcunha LIBERDADE se valeria. Conforme Fernandes (1994):

Nesse processo de espacialização da luta pela terra, no dia 27 de janeiro de 1989, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ocupou a fazenda Pendengo no município de Castilho (alta Noroeste de Araçatuba). A ocupação foi realizada por 130 famílias que vieram dos municípios de Castilho, Andradina, Sumaré, Campinas, Valinhos, Nova Odessa, Santa Bárbara D'Oeste, Limeira e Osasco. Como parte das famílias das famílias que compunha o grupo viera da região de Campinas, no início da ocupação, elas foram denominadas por algumas lideranças do grupo V. Contudo, durante o processo de luta e resistência, as famílias nomearam o grupo de Projeto Liberdade. “Na procura de uma solução, estas famílias se reuniram e se organizaram pela conquista da terra, pois a terra significa trabalho, comida e LIBERDADE. Foram meses de preparação, e com coragem enfrentaram as dificuldades de falta de recursos, distância entre as cidades, etc... Este grupo de Sem Terra tem um projeto que se chama PROJETO LIBERDADE. Os trabalhadores querem o seguinte:

- Exigir a escritura coletiva da área, para evitar vendas de lotes;
- Trabalhar a terra coletivamente;
- Formar cooperativa de produção;
- Desenvolver diversificação de culturas;
- Exigir assistência técnica permanente no local;
- Vender diretamente à população, eliminando os atravessadores;
- Procurar financiamentos alternativos, via PROCERA, LBA e outros;
- O PROJETO LIBERDADE tem como objetivo maior a transformação da sociedade” (A Pastoral, 1989: 1 e 3). (FERNANDES, 1994. p. 122).

O Projeto Liberdade estipulava requisitos que alterassem as relações de trabalho e produção rumo à autonomia, auxílio para produção, direito à inserção no mercado valorizando a economia familiar, legitimação da área coletiva e outros. Este projeto político, como o nome já evidencia, almejava a expansão da liberdade tanto em uma condição individual quanto coletiva. Deste modo, o vínculo político-ideológico fica evidente por ressaltar a intenção transformadora sob a sociedade e realidade.

Este processo de elaboração do projeto político, somente foi possível através de uma construção de novos referenciais políticos, econômicos e culturais e o resgate de alguns que tinham sido esquecidos e abandonados. Fato é que sua confecção foi viabilizada por meio da construção de uma consciência política crítica levada a cabo pelos movimentos e privilegiada pela frente de massa.

Nesse sentido, os acampamentos são espaços importantes para a construção, a elaboração e discussão do projeto político devido à prática cotidiana, pois são nesses espaços de socialização política e na luta diária que a construção da consciência política crítica se torna possível, ou seja, é a partir da práxis que o processo emancipatório dos trabalhadores enquanto sujeitos coletivos e identidade social e política culminam no avanço da luta pelo simples motivo de os mesmos se compreenderem como parte integradora do processo e força motriz da transformação da sociedade. Assim, estes

sujeitos políticos, passam a se reconhecer, também, como agentes políticos capacitados para realizar uma transformação político-econômico-cultural, regatando e construindo novos valores por meio da luta pela implantação de seu projeto político.

Ao tomarmos como referência a *práxis*, temos como exemplo uma análise das formas de luta realizada por Fernandes, onde explicita a idéia do espaço de socialização política proveniente da *práxis* e valores objetivos e subjetivos.

Para analisar essas diferentes formas, procuramos destacar, no processo de formação do MST, o **espaço de socialização política** e seu dimensionamento construídos pela *práxis* a partir da elaboração dos **fatores objetivos e subjetivos**, que contribuíram efetivamente para a conscientização dos trabalhadores, enquanto sujeito coletivo, e conseqüentemente, para a criação de uma identidade social e política, o que possibilitou o avanço da luta. (FERNANDES, 1994, p. 117)

Esse processo de conscientização dos trabalhadores viabilizado pelos espaços de socialização política como os acampamentos, além de contribuir para a construção de uma consciência, enquanto sujeito coletivo, também remete o trabalhador ao reconhecimento de si, ou seja, à um processo de auto-reconhecimento e (des)alienatório enquanto sujeito social (Mészáros, 2006). Deste modo, a função do projeto político dos movimentos socioterritoriais é fundamental no sentido de guiar e indicar os parâmetros para a realização da luta cotidiana e transformação da realidade, partindo do indivíduo para o todo.

No Pontal do Paranapanema, há uma diversidade de movimentos socioterritoriais com diferentes projetos políticos e até mesmo sem, como abordaremos em outros capítulos. Mesmo sabendo que o projeto político é substancial para planejar, estipular e organizar as relações luta pela terra nos acampamentos e de trabalho e produção nos assentamentos, nem todos os movimentos se atem a sua importância ou seus desdobramentos para a sociedade como um todo.

Observaremos nos próximos capítulos e sub-capítulos que alguns movimentos são mais próximos ao capital ou se conflitam por interesses essencialmente divergentes e outros tem uma errônea idéia de que não rumam à integração. Fato, é que não existe neutralidade político-ideológica, pois a idéia de neutralidade tida por alguns movimentos socioterritoriais com um projeto político bem definido conflui para os interesses do capital, fazendo, assim, da neutralidade parte da sua ideologia sob caráter cooptivo.

### **4.3 MAST – Movimento dos Agricultores Sem-Terra**

Neste sub-capítulo focaremos o vínculo político do MAST para entendermos a sua vinculação político/ideológica, o projeto político e suas contradições entre a teoria e a prática. Vale ressaltar que a compreensão destes movimentos contribui para a construção de uma tipologia dos movimentos socioterritoriais a partir da sua vinculação político/ideológica e seu projeto político. Nosso desafio é diante do material já produzido compreender este emaranhado de relações complexas que conformam os movimentos socioterritoriais e, por consequência, são agentes transformadores do espaço no Pontal do Paranapanema.

Utilizaremos como referencial teórico o trabalho “A Geografia dos Assentamentos Rurais no Brasil: O MST e o MAST no Pontal do Paranapanema/SP” de Carlos Alberto Feliciano, a “Carta de Princípios” e “Propostas” do MAST e seu “Estatuto Social”.

#### **Um movimento articulado para e pela social democracia**

O MAST – Movimento dos Agricultores Sem-Terra foi fundado por Enilson Simões de Moura (o Alemão) em 19 de Março de 1998, no município de Rosana – SP. Sua formação deve à articulação da DSD - Social Democracia Sindical do PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira com novos movimentos dissidentes do MST, dentre eles: Movimento Sem-Terra Rosana, Brasileiros Unidos Querendo Terra, Movimento Esperança Viva, Movimento da Paz, Movimento Terra Brasil, Movimentos Unidos pela Paz, Movimento da Paz Sem-Terra, Movimento Sem-Terra do Pontal e Movimento Terra da Esperança (Feliciano, 1999).

A base política e econômica do movimento é sustentada pela SDS com uma política contrária a da CUT – Central Única dos Trabalhadores. A estrutura teórica do movimento esta baseada nas concepções da social democracia de Alexis Tocqueville.

A expressão *democracia social* indica a vontade de realizar a democratização da própria sociedade, através da crença do valor na igualdade de oportunidades para todos e na existência de instituições políticas que concretizem este projeto. Neste sentido, o movimento pela social-democracia deve ser originalmente entendido como parte do movimento internacional pelo socialismo na vertente democrática. (FELICIANO, 1999. p. 2 Anexo Carta de princípios)

Neste contexto, o MAST defende dois elementos principais em sua ação, sendo eles:

1-) a defesa de um sistema político de caráter liberal-democrático, isto é, com *voto, partidos políticos livres, direitos políticos amplos e intransferíveis, e;*

2-) a defesa de um sistema econômico baseado na existência de mercado. (p. 3)

Conforme Feliciano (1999), esta postura não apresenta nada de novo, apenas se alia com a postura do governo em seu caráter liberal-democrático. Essa aliança se materializa no seu vínculo e na defesa das instituições liberais-democráticas. O voto é entendido como um direito inalienável à organização livre, que por sua vez é articulada pelos partidos políticos e associações de classe e de interesses em geral, é fundamental para a promoção da social democrata em seu sentido de combater as práticas totalitaristas e autoritárias. Portanto, o MAST se prostra como um movimento cujo projeto político está alicerçado na corrente liberal do PSDB.

A essência da estrutura política e ideológica do movimento naturalmente caracteriza um desacordo com os princípios do MST. Enquanto o MAST se demonstra como um movimento pacífico e “domesticado”, por sua posição política, o MST visa a superação do sistema, revelando divergências nos métodos, práticas e modos de se conduzir a luta.

Feliciano (1999) chama atenção para o momento de criação do MAST, em que um movimento de trabalhadores criado para representar, defender e lutar pelos interesses de uma parcela da classe trabalhadora se torna contraditório em sua reunião de criação. A falta da consciência de classe refletida no entendimento confuso de um “suposto inimigo” os vincula aos interesses dos latifúndios, conseqüentemente, fortalecendo os principais responsáveis pela sua condição social e os conflitando com o seu movimento dissidente, no caso o MST.

Prosseguindo essa reunião, cada movimento começou a relatar sua posição, problemas e principalmente as desavenças com o MST e o ITESP. Muitos relatos foram direcionados no sentido de não concordarem com as posturas violentas do MST, que invadia a propriedade dos outros, derrubando cercas e matando gado. Essas pessoas estavam conscientes ou não, usando dos mesmos argumentos e artifícios dos fazendeiros e do próprio governo quando questionados sobre a conduta do MST, mas englobando todos os sem-terras. Ou seja, estão assumindo uma posição que é contrária a eles mesmos. É o uso intencional das idéias de muitos desses trabalhadores que não concordavam com o MST, para acabar desmoralizando-o na tentativa de abafar e novamente tirar de cena a questão da reforma agrária no Brasil. (FELICIANO, 1999. p. 111)

Outro fato relevante ocorrido nesta reunião que Feliciano (1999) chama atenção é ao fato de que um pequeno grupo de pessoas, com envolvimento duvidoso, definiram os princípios e as propostas do movimento sob a mesma perspectiva contraditória, só que neste momento estrutural perante às discordâncias quanto à essência democrática do movimento, de modo que a minoria tornavam suas idéias preponderantes e direcionadoras das bases, princípios e propostas do movimento.

Qual é a lógica da formação de um movimento que em apenas um pequeno grupo de pessoas – com envolvimento duvidoso – define os princípios e propostas de um movimento social? Por que a ampla maioria não participou das discussões sobre as propostas, sobre o que deseja, como realizar e quais as diretrizes políticas, sendo que eles deveriam ser os maiores interessados? (FELICIANO, 1999. p. 112)

Esse processo reflete a manipulação da massa de trabalhadores rurais sem terra em forma de massa de manobra nas mãos do governo. Se o MAST fosse tão democrático não deveria haver então a ampla divulgação e o debate das idéias (Feliciano, 1999). Feliciano também chama a atenção para a eleição de SR. Lino para presidente, Sr. Moisés para vice-presidente e Sr. Cícero para tesoureiro, todos que também faziam parte da diretoria da Social Democracia Sindical. Esse fato é relevado como duvidoso. A concentração de poder e funções dentro do movimento e a falta de participação e espaço para a massa reforçam a contradição na concepção de democrática do movimento.

No ano de 1999, Feliciano em entrevista com o vice-presidente do MAST e Presidente da SDS SR. Moisés. descreve o modo de atuar do movimento e como se articulam para fazer uma ocupação:

*Nós somos contra destruir a propriedade. Somos contra quebrar a cerca, quebrar porteira, quebrar tudo. Nós trabalhamos com uma dignidade tão grande que nós vamos lá no fazendeiro e mandamos abrir a porteira. Nós não manda quebrar não, nós manda abrir a porteira. Porque quando nós vamos fazer as coisas, nós fazemos já com ordem lá de cima, já com segurança de quem mandou fazer. Chega lá no cidadão, geralmente na fazenda que nós ocupa há muitas pessoas ligadas à gente, conhecido da gente e diz: “Ó cidadão felizmente nós vamos fazer uma ocupação aqui para agilizar mais depressa prá você fazer logo o acordo com o Estado. Aí você já põe o dinheiro no bolso e compra terra no Mato Grosso”. Ta certo, o cara vai lá e abre o cadeado. Que eu saiba até hoje nos entramos pacificamente, democraticamente nas terras, não se houve destruição e todas essas áreas foram ressarcidas para o MAST. Algumas delas não foram assentadas, mas pelo menos lá no acampamento do MAST, nos aguarda para que o Estado pague a benfeitoria para que faça o assentamento. Então isso ta dando resultado.*

*Outra coisa, o próprio fazendeiro nos apóia. Prá você ter idéia aqui no município de Euclides da Cunha fizemos umas três delas junto com o*

*fazendeiro. Nos ocupamos e o fazendeiro vendo a gente fazer, manda abrir a porteira, manda levar água prá nós, bambu pró povo fazer barraco, todo o subsídio preciso, só faltou dá a lona, que isso aí também seria muita mamata. (vice presidente do MAST). (Feliciano, p. 115)*

Nesta entrevista fica evidente a concepção confusa de democracia, as formas de se conduzir a luta e os vínculos políticos que delineiam as ações do movimento. Para não nos deixarmos levar pelo questionamento de o que seria a democracia para os integrantes do movimento, que provavelmente desconhecem sua carta de princípios, nos ateremos apenas ao entendimento de questões pontuais para que possamos contribuir para compreender as ações do MAST e sua articulação. Portanto, diante da entrevista realizada por Feliciano (1999) dois pontos contribuem eficazmente para compreendermos a postura e organização do movimento.

Primeiramente o que se entende como “ocupação democrática” não vai além da idéia de um acordo entre o Estado, o proprietário e o movimento que reflete a manipulação do movimento para servir em benefício do proprietário das terras. O Estado prostra-se como sujeito passivo sendo usado por ambas as classes e contribui para o acirramento da questão agrária em âmbito nacional. O que se diria como “entrar democraticamente nas terras” não significaria nada além de uma ação que contribuirá para um processo contraditório em que o movimento serve aos interesses do capital de modo que este ao se fortalecer externalizará a conquista da terra como se fosse uma recompensa por sua fidelidade, sendo na realidade as migalhas deste fortalecimento e a possibilidade de sobreviver precariamente nestas terras o reflexo da perversidade da lógica capitalista.

O segundo ponto é o a falta de compromisso com a questão agrária em escala nacional. A sua ação, conseqüentemente, contribui para o beneficiamento do latifundiário sobre terras devolutas e a transferência da problemática agrária para o Mato Grosso. Concepções como estas que motivam ocupações de terras do MAST elucidam a falta de uma consciência política crítica e da consciência de classe, sendo mais uma evidência de que o movimento não compreende que o problema esta na lógica do sistema capitalista.

Diante desta realidade de criação do MAST, de sua vinculação ao neoliberalismo, de fortalecimento do capital e suas diversas contradições podemos afirmar que além de ser um movimento artificial criado para ser manipulado, submisso, dependente e controlado estrategicamente pelo governo do PSDB também visava se contrapor às ações do MST no sentido de “bater de frente” tentando mostrar um “novo



jeito” de se fazer a reforma agrária com princípios “pseudo-harmônicos” intitulados de “democráticos”.

#### **4.4 O “MST da Base” e José Rainha Junior**

O “MST da Base”, “MST do Rainha” ou “Grupo do Rainha” é a denominação dada ao grupo de trabalhadores rurais sem terra que estão alinhados com a liderança José Rainha Junior desde 2003. O MST da Base, diferentemente de outros movimentos dissidentes, foi criado com uma frente de massa satisfatória, com acampamentos consolidados e alianças com outros movimentos e sindicatos, dentre eles o maior do país com 1.800 famílias, e com a produção organizada em associações e cooperativas marcando assim a territorialização do movimento.

Essa estrutura organizacional do movimento, tanto expressa na frente de massa quanto na produção, provém da experiência e dos contatos políticos de José Rainha Junior. O MST da Base tem a sua organização centrada na liderança José Rainha Junior, juntamente à sua esposa Diolinda Alves de Souza. Seria impossível compreender a estrutura, história e ação do movimento separadamente da personalidade de José Rainha Junior.

José Rainha Junior é um dos principais personagens para se compreender a luta pela terra na região do Pontal do Paranapanema e um dos responsáveis pela construção da identidade do camponês sem-terra. Em entrevista José Rainha Junior afirma que chegou ao Pontal do Paranapanema em 1991 vindo do Estado do Maranhão. Nascido no Estado do Espírito Santo, filho de pequenos proprietários que ao perderem suas terras foram proletarizados, Rainha começou suas lutas com 17 anos em 1978 Junto ao frei Beto. Na igreja fez seu primeiro trabalho de militância nas CEBs - Comunidades Eclesiais de Base sob o enfoque da Teologia da Libertação. Mais tarde, em 1979, ingressou na campanha da anistia para a volta dos presos políticos para o país. Em 1980, ingressou no movimento sindical dos trabalhadores rurais da região de Linhares, onde morava. Fez toda a militância da igreja no movimento sindical e assumiu o sindicato dos trabalhadores de Linhares em 1981. Contribuiu para a fundação da CUT – Central Única dos Trabalhadores, ajudou a fundar o PT – Partido dos Trabalhadores e em 1984 a fundar o MST.

Em 1985 ingressou no MST e foi desafiado a articular o movimento no Nordeste. Saiu do Espírito Santo em 1986 para morar em todos os estados do Nordeste com o objetivo de construir o MST. Morou em Imperatriz no Maranhão e, em meados de 1989, decidiu ir para o sul do Pará onde foi ameaçado de morte e, por isso, optou vir para o Pontal do Paranapanema no Estado de São Paulo. Em 1991, José Rainha Junior ou “Zé Rainha”<sup>20</sup> como era conhecido pelos militantes, chegou ao Pontal do Paranapanema e se destacou na posição de coordenador regional do movimento.

Sua participação no movimento provinha da natureza da sua militância e história no movimento sindical e na igreja. No movimento, Rainha se destacou como liderança da frente de massa, fazendo acampamentos e sendo reconhecido como o líder que mais fazia ocupações de terras. Foi protagonista de muitas ocupações de terras e manifestações do movimento. Foi condenado à prisão, ficou preso várias vezes<sup>21</sup>, debateu com lideranças da UDR – União Democrática Ruralista, foi reconhecido pelos jornais e revistas como o principal militante do MST (Welch, 2009) e reconhecido nacionalmente e internacionalmente como um dos personagens mais conhecidos da luta pela terra. No transcorrer dos anos foram muitas as ações do MST dirigidas por José Rainha, por isso, o seu destaque no movimento até a saída.

Sobre a sua saída, em entrevista, José Rainha afirma, com magoa, que em 2003 fora afastado da direção do movimento sob alegação de isolamento, de não cumprir as normas da direção e outros processos. Mesmo afastado do movimento, José Rainha foi preso pela sua participação em ocupações e formação de quadrilha. Rainha ficou preso por quatro meses e meio. Ao sair da cadeia lideranças do MST tentaram aproximação, porém, Rainha não aceitou o convite por discordar da idéia de que depois da cadeia pudesse retornar para a instância como se a cadeia perdoasse o seu afastamento:

Ai quando eu sai da cadeia. Eles disseram: - não agora você vai voltar para a direção. Eu disse: - mas a pena foi a cadeia de direito? Se eu estava errado antes eu não poderia voltar para a instância. Não agora você vai voltar para a instância. Mas com qual base? Eu fiquei quatro meses e meio na cadeia por causa de uma luta justa e agora eu estou perdoado pelo tempo de cadeia? Não estou entendendo. Se eu não poderia estar antes, não posso depois. Então vai continuar igual, eu não aceito o convite (ENTREVISTA JOSÉ RAINHA JUNIOR, 2010).

---

<sup>20</sup> José Rainha Junior é conhecido e referenciado como “Zé Rainha” pelos militantes, ruralistas, jornais, revistas, intelectuais e estudiosos, portanto, será comum o uso de seu apelido nesse relatório.

<sup>21</sup> José Rainha e Diolinda Alvez de Souza foram condenados a 2 anos de prisão com direito a cumprirem em regime aberto por formação de quadrilha. Sua condenação refere-se a comandar 2.500 trabalhadores rurais sem terras a ocupar a fazenda São Domingos em Sandovalina no ano de 1995. (Cubas, 2009. p. 33)

Após recusar o convite de retorno para o MST José Rainha continuou na luta pela terra com grupo que acreditava em sua luta. Suas ações continuaram e no transcorrer dos anos ganharam representatividade. Cubas (2009) analisando o discurso dos jornais retrata alguns pontos importantes nessa luta, como as ocupações de terras de seu grupo:

No ano de 2005, foram 45 ocupações registradas no DATALUTA Ocupações. O ciclo começou forte com o Abril Vermelho e a mobilização foi retomada com força a partir do mês junho. O conflito que depois culminaria em nova prisão de Rainha ocorreu no início de junho quando grupos de sem-terra coordenados por Rainha ocupavam seis fazendas em apenas uma semana, acusado de “depredação de patrimônio particular”, Rainha – que nem apareceu nas ocupações – foi preso pela polícia em 6 de Setembro (O Imparcial – 7 de Set. de 2005, p. 5B). (CUBAS, 2009. p. 67)

Na análise dos recortes de jornais, Cubas (2009) evidencia um processo de disputa territorial marcante na luta pela terra na região, pois além da disputa pela atenção dos jornais levada a cabo pelo MST e pela UDR, o MST passa a disputar espaço material e imaterial com o MST da Base:

Então, os 26 artigos ajudam separar três narrativas paralelas, mas complementares: uma de Rainha e Diolinda, outra do MST Nacional articulado por Cido Maia e Stédile, finalmente, a de Nabhan da UDR e o governo, os dois que condenam as ocupações. O personagem principal, José Rainha, passa a dividir as atenções da imprensa com Cido Maia, entre outros líderes do MST que começavam a realizar a estratégia de ocupações do MST e disputar o território do Pontal do Paranapanema não apenas com os ruralistas, mas também com a forte liderança estabelecida por Rainha. A imprensa relata os conflitos agora com mais hostilidade que em 1998 e aproveita o racha para desvalorizar ainda mais a luta pela terra e as políticas públicas de Reforma Agrária. (CUBAS, 2009. p. 68)

Identificado como dissidência pelos jornais o MST da base promete nova onde de ocupações e evidencia que seu Projeto Político está vinculado ao do Governo do Presidente Lula.

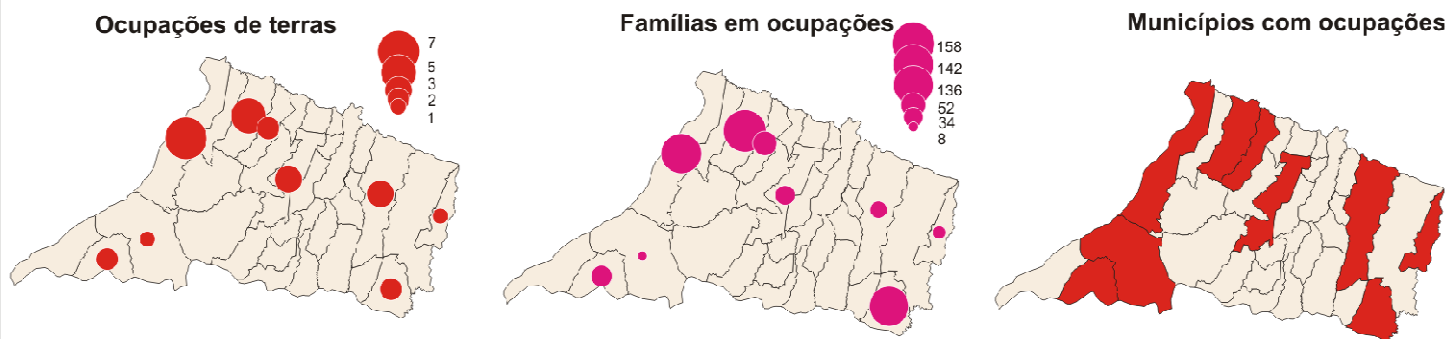
Já o MST da Base coordenado por Rainha prometeu novas ocupações para Setembro numa reportagem do Oeste Notícias, com o título “Rainha promete novas invasões” e o chapéu “Conflito Fundiário”. “O povo só é ouvido desse jeito” (Oeste Notícias – 4 de Set. de 2005, p. 1.3), aí Rainha afirma a volta de um ciclo de ocupações. Ao ponto que o MST Nacional anunciou o rompimento com o governo Lula, Rainha ainda faz questão de defendê-lo, pois isentou Lula de culpas pela morosidade Reforma Agrária e delegou a mesma ao ministro do Desenvolvimento Agrário em 2005, Miguel Rosseto (Oeste Notícias – 4 de Set. de 2005, p. 1.3). (CUBAS, 2009. p. 73).

José Rainha Junior continua se consolidando com uma dissidência importante e espacializando a luta do MST da Base no Pontal do Paranapanema. No transcorrer dos anos cada vez mais o MST da Base vem ganhando projeção e realizando ocupações com

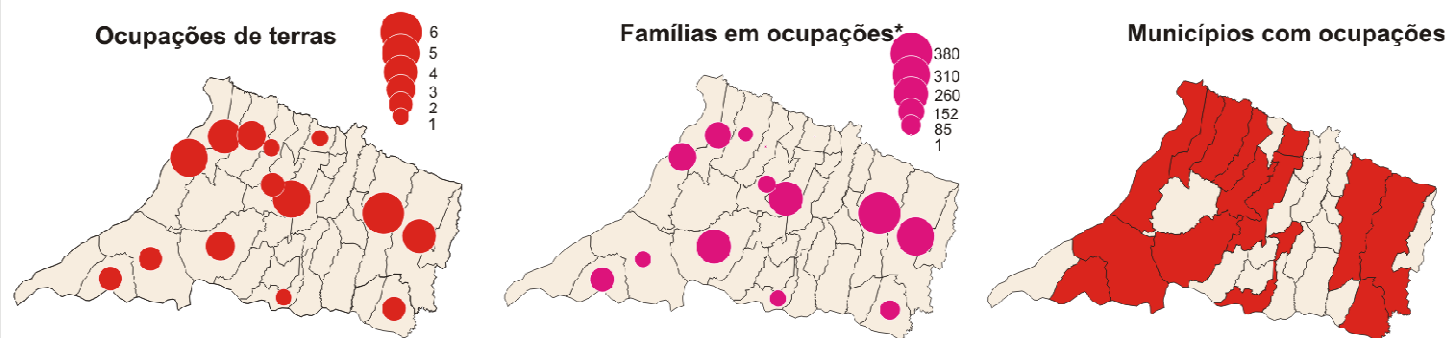
número maior de famílias, movimentos e sindicatos que apóiam o movimento. Através dos dados do DATALUTA, que registra as atuações do MST da Base desde 2008, podemos acompanhar o processo de espacialização do movimento na figura 3.

**Figura 3 - Espacialização do MST da Base no Pontal do Paranapanema - 2008-2009**  
**Ocupações, municípios com ocupações e famílias em ocupações de terras**

**Ano: 2008**



**Ano: 2009**



**Legenda**

 Municípios com ocorrência de ocupações de terras

\*No ano de 2009 em alguns municípios não foi registrado o número de famílias

\*\* Segundo o IBGE calcula-se cinco pessoas por família

Estado de São Paulo - Localização do Pontal do Paranapanema



Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela Terra  
 Cartografia: José Sobreiro Filho  
 Software de Cartomática: Philcarto  
 Edição Gráfica: Corel Draw x3  
 Base cartográfica: Eduardo P. Girardi  
 Pres. Prudente, 24 de Junho de 2009.

Todavia, José Rainha Junior continua realizando ocupações de terras sob o nome do MST e reconhecendo o seu grupo e a si mesmo como integrante do MST. Em contraposição o MST nacional, em nota publica, alega que José Rainha não pode falar em nome do MST e que não faz parte do movimento:

José Rainha Junior, não faz parte de nenhuma instância nacional, estadual ou local do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). E, portanto, em seus pronunciamentos públicos, audiências com autoridade e nos espaços que a mídia tem lhe reservado, ele fala unicamente em nome pessoal e não em nome do MST. (MST, 2007)

Apesar de o MST não considerá-lo como um integrante e representante, José Rainha continua a se considerar como integrante e a realizar ações em nome do movimento. Em entrevista José Rainha Junior afirma ser do movimento devido à sua própria história e ao fato de que seria impossível o MST como um movimento da massa negar a própria massa. Além de revelar que seria uma contradição o MST negar a massa, também evidencia que optou por ficar com o “MST da poeira”, ou seja, com os trabalhadores da frente de massa enquanto outros queriam o “MST do salão”:

Porque nós somos da base, nós somos da massa, daqueles que votam. Diria que tem o MST do Salão e o MST da Poeira. Eu fiquei com o da poeira. Minha história foi feita com os acampamentos, morando e vivendo. Agora se tem dirigente que prefere ficar no salão o problema é deles (ENTREVISTA JOSÉ RAINHA JUNIOR, 2010).

Outra parte importante nesse debate é sobre a legitimidade do MST da Base, além de estar articulando a base, também há o reconhecimento por parte do Governo Federal:

Quando eu digo o MST da Base é porque eu digo que se articula a base, se esta dentro da base, se eu sou o MST de Base eu podia dizer do MST de Cúpula, mas eu não quero dizer que é de cúpula, eu quero dizer que é que da base nós somos, nós somos da base do MST, embora porque qual é o reconhecimento ali, a legitimidade que alguém tem para dizer que nós não somos movimento dos Sem-Terra? Eu fundei o Movimento Sem-Terra, porque eu tenho uma história e história de liderança não é título que se dá a ninguém. São conquistas. Se então o MST tem dentro dele uma eleição eu tenho uma conquista. Agora a minha conquista não é fruto da mídia, da televisão, do Jornal, é fruto de luta, de 25 anos de luta no movimento e que todos reconhecem desde ao mais simples no acampamento até ao Presidente Lula, não só pela amizade, mas é o reconhecimento. Então quando o governo vem sentar com nós é porque reconhece, quando o Lula esta na sua programação para vim numa promoção aqui no Pontal é porque nós vamos botar 10 mil. Olha companheiro, que movimento, que Zé Rainha isolado é esse, que crítico é esse que bota 10 mil para o Presidente e põe mais se ele vir aqui. (ENTREVISTA JOSÉ RAINHA JUNIOR, 2010).

José Rainha Junior se ampara no reconhecimento do Governo Federal e na massa de trabalhadores que luta com ele para legitimar o movimento como MST e a denominação “MST da Base” se justifica visa evidenciar que a massa é a base do movimento diferentemente de um “MST de cúpula”.

Sua colocação quanto à proximidade com o governo Lula reflete que seu Projeto Político está vinculado ao do governo Lula, ainda mais quanto aos programas de incentivo à produção de biodiesel. Rainha afirma que dentre os objetivos do MST da Base, o fortalecimento do governo Lula e o apoio à candidata a Presidência Dilma Rousseff é destaque por estarem vinculados ao projeto do Governo Lula:

Não, nosso projeto é fortalecer o governo Lula, eleger a presidente Dilma como a maior, primeira mulher na história desse país, eleger o máximo possível de deputados da base aliada do PT, do PCdoB e do PSB para continuar o projeto. Nós queremos, nos estamos dentro do projeto do partido dos trabalhadores, estamos dentro do projeto que o Lula implantou nesse país e com certeza será continuado com a Dilma. O nosso lado é esse. (ENTREVISTA JOSÉ RAINHA JUNIOR, 2010)

Assim, o MST da Base se demonstra como um movimento que apóia o Projeto Político do governo Lula e o fortalecimento da base aliada aos trabalhadores para que possa dar continuidade aos projetos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do desafio proposto pelo projeto conseguimos cumprir com todos os objetivos e avançar além do esperado. A compreensão do processo de ocupação do Pontal do Paranapanema e sua estrutura fundiária são partes fundamentais para a entendermos a disputa territorial na região. A atuação dos movimentos camponeses e sua diversidade político-ideológica é um reflexo da lógica contraditória e desigual de desenvolvimento do capitalismo. As tentativas de integração perversa do capital sobre os movimentos socioterritoriais geram externalidades para as demais dimensões do espaço alterando-o e reconfigurando-o. Deste modo, aquilo que parecia ser apenas um embate ideológico travado no território imaterial assume forma e materialidade com a aplicação do projeto político e luta pela terra.

O conflito, materializado nas ocupações de terras, se apresenta como elemento fundamental para a criação, re-criação e desenvolvimento do campesinato e dos movimentos socioterritoriais na região. Processos como a dissensão contribuem para o entendimento da diversidade político-ideológica e dos impactos do sistema capitalista na luta pela terra, sob diferentes enfoques: cooptação, submissão, alienação, reificação e

estranhamento. O Projeto Político revela a perspectiva de futuro de cada movimento sobre o seu território e o modo como planeja organizar e conduzir os meios e modos de produção e vida de forma coletiva ou individual. Deste modo fica mais fácil compreendermos a postura de cada movimento socioterritorial na relação homem/terra/território em suas diversas dimensões (política, econômica, cultural, social, ambiental e etc.).

Nesse sentido, o que mais tem se tornado evidente são as investidas do capital de caráter cooptivo sobre os movimentos socioterritoriais e as iniciativas para controle da massa, que variam desde a criação de um movimento até a sua vinculação às tendências de mercado do capital para um suposto “fortalecimento” que nada mais seria que um caminho para a reificação, alienação e estranhamento. Desde a realização da árvore genealógica dos movimentos no Pontal do Paranapanema até a caracterização de seu projeto político a pergunta “sobreviver por dentro ou por fora do capital” cada vez ganha mais sentido neste trabalho. Os princípios de enfrentamento do MST são claros quanto à busca de uma saída por meio da superação do sistema capitalista, enquanto aos demais movimentos o quadro que se configura até o momento é de integração perversa, por parte do capital, e espontânea e imediatista, por parte do MAST e do MST da Base.

Assim, este relatório caminha no sentido de contribuir para a construção de uma tipologia dos movimentos socioterritoriais e compreensão da questão agrária do Pontal do Paranapanema.

## **ATIVIDADES RELACIONADAS À PESQUISA**

Colóquio NERA

Data: 06/04

Horário: 14:00 – 18:00

Pauta: Atividades e Agenda NERA 2010

Colóquio NERA

Data: 03/05

Horário: 14:00 – 18:00

Pauta: Discussão do Livro "Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo" da socióloga Maria da Glória Gohn.



Colóquio NERA

Data: 08/06

Horário: 14:00 – 18:00

Pauta: Planos de Trabalho para Pesquisa e discussão da Categoria Manifestações

Participação em Evento: XVI Encontro Nacional de Geógrafos – “Crise, Práxis e Autonomia: Espaços de Resistência e de Esperança”.

Data: 25-31 de Julho de 2010

Local: Município de Porto Alegre

Participação em Evento: Encontro regional de assentados

Data: 27 de Março

Local: Município de Teodoro Sampaio

Trabalho de Campo: Ocupação de terra

Data: 14 de Abril

Local: Município de Sandovalina

Entrevista: Entrevista com José Rainha Junior (Zé Rainha)

Data: 19 de Junho

Local: Município de Mirante do Paranapanema

## Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

COSTA, Gileaide Silva. **MLT: O Movimento de Luta pela Terra – Um Movimento em Movimento**. 171 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1996.

CUBAS, Tiago Egídio Avancio. **Estudo da contribuição da imprensa na representação dos camponeses e ruralistas no Pontal do Paranapanema de 1998 a 2008**. 107 f. Monografia (curso de Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Presidente Prudente, 2009.

FELÍCIO, Munir Jorge. **A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos de agricultor familiar e de camponês**. Campo-Território: revista de geografia agrária, v. 1, n. 2, p. 14-30, ago. 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_, Bernardo Maçano. **A Ocupação como forma de acesso à terra.** In: XXIII, Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos, 2001, Washington – DC, 2001.

\_\_\_\_\_, Bernardo Maçano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra MST (1979-199).** Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de geografia. Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_, Bernardo Maçano. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo.** 218 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo. 1994.

\_\_\_\_\_, Bernardo Maçano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais.** Observatório Social de América Latina., v. 16, pp. 273-284. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

\_\_\_\_\_, Benardo Maçano. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial.** In: Luta pela Terra: Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil. Antônio Márcio Buainain (Editor). Edira Unicamp. Campinas, 2009.

\_\_\_\_\_, Bernardo Maçano. **Sobre a tipologia de territórios.** In: SAQUET, Aurélio Marcos; SPOSITO, Eliseu Savério. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo. p. 197-215. Expressão Popular, 2009

\_\_\_\_\_, Bernardo Maçano; WELCH, Clifford Andrew. **Relatório DATALUTA PONTAL 2007.** Presidente Prudente, NERA, 2008.

\_\_\_\_\_, Bernardo Maçano; WELCH, Clifford Andrew; CLEPS, João & FABRINI, João Edmilson. **Relatório DATALUTA 2007.** Presidente Prudente, NERA, 2008.

FELICIANO, Carlos Alberto. **A Geografia dos Assentamentos Rurais no Brasil: O MST e MAST no Pontal do Paranapanema/SP.** 131 f. Monografia (curso de Geografia) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo. 1999.

GEORGE, Pierre. **Sociologia e Geografia.** São Paulo. Forense, 1969.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Atlas da Questão Agrária Brasileira.** 2008

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais – Paradigmas Clássicos e Contemporâneos.** São Paulo. Edições Loyola. 1997.

\_\_\_\_\_, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilização civis no Brasil contemporâneo.** Petrópolis. Editora Vozes. 2010.

JOLY, Fernand. **A cartografia.** Campinas. Papirus. 2001.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária.** Brasília. Instituto Teotônio Vilela, 1998.

LEITE, José Ferrari. **A ocupação do Pontal do Paranapanema.** Presidente Prudente. Hucitec, 1981.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à Filosofia de Marx.** São Paulo. Expressão Popular. 2008.

- LIMA, Edvaldo Carlos de. **Os Movimentos Sociais de Luta Pela Terra e Pela Reforma Agrária no Pontal do Paranapanema (SP): Dissidências e Dinâmica Territorial**. 2006. 120 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente.
- MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo. Expressão popular. 2008.
- MARX, Karl. **Trabalho Assalariado e Capital & Salário, Preço e Lucro**. São Paulo. Expressão Popular. 2006.
- MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo. Boitempo Editorial. 2006.
- MONBEIG, Pierre. - **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.
- MST. **Nota Publica do MST**. 2007. ([www.mst.org.br](http://www.mst.org.br))
- OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.
- PEDON, Nelson Rodrigo. **Movimentos Socioterritoriais: Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica**. . 235 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2009.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo. Edusp. 2008
- SCHNEIDER, Sergio; TARTARUGA, Peyrê. **Do território geográfico à abordagem territorial do desenvolvimento rural**. In: *Jornadas de Intercâmbio y Discusión: El Desarrollo rural em su perspectiva institucional y territorial*. CLACSO: Buenos Aires, 2005.
- SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo. Editora da Unesp, 2004.
- THOMAZ JUNIOR, Antonio. **Não há nada de Novo sob o Sol num Mundo de Heróis! (A Civilização da Barbárie na Agroindústria Canavieira)**. Revista Pegada, Presidente Prudente, v. 8, n. 2, p. 05-25, dez. 2007.
- THOMAZ JUNIOR, Antonio. **Por uma “Cruzada” contra a fome e o Agrohídronegócio – Nova agenda destrutiva do capitalismo e os desafios de um tempo adiado**. Revista Pegada, Presidente Prudente, v. 9, n. 1, p. 07-33, out. 2008.
- WELCH, Clifford Andrew. **Mobilização camponesa no Pontal: retratos de permanências e transformações de relações sociais no campo, 1946 – 1996**. [http://www4.fct.unesp.br/nera/artigodomes/1artigodomes\\_2009.pdf](http://www4.fct.unesp.br/nera/artigodomes/1artigodomes_2009.pdf), acessado em 10 de abril de 2009.